



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Faculdade de Engenharia
Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura

O Planeamento do Turismo em Áreas Protegidas: Centro de visitantes para o PNSE

Bruno Miguel Gonçalves de Almeida Gil

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia Civil
(Ciclo de Estudos Integrado)

Orientador: Prof. Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato

Covilhã, Maio de 2015

Dedico este trabalho a António Gil, Maria Gil e Cristina Rodrigues.

Agradecimentos

A realização desta dissertação de mestrado é o resultado de um intenso trabalho de investigação, que impôs desde sempre, uma enorme dedicação e empenho. Mas tal não seria possível sem o apoio e a motivação de todos, que de uma forma ou outra, contribuíram para que este dia fosse possível.

Desde logo um enorme agradecimento aos meus pais, António e Maria, por todo o apoio, dedicação e esforço que sempre me transmitiram e que permitiram a concretização desta etapa.

À minha namorada, Cristina, que sempre me ajudou, apoiou e animou, mesmo nas alturas mais difíceis deste percurso.

A toda a minha família, que sempre esteve presente com palavras de incentivo.

À minha orientadora, Professora Doutora Cláudia Beato, por ter aceite orientar a minha dissertação, pela motivação e confiança que sempre me transmitiu, pelo seu apoio, paciência e por sempre se mostrar disponível para ajudar e partilhar os seus conhecimentos.

A todos os meus amigos e colegas de curso, pelo carinho, amizade e dedicação que sempre me transmitiram ao longo desta jornada.

A todos os professores e elementos das academias da Universidade da Beira Interior, Bialystok Technical University e Silesian University of Technology, pela partilha de todos os conhecimentos académicos.

Ao Alexander Simões, por toda a sua ajuda e disponibilidade.

Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, que amavelmente se disponibilizou a responder ao questionário, sobre o turismo no concelho da Covilhã.

A todos os inquiridos, pela sua receptividade e sinceridade nos depoimentos

A todo um muito obrigado.

Resumo

O Turismo é, na atualidade, uma das mais importantes indústrias a nível mundial e em Portugal, estima-se que seja responsável por cerca de 20% do PIB. Se bem que a nível mundial o turismo de lazer e recreio, muito ligado ao sol e praia/mar, continua a ser o principal produto, outros começam a ter uma certa importância, nomeadamente o Turismo de Natureza, produto especialmente indicado pelo PENT 2007 (Plano Estratégico de Turismo) para a zona centro, onde o caso de estudo deste trabalho se localiza: o PNSE, Parque Natural da Serra da Estrela.

Com este trabalho, pretende-se estudar o turismo de natureza no parque, mais concretamente, a relação deste com a maior e mais próxima cidade da estância de desportos de inverno do país. Concretamente e na impossibilidade de estudar, num trabalho desta dimensão, toda a vasta área que compõe o parque, optou-se por estudar a sua relação com esta cidade e o modo como, poderá ser frequentado de uma forma mais regular, pelos seus habitantes e por todos os que se deslocam pelo percurso Covilhã - Penhas da Saúde - Torre.

Assim, numa primeira fase deste trabalho são abordados os principais conceitos e o estado do turismo de natureza, nomeadamente em áreas protegidas, para, posteriormente serem apresentadas e estudadas as Áreas Protegidas em Portugal, incidindo particularmente no caso do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) e a sua relação com a Covilhã, pelas razões já fundamentadas, e onde os resultados do inquérito levado a cabo são analisados e apresentados.

No seguimento, face aos resultados obtidos e à pesquisa de boas práticas levada a cabo, apresenta-se uma proposta para a instalação de um Centro de Visitantes nas Penhas da Saúde, infraestrutura relativamente desconhecida a nível nacional, mas que se poderá revestir de grande importância quando, face às características da área, se pretende uma oferta integrada e devidamente planeada.

Palavras-chave

Turismo, PENT, Áreas Protegidas, Natureza, PNSE, Centro de Visitantes

Abstract

Tourism is, today, one of the most important industries in the world and in Portugal, is estimated to be responsible for about 20% of GDP. Although globally the leisure and recreational tourism, closely linked to the sun and the beach/sea, remains the main product, others have started to have a certain importance, namely the Nature Tourism, a product especially indicated by PENT 2007 (Strategic Portugal Tourism Plan) for the center region, where the case study of this work is located: the NPSE - Natural Park of Serra da Estrela.

This work aims to study the nature tourism in the park, in particular, its relationship with the largest and closest city of the winter sports resort of the country. Concretely and in the impossibility to study in a work of this size, the entire vast area that makes up the park, it was decided to study its relationship with this city and how can be attended in a more regular way, by its inhabitants and by all that are moving through the course Covilhã - Penhas da Saúde - Torre.

Thus, in a first phase of this work are discussed key concepts and the state of nature tourism, particularly in protected areas, to then, subsequently the protected areas in Portugal are studied and presented focusing particularly in the case of the Natural Park of Serra da Estrela (NPSE), and its relationship with Covilhã (for the reasons already grounded), and where the survey results where carried out are analyzed and presented.

Following on, in view of the survey results and the research of good practices carried out, a proposal to set up a Visitor Center to the Penhas da Saúde is presented, a relatively unknown infrastructure at national level, but that may be of great importance when, given the characteristics of the area, we want an integrated and properly planned offer.

Keywords

Tourism, PENT, Protected Areas, Nature Tourism, NPSE, Visitor Center

Índice

1. Introdução	1
1.1. Contextualização da problemática	1
1.2. Objeto de estudo	1
1.3. Justificação e motivação na escolha do tema	2
1.4. Pergunta de Partida	3
1.5. Enunciação das hipóteses de investigação	3
1.6. Objetivo geral	4
1.7. Objetivos específicos	4
1.8. Fundamentação metodológica	5
1.8.1. Instrumentos qualitativos	5
1.8.2. Instrumentos quantitativos	5
1.9. Estrutura do trabalho	6
2. O Turismo	7
2.1. Introdução	7
2.2. Definições de Turismo	7
2.2.1. Turismo	7
2.2.2. Turista, Visitante e Excursionista.....	8
2.2.3. Tipos de Turismo.....	9
2.2.4. O Turismo como um sistema	9
2.2.5. Motivações	11
2.3. O Turismo Mundial em números	13
2.3.1. A importância dos transportes	14

2.3.2. Motivos das viagens	15
2.3.3. Previsão do Turismo Mundial para o período 2010/2030	16
2.4. O Turismo na Europa	17
2.5. O Turismo em Portugal	19
2.5.1. Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)	19
2.5.2. Linhas orientadoras para as diferentes regiões	22
2.5.3. Objetivos para a região Centro	22
2.5.4. Linhas orientadoras para os diferentes pólos	24
2.5.5. Pólo Turístico da Serra da Estrela	25
2.5.6. Revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (Horizonte 2013-2015)	25
2.5.7. Objetivos estratégicos até 2015	26
2.5.8. Resultados do Turismo em 2013	26
2.5.9. Análise comparativa dos resultados do Turismo em 2013 com os inscritos na revisão do PENT	29
3. Áreas Protegidas	33
3.1. Introdução	33
3.2. Evolução das Áreas Protegidas	33
3.3. Formas de Legislação	36
3.4. Sistema de Classificação de Áreas Protegidas	37
3.5. Áreas Protegidas em Portugal	38
3.5.1. Rede Nacional de Áreas Protegidas	39
3.6. Parque Natural da Serra da Estrela	43
3.6.1. Criação do Parque Natural da Serra da Estrela	43
3.6.2. Ampliação do Parque Natural da Serra da Estrela	44

3.6.3. Plano de Ordenamento Preliminar	45
3.6.4. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela	45
3.6.5. Reclassificação do Parque Natural da Serra da Estrela	47
3.6.6. Sítio da Rede Natura PTCO0014 Serra da Estrela	47
3.6.7. Redução do Parque Natural da Serra da Estrela	50
4. Turismo de Natureza	51
4.1. Introdução	51
4.2. Turismo de Aventura	52
4.3. Agro-Turismo	53
4.4. Turismo de Vida Selvagem	55
4.5. Ecoturismo	56
4.6. Mercado Global	59
4.7. Turismo de Natureza em Portugal	60
4.7.1. Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)	60
4.7.1.1. Princípios do PNTN	60
4.7.1.2. Objetivos do PNTN	61
4.7.1.3. Regulamentação das modalidades de animação ambiental	62
4.7.2. Situação do Turismo de Natureza a nível nacional	64
5. Caso de Estudo PNSE-Covilhã	67
5.1. Introdução	67
5.2. Objeto de análise - Parque Natural da Serra da Estrela	67
5.2.1. Frequência de visitantes	69
5.3. Objetivos e estrutura do Inquérito	70
5.4. Recolha de dados	70

5.5. Resultados	71
5.5.1. Caracterização dos Inquiridos	71
5.5.1.1. Local de Residência e Tempo que reside no concelho da Covilhã.....	71
5.5.1.2. Género, Idade e Estado Civil.....	72
5.5.1.3. Situação Profissional, Profissão e Habilitações Literárias	73
5.5.2. Motivações e Preferências	74
5.5.2.1. Frequência de visitas ao PNSE	74
5.5.2.2. Razão da deslocação ao PNSE e tipo de transporte utilizado	75
5.5.2.3. Necessidade de Alojamento, Tipo de alojamento e Número de noites	76
5.5.3. Grau de Satisfação em relação ao PNSE	77
5.5.3.1. Classificação do Parque Natural	77
5.5.3.2. Grau de Interesse (Passeios Pedestres, Passeios de bicicleta, Passeios em veículos todo-o-terreno e BTT).....	78
5.5.3.3. Grau de Interesse (Expedições Fotográficas, Observação da fauna e flora e Visitas Culturais	80
5.5.3.4. Grau de Interesse (Montanhismo/Escalada, Desportos de neve e <i>Rappel</i> / <i>Slide</i>)	81
5.5.3.5. Grau de Interesse (Divulgação das atividades, Divulgação do Parque, Melhorias do Parque e Propostas futuras para o PNSE	83
5.6. Conclusões	85
6. Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela	87
6.1. Introdução	87
6.2. Centros de Visitantes	87
6.2.1. Centros de Visitantes nos Estados Unidos da América	87

6.2.1.1. Centro de Visitantes do <i>National Park Grand Canyon, Arizona</i>	88
6.2.1.2. Centro de Visitantes do <i>Niagara Falls State Park, New York</i>	91
6.2.1.3. Centro de Visitantes do <i>National Park Big Bend, Texas</i>	92
6.2.2. Centros de Visitantes na Nova Zelândia (i-SITE)	93
6.2.2.1. O Centro de Visitantes ideal	94
6.2.3. Centros de Visitantes em Portugal	96
6.2.3.1. Centro de Visitantes da Gruta das Torres (Pico, Açores)	96
6.2.3.2. Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE)	97
6.3. Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela	99
6.3.1. Fundamentação da Proposta	99
6.3.2. Localização do Centro de Visitantes	100
6.3.2.1. Primeira opção de localização	102
6.3.2.2. Segunda opção de localização	103
6.3.3. O Centro ideal para o Parque Natural da Serra da Estrela	104
6.3.4. Proposta para o Centro de Visitantes do PNSE	104
6.3.4.1. Principais Valências	106
7. Conclusão	117
Referências Bibliográficas	121
Anexo A (Inquérito).....	131
Anexo B (Questionário)	133
Anexo C (Imagens do Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela)	135

Lista de Figuras

Figura 1 - Sistema de turismo geográfico; Fonte: Adaptado de <i>COOPER & HALL, 2008</i>	10
Figura 2 - Fatores de Motivação segundo <i>FOSTER, 1992 in SAER, 2005</i>	12
Figura 3 - Volume de Turistas Internacionais em 2013; Fonte: Adaptado de <i>UNWTO, 2014a</i> ..	14
Figura 4 - Turismo recetor por meio de transporte em 2013; Fonte: Adaptado de <i>UNWTO, 2014a</i>	14
Figura 5 - Motivações das viagens em 2013; Fonte: Adaptado de <i>UNWTO, 2014a</i>	16
Figura 6 - Evolução do Turismo e previsão até 2030; Fonte: Adaptado de <i>UNWTO, 2014a</i>	17
Figura 7 - Crescimento anual; Fonte: <i>PENT, 2007</i>	20
Figura 8 - Contribuição do setor; Fonte: <i>PENT, 2007</i>	20
Figura 9 - Principais recursos por região (NUTS II); Fonte: <i>PENT, 2007</i>	22
Figura 10 - Conceito/Objetivo por região (NUTS II); Fonte: <i>PENT, 2007</i>	23
Figura 11 - Dormidas de estrangeiros e Receitas de Turismo para a região Centro; Fonte: <i>PENT, 2007</i>	23
Figura 12 - Potenciais ações a aprofundar na região Centro; Fonte: <i>PENT, 2007</i>	24
Figura 13 - Principais fatores distintivos por pólo de desenvolvimento turístico; Fonte: <i>PENT, 2007</i>	24
Figura 14 e 15 - Inglaterra na Revolução Industrial; Fonte: <i>WEB 1</i> ; autor desconhecido	33
Figura 16 - Geiser no Parque Nacional de Yellowstone; Fonte: <i>WEB 2</i> ; Autor: MELFORD, M. ...	35
Figura 17 - Cascata no Parque Nacional de Yellowstone; Fonte: <i>WEB 2</i> ; Autor: LEWIS, M. ...	35
Figura 18 - Parque Nacional Peneda-Gerês; Fonte: <i>WEB 4</i> ; Autor: MACEDO, N.	40
Figura 19 - Mapa do Parque Nacional Peneda-Gerês; Fonte: <i>WEB 5</i>	40
Figura 20 - Localização geográfica das AP; Fonte: <i>WEB 3</i>	42

Figura 21 - Vale do Rossim; Fonte: <i>WEB 3</i> ; Autor: CORREIA, A.	43
Figura 22 - Torre; Fonte: <i>WEB 3</i> ; Autor desconhecido	43
Figura 23 - Limites PNSE 1976, Fonte: <i>DL, 1976</i>	44
Figura 24 - Ampliação dos limites do PNSE; Fonte: <i>DL, 1979</i>	44
Figura 25 - Plano de Ordenamento do PNSE; Fonte: <i>Portaria, 1990</i>	47
Figura 26 - Identificação Cartográfica dos Sítios; Fonte: <i>CM, 2000</i>	48
Figura 27 - Lagoa da Francelha; Fonte: <i>WEB 6</i> ; autor desconhecido	49
Figura 28 - Limites PNSE em 2007; Fonte: <i>DR, 2007</i>	50
Figura 29 - Safari de caça do ex-presidente Norte-Americano Theodore Roosevelt (1909); Fonte: <i>WEB 7</i> ; Autor: desconhecido	51
Figura 30 - Primeira expedição a África dos Johnson para a sua longa-metragem “Trailing Wild African Animals” (1923); Fonte: <i>WEB 8</i> ; Autor: desconhecido	51
Figura 31 - Turismo de Aventura - <i>Rafting</i> no Rio Minho; Fonte: <i>WEB 9</i> ; Autor: desconhecido	53
Figura 32 - Exemplo de Agro-Turismo - Província de Pisa (Itália); Fonte: <i>WEB 10</i> ; Autor: desconhecido	54
Figura 33 - Exemplo de Turismo de vida selvagem - Índia; Fonte: <i>WEB 11</i> ; Autor: desconhecido	56
Figura 34 - Exemplo de Ecoturismo - Penhas Douradas; Fonte: <i>WEB 12</i> ; Autor: desconhecido	58
Figura 35 - Ecoturismo; Fonte: Adaptado de <i>ROSS & WALL (1999) in SOUZA, 2006</i>	58
Figura 36 - Exemplo de Turismo Natureza <i>soft</i> (percurso pedestre Caminhos de Montemuro); Fonte: <i>WEB 13</i> ; Autor: desconhecido	59

Figura 37 - Exemplo de Turismo Natureza <i>hard</i> (<i>birdwatching</i>); Fonte: WEB 14; Autor: desconhecido	59
Figura 38 - Mapa do Parque Natural da Serra da Estrela; Fonte: WEB 3	68
Figura 39 - Sítios da recolha de dados via presencial; Fonte: WEB 15	70
Figura 40 - Vista exterior do <i>The Grand Canyon Visitor Center</i> ; Fonte: WEB 18; Autor: desconhecido	89
Figura 41 - Vista interior do <i>The Grand Canyon Visitor Center</i> ; Fonte: WEB 18; Autor: Joye, T. (2012)	89
Figura 42 - Mapa do Complexo do <i>The Grand Canyon Visitor Center</i> ; Fonte: WEB 18	90
Figura 43 - Vista exterior do <i>Bright Angels Bicycles</i> ; Fonte: WEB 18; Autor: Quinn, M (2012). 90	
Figura 44 - Mapa da rota cénica de <i>Kaibab/Rim</i> ; Fonte: WEB 18	90
Figura 45 - <i>Shuttle Bus</i> da rota cénica de <i>Kaibab/Rim</i> ; Fonte: WEB 18; Autor: desconhecido	91
Figura 46 - Vista exterior do <i>Niagara USA Official Visitor Center</i> ; Fonte: WEB 19; Autor: desconhecido	92
Figura 47 - Vista interior do <i>Niagara USA Official Visitor Center</i> ; Fonte: WEB 20; Autor: desconhecido	92
Figura 48 - Vista exterior do Centro de Visitantes <i>Panther Junction</i> ; Fonte: WEB 21; Autor: Ballou, C.	93
Figura 49 - Vista interior do Centro de Visitantes <i>Panther Junction</i> ; Fonte: WEB 21; Autor: desconhecido	93
Figura 50 - Logotipo i-SITE; Fonte: <i>i-SITE, 2013</i>	94
Figura 51 - Vista exterior do Centro de Visitantes i-SITE de Kaikoura; Fonte: WEB 23; Autor: desconhecido	95

Figura 52 - Vista interior do Centro de Visitantes i-SITE de Kaikoura; Fonte: <i>WEB 23</i> ; Autor: desconhecido	95
Figura 53 - Vista exterior do Centro de Visitantes da Gruta das Torres; Fonte: <i>WEB 25</i> ; Autor: desconhecido	96
Figura 54 - Vista interior do Centro de Visitantes da Gruta das Torres; Fonte: <i>WEB 24</i> ; Autor: desconhecido	97
Figura 55 - Vista exterior do CISE; Fonte: <i>WEB 6</i> ; Autor: desconhecido	98
Figura 56 - Vista Interior do CISE (Área Serra da Estrela); Fonte: <i>WEB 6</i> ; Autor: desconhecido	98
Figura 57 - Penhas da Saúde; Fonte: <i>WEB 15</i>	101
Figura 58 - Primeira opção de localização do Centro de Visitantes	102
Figura 59 - Primeira opção de localização na Planta Síntese do Plano de Ordenamento do PNSE; Fonte: <i>WEB 3</i>	102
Figura 60 - Segunda opção de localização do Centro de Visitantes	103
Figura 61 - Segunda opção de localização na Planta Síntese do Plano de Ordenamento do PNSE; Fonte: <i>WEB 3</i>	103
Figura 62 - Proposta para o Centro de Visitantes do PNSE e sua envolvente; Autor: Simões, A	104
Figura 63 - Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	105
Figura 64 - Vista frontal do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	105
Figura 65 - Vista lateral do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	105
Figura 66 - Exemplo de balcão de reservas e prestação de informações; Fonte: <i>WEB 23</i> ; Autor: desconhecido	106

Figura 67 - Balcão de reservas e prestação de informações do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	107
Figura 68 - Exemplo de área de mapas, folhetos, guias e área de venda; Fonte: WEB 26; Autor: desconhecido	107
Figura 69 - Área de mapas, folhetos, guias e área de venda do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	108
Figura 70 - Exemplo de área de descanso e bar; Fonte: WEB 26; Autor: desconhecido	108
Figura 71 - Área de descanso e bar do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	108
Figura 72 e 73 - Exemplo de área de exposições e pequenas palestras; Fonte: WEB 26; Autor: desconhecido	109
Figura 74 - Área multiusos para exposições temporárias e pequenas palestras do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	109
Figura 75 - Exemplo de área de esplanada; Fonte: WEB 26; Autor: desconhecido	110
Figura 76 - Área de esplanada do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	110
Figura 77 - Exemplo de Área de aluguer de equipamentos; Fonte: WEB 18; Autor: Quinn, M. (2012)	110
Figura 78 - Área de aluguer de equipamentos do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	111
Figura 79 - Área de café <i>grab & go</i> do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	111
Figura 80 - Exemplo de zona de paragem para autocarros; Fonte: WEB 27; Autor: desconhecido	112
Figura 81 - Zona de paragem para autocarros do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	112
Figura 82 - Exemplo de Área de recreio; Fonte: WEB 28; Autor: desconhecido	112

Figura 83 - Área de recreio do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	113
Figura 84 - Exemplo de área para piqueniques; Fonte: WEB 29; Autor: desconhecido	113
Figura 85 - Área para piqueniques do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	113
Figura 86 - Exemplo de Instalações sanitárias públicas; Fonte: WEB 30; Autor: Quinn, M. (2011)	114
Figura 87 - Instalações sanitárias públicas do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	114
Figura 88 - Exemplo de Parque de estacionamento; Fonte: WEB 26; Autor: desconhecido ..	114
Figura 89 - Parque de estacionamento exterior do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	115
Figura 90 - Entrada para o parque de estacionamento coberto do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	115
Figura 91 - Exemplo de zona de descanso e leitura; Fonte: WEB 31; Autor: desconhecido ..	115
Figura 92 - Zona de descanso e leitura do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A..	116
Figura 93 - Exemplo de percurso pedestre; Fonte: WEB 32; Autor: Melo, J.	116
Figura 94 - Percursos pedestres a partir do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.	116

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Principais elementos da produção do turismo em diferentes componentes do sistema de turismo geográfico; Fonte: Adaptado de <i>COOPER & HALL, 2008</i>	11
Tabela 2 - Chegadas de Turistas Internacionais; Fonte: <i>UNWTO, 2014a</i> ; (* - dados provisórios)	18
Tabela 3 - Receitas do Turismo Internacional; Fonte: <i>UNWTO, 2014a</i> ; (* - dados provisórios)	19
Tabela 4 - Hóspedes (N.º) nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: <i>TP, 2014</i> ; (valores provisórios)	26
Tabela 5 - Dormidas (N.º) nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: <i>TP, 2014</i> ; (valores provisórios)	27
Tabela 6 - Dormidas (N.º) do TOP 5 de Mercados originários de Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: <i>TP, 2014</i> ; (valores provisórios)	27
Tabela 7 - Dormidas (N.º) por Região nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: <i>TP, 2014</i> ; (valores provisórios)	28
Tabela 8 - Taxas de Ocupação-Cama (%) por Região nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: <i>TP, 2014</i> ; (valores provisórios)	28
Tabela 9 - Proveitos (€) Totais; Fonte: <i>TP, 2014</i> ; (valores provisórios)	29
Tabela 10 - Receitas, Despesas e Saldo da Balança Turística; Fonte: <i>TP, 2014</i> ; (valores provisórios)	29
Tabela 11 - Dormidas (N.º) nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: <i>TP, 2012,2013,2014</i> ; (valores provisórios)	30

Tabela 12 - Receitas e Saldo da Balança Turística; Fonte: <i>TP, 2012,2013,2014</i> ; (valores provisórios)	31
Tabela 13 - Primeiros países a criarem áreas naturais protegidas; Fonte: <i>COSTA, 2002 in AGUIAR et al., 2012</i>	35
Tabela 14 - Sistema de Classificação de Áreas Protegidas; Fonte: Adaptado de <i>DUDLEY, 2008 in WOLTER, 2014</i>	37
Tabela 15 - Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP); Fonte: <i>WEB 3</i>	41
Tabela 16 - Lista Nacional de Sítios; Fonte: <i>CM, 2000</i>	48
Tabela 17 - Evolução do grau de cumprimento atual dos requisitos chave; Fonte: <i>TP, 2006</i> .	65
Tabelas 18 e 19 - Número de Visitantes que contactaram as Áreas Protegidas (1997-2013); Fonte: <i>WEB 3</i>	69

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Dormidas (N.º) nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: TP, 2012,2013,2014; (valores provisórios)	30
Gráfico 2 - Receitas; Fonte: TP, 2012,2013,2014; (valores provisórios)	31
Gráfico 3 - Saldo da Balança Turística; Fonte: TP, 2012,2013,2014; (valores provisórios)	31
Gráfico 4 - Número de Visitantes que contactaram as Áreas Protegidas (1997-2013); Fonte: WEB 3	69
Gráfico 5 - Local de Residência	71
Gráfico 6 - Tempo de residência no concelho	71
Gráfico 7 - Género	72
Gráfico 8 - Idade	72
Gráfico 9 - Estado Civil	72
Gráfico 10 - Situação Profissional	73
Gráfico 11 - Profissão	73
Gráfico 12 - Habilitações Literárias	74
Gráfico 13 - Frequência de visitas ao PNSE	74
Gráfico 14 - Razão da deslocação ao PNSE	75
Gráfico 15 - Tipo de transporte utilizado	75
Gráfico 16 - Necessidade de Alojamento	76
Gráfico 17 - Tipo de Alojamento	76
Gráfico 18 - Número de noites	77
Gráfico 19 - Classificação do Parque Natural	77
Gráfico 20 - Grau de Interesse (Passeios Pedestres)	78

Gráfico 21 - Grau de Interesse (Passeios de bicicleta)	78
Gráfico 22 - Grau de Interesse (Passeios em veículos todo-o-terreno)	79
Gráfico 23 - Grau de Interesse (BTT)	79
Gráfico 24 - Grau de Interesse (Expedições Fotográficas)	80
Gráfico 25 - Grau de Interesse (Observação de fauna e flora)	80
Gráfico 26 - Grau de Interesse (Visitas Culturais)	81
Gráfico 27 - Grau de Interesse (Montanhismo/Escalada)	81
Gráfico 28 - Grau de Interesse (Desportos de neve)	82
Gráfico 29 - Grau de Interesse (Rappel, Slide)	82
Gráfico 30 - Divulgação das atividades	83
Gráfico 31 - Divulgação do PNSE	83
Gráfico 32 - Melhorias no PNSE	84
Gráfico 33 - Propostas Futuras para o PNSE	85

Lista de Acrónimos

A. P. P. - Área Protegida Privada;
AEP - Associação Empresarial de Portugal;
AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal;
AP - Áreas Protegidas;
ATTA - *Adventure Travel Trade Association*;
BTT - Bicicleta Todo-o-Terreno;
CISE - Centro de Interpretação da Serra da Estrela;
CM - Conselho de Ministros;
DL - Decreto-Lei;
DR - Decreto Regulamentar;
ES *Research* - Espírito Santo *Research*;
EUA - Estados Unidos da América;
Eurostat - *European Statistic*;
GDP - *Gross Domestic Product*;
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
INE - Instituto Nacional de Estatística;
IUCN - *International Union for Conservation of Nature*;
LPN - Liga para a Proteção da Natureza;
M. N. - Monumento Natural;
NPS - *National Park Service*;
NPSE - *Natural Park of Serra da Estrela*;
NUTS - *Nomenclature d'Unités Territoriales Statistiques*;
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;
OMT - Organização Mundial de Turismo;
ONU - Organização das Nações Unidas;
P. N. - Parque Natural;
P. NC. - Parque Nacional;
P. P. - Paisagem Protegida;
PDM - Plano Diretor Municipal;
PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo;
PIB - Produto Interno Bruto;
PNSE - Parque Natural da Serra da Estrela;
PNTN - Programa Nacional de Turismo de Natureza;
R. N. - Reserva Natural;
RNAP - Rede Nacional de Áreas Protegidas;
SAER - Sociedade de Avaliação Estratégica e Risco;

THR - *Turismo Hotelería y Recreación, S.A.*;
TP - Turismo de Portugal;
UE - União Europeia;
UN - *United Nations*;
UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*;
UNWTO - *United Nations World Tourism Organization*;
VFR - *Visit friends and relatives*;
VIN - *Visitor Information Network*;
Wi-Fi - *Wireless Fidelity*;
WTO - *World Tourism Organization*;
ZTI - Zona Turística de Interesse;

Capítulo 1 - Introdução

Esta Tese é apresentada à Universidade da Beira Interior, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Engenharia Civil do Mestrado Integrado em Engenharia Civil.

1.1. Contextualização da problemática

O turismo é uma atividade económica com relevância internacional que tem contribuído para dinamizar a economia de muitos países e regiões. Embora seja uma atividade emergente a nível mundial é atualmente um dos sectores mais dinâmicos da economia moderna, não só pelas receitas e emprego que gera, mas sobretudo pelos impactos diretos no domínio económico, social, cultural, ambiental e político.

No caso Português, o Turismo está ainda muito circunscrito a duas regiões do continente, Algarve e Lisboa-Vale do Tejo, sendo que, em termos de expressão, a região Centro contribui de forma muito reduzida para os números nacionais; quer em número de estrangeiros quer de nacionais, embora os Planos Estratégicos de Turismo recomendem uma aposta no Turismo para a região, nomeadamente no de Natureza.

No caso particular da Beira Interior, o PNSE apresenta condições ímpares para o Turismo de Natureza, sendo que, atendendo a que a Covilhã é uma cidade Universitária, com uma franja jovem de população e de dimensão bastante apreciável para a região, e dada a curta distância que a liga à única estância de desportos de inverno do país, seria de esperar que o Parque fosse frequentado numa base regular pela população local e que atraísse bastantes turistas para usufruírem das suas paisagens e belezas naturais, facto que, aparentemente não ocorre.

1.2. Objeto de estudo

Numa investigação é importante esclarecer o objectivo de estudo, para que, não só se possa alcançar uma maior consistência quanto aos resultados, mas sobretudo porque permite conduzir melhor o trabalho de investigação científica. Atendendo á abrangência do tema e a questões de operacionalização, cabe referir que:

a) Para melhor orientar e operacionalizar o trabalho de investigação este versou a região onde se insere a UBI;

b) Por outro lado, este trabalho vai incidir sobre uma análise da bibliografia e dos trabalhos realizados nesta temática, por forma a detetar possíveis razões para o aumento da frequência da prática de turismo de natureza na região de estudo;

Portanto procura-se analisar tudo que respeita ao Turismo de Natureza, em áreas protegidas, e verificar as boas práticas de modo a que, de acordo com as características e com as aptidões da área em estudo, se proponha algumas soluções para aumentar a frequência de visitantes, numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida das populações, melhorando as condições Turístico/ambientais.

Na impossibilidade de se estudar uma vasta área e conhecendo-se a região, optou-se por estudar sobretudo a relação da Covilhã com o PNSE, em concreto com a área mais próxima e emblemática que é a estância de desportos de inverno da Torre, já que a sua dimensão e o facto de ter uma universidade com potenciais jovens frequentadores, fariam esperar que fosse frequentada numa base regular.

1.3. Justificação e motivação na escolha do tema

Na escolha do tema deste trabalho estiveram, de forma genérica, a sua pertinência, no contexto das políticas públicas para a região centro ao nível económico, a procura e entendimento dos pressupostos básicos da atividade de turismo e o modo como esta tem influência nos territórios, nomeadamente quando estes apresentam características muito próprias, sobretudo a nível ambiental, como é o caso do PNSE.

De referir ainda que setor do turismo é considerado hoje uma das principais atividades económicas mundiais: o fluxo intenso de pessoas que viajam entre países cresce a um ritmo acelerado, influenciando os investimentos nos setores de construção civil, transportes, alimentação, que indiretamente afetam toda a sociedade, gerando assim rendimento e satisfação para os turistas e comunidade, com o desenvolvimento de setores ligados às necessidades básicas da população local.

Assim a inovação e originalidade neste trabalho, prende-se com o facto de este incidir sobre o caso particular do PNSE, na sua ligação com a Cidade Universitária da Covilhã e no facto de se procurar encontrar formas de tornar a frequência do Parque mais regular e atractiva, potenciando de forma sustentável, o turismo de Natureza.

Por outro lado, por motivações pessoais certas questões estiveram presentes na escolha deste tema, de entre as quais cabe destacar:

- A necessidade de aprofundar os conhecimentos adquiridos, durante o processo académico, contribuindo assim, futuramente, para a melhoria da prática académica e profissional;
- Vivendo na Covilhã, tendo a perceção das potencialidades do PNSE e que este não é frequentado regularmente pelos seus habitantes, existe a vontade de contribuir para o encontrar de soluções que potenciem o planeamento integrado do turismo, contribuindo assim para o aumento da riqueza e da qualidade de vida da população; Além da componente pessoal, o turismo, o seu desenvolvimento em zonas protegidas e ambientalmente sensíveis é um tema muito atual e extremamente pertinente como objecto de estudo, num país como Portugal que aposta fortemente no setor, mas cuja avaliação do seu desenvolvimento deve ser feita, para que se conheça a fundo os verdadeiros impactos e natureza do turismo, sobretudo nas zonas do país menos visitadas.

1.4. Pergunta de Partida

Para QUIVY e CAMPENHOUDT (1998), uma investigação é algo que se busca, implicando hesitações, desvios e incertezas em todo o processo, o que faz com que o investigador assuma uma linha condutora clara, para que o trabalho de investigação se estruture com coerência: algo que pode ser alcançado através da formalização de uma questão de partida a partir da qual todo o processo de investigação se desenvolve e se constrói.

Assim sendo, durante o processo de pré-pesquisa para este trabalho, a seguinte pergunta surgiu: Será que no PNSE, o Turismo de Natureza é praticado de forma regular pelas populações da região?

1.5. Enunciação das hipóteses de investigação

Da pertinência do tema e da pergunta de partida, mostra-se necessário encontrar algumas hipóteses que contribuam para o encontrar de uma resposta para a questão inicial, hipóteses em torno das quais a investigação se desenrola.

Segundo QUIVY e CAMPENHOUDT (1998:119), a hipótese “*constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor*”. Assim “*um trabalho não pode ser uma verdadeira investigação se não se estruturar em torno de uma ou várias hipóteses*”, pelo que se elaboraram algumas

proposições hipotéticas, às quais, ao longo desta investigação, se procurou dar resposta. Assim, será que:

1. Será que o turismo está desenvolvido no PNSE;
2. Será que os habitantes da cidade da Covilhã frequentam regularmente o PNSE;
3. Será que a atual exploração turística se adequa às necessidades da população, ou às boas práticas que emanam de Países com um planeamento integrado do Turismo de Natureza, onde o desenvolvimento é sustentável;

Mediante a pergunta de partida, as hipóteses levantadas e tendo em vista as directrizes fundamentais que a investigação visa atingir, traçou-se alguns objectivos, ao redor dos quais este trabalho se desenvolve, nomeadamente o objectivo geral e os objetivos específicos.

1.6. Objetivo geral

Procurar saber, conhecer o turismo de natureza, as boas práticas exteriores em termos do seu planeamento em áreas protegidas, centrando-se na perceção de que o PNSE, não só não é frequentado com a regularidade que seria de esperar pelos habitantes da cidade (Covilhã, cidade com uma presença universitária forte) que mais próxima está do seu ponto mais emblemático - a Torre -, com a sua estância de desportos de inverno, como poderia receber muito mais visitantes durante todo o ano, atendendo às potencialidades da região.

1.7. Objetivos específicos

- 1) Estudar o que melhor se faz nesta temática;
- 2) Identificar o porquê da não frequência regular do Parque por parte dos habitantes da Covilhã;
- 3) Estudar formas de aumentar a frequência regular do Parque, em particular.

1.8. Fundamentação metodológica

Numa pesquisa, a adoção de uma metodologia rigorosa, sólida e consistente, torna possível o desenvolvimento de uma investigação científica capaz de alcançar um resultado pertinente e que contribua para esclarecer a problemática em questão. (BEATO, 2008)

A investigação científica, como alegam KETELE e ROEGIERS (1993, p.104) é *“um processo sistemático intencionalmente orientado e ajustado tendo em vista inovar ou aumentar o conhecimento num dado domínio”*.

Assim neste trabalho desenvolveu-se aspetos qualitativos, no sentido de melhor possibilitar a análise e interpretação dos dados, embora com procedimentos de natureza quantitativos, evidentes na criação de uma base de dados estatísticos e na recolha documental de informações em várias fontes.

1.8.1. Instrumentos qualitativos

A produção deste trabalho baseou-se numa perspectiva teórica e num estudo exploratório, características do método qualitativo, possibilitando que a pesquisa pudesse adequar os instrumentos de medida, à realidade que se pretende conhecer.

Assim, seguindo o que ocorre na maioria das pesquisas exploratórias, a investigação assume a forma de uma pesquisa bibliográfica, que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, o que possibilitou a busca de dados para construir uma base teórica, necessária ao desenvolvimento do trabalho. Assim, exploraram-se diversos documentos (livros, revistas e artigos na internet), que ao longo da fundamentação teórica são introduzidos.

Atendendo a que a bibliografia encontrada referente ao PNSE não se revelou muito abundante, e para que a investigação tivesse melhor consistência, esclarecendo e aprofundando o problema em estudo recorreu-se a entrevistas a alguns atores chave na cidade da Covilhã.

1.8.2. Instrumentos quantitativos

Na possibilidade de ampliar a compreensão do fenómeno em estudo, pensa-se que o emprego equilibrado das duas metodologias (qualitativa e quantitativa), permite ampliar a compreensão de determinada realidade.

Assim, recorreu-se a alguns procedimentos de natureza quantitativa, principalmente na criação de uma base de dados oriundos do INE (Instituto Nacional de Estatística) e de outros, o que levou à criação de diversas tabelas e gráficos.

1.9. Estrutura do trabalho

O trabalho estrutura-se em duas partes: a primeira expõe a fundamentação teórica, pois nela se patenteiam os conceitos, tentando enquadrar-se teoricamente o problema em análise, por forma a compreender o caso de estudo.

A segunda metade do trabalho é dedicada ao caso de estudo, à análise dos dados e ao estabelecimento de algumas soluções, nomeadamente propondo-se a construção de um Centro de Visitantes, que proporcione um aumento dos frequentadores do parque e melhor qualidade da experiência turística, quer para os habitantes da região, quer para os de fora que a ela se deslocam.

Assim, procura-se nos primeiros capítulos, analisar algumas teorias e definições que procuram enquadrar o Turismo, em particular o turismo de natureza, as boas práticas internacionais e a possibilidade de serem transpostas para o caso em estudo.

Nos capítulos posteriores, apresenta-se o caso de estudo, subdividido em duas áreas: caracterização genérica da área abordada e análise dos dados obtidos, de forma a se propor uma solução para o problema em estudo.

Por fim, apresenta-se o capítulo com as conclusões, seguido da bibliografia e dos anexos.

Capítulo 2 - O Turismo

2.1. Introdução

O turismo é um fenómeno humano amplamente difundido no espaço e de crescente importância na economia mundial, sendo por isso objeto de um interesse cada vez maior por parte da sociedade. (BEATO, 2008)

Como tal ao longo de todo o século XX, os organismos internacionais reconheceram a necessidade de definir os conceitos básicos em turismo, com o fim de obter estatísticas comparáveis. Inicialmente fizeram-no tendo em vista apenas as viagens internacionais de que resultou um conceito restritivo do turismo, contudo, à medida que as viagens se foram alargando a todos os países e a cada vez mais população, tais organismos foram adotando as definições até chegar à atual, aprovada pela Comissão de Estatísticas da ONU em 1993. (CUNHA, 2010)

Ao mesmo tempo, autores e investigadores procuraram definir o turismo, não apenas para fins estatísticos, mas na tentativa de caracterizar uma atividade complexa que, durante o último século, se viria a transformar numa das maiores atividades económicas mundiais (idem).

2.2. Definições de Turismo

2.2.1. Turismo

A primeira definição de Turismo terá surgido em 1910, da autoria do economista austríaco Herman Von zu Schrattenhofen (BERNECKER, 1965), segundo a qual o turismo seria “*o conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada, estada e partida de viajantes numa comuna, província ou um estado determinado e, por consequência estão diretamente ligadas entre eles*”. (idem)

Entretanto e ao longo das últimas décadas, muitas outras definições foram propostas, devido a não só ao aumento da pesquisa nesta área, como também devido a todas as mudanças que ocorreram a nível global (políticas, sociais, económicas), sendo de realçar as seguintes definições:

- a) *Mathieson e Wall (1982)*, que definem o turismo como sendo “*não só o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de residência e de*

trabalho, como ainda as atividades e as infraestruturas criadas para satisfazer todas as suas necessidades durante a sua estadia”; (BEATO, 2008)

- b) *Weaver e Lawton (2006)*, que atribuem um significado mais abrangente ao turismo, definindo-o como *“a soma dos processos, atividades e resultados, que advêm das interações entre turistas, organizações privadas, organizações não-governamentais, (...) e que lidam com a área do turismo no processo de atraírem, transportarem, acolherem e gerirem turistas e outros visitantes”;* (idem)
- c) *Edgell, Allen, Smith e Swanson (2008)*, que definem o turismo como *“as atividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadias em lugares distintos do seu contexto habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com as finalidades de lazer, negócios e outras”;* (EDGELL et al., 2008)

Embora não exista uma definição que seja consensual, o conceito oficial criado e aplicado pela UNWTO, segundo o qual *“o turismo compreende as atividades das pessoas que viajam e permanecem em locais fora do seu ambiente habitual, por não mais do que um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios ou outros afins”* (UN, 1994), é o que é mais usualmente utilizado. (CUNHA, 2010)

2.2.2. Turista, Visitante e Excursionista

A primeira definição oficial de *“turista”* surge em 1937, no âmbito da Comissão Económica da Sociedade das Nações (idem), com o objectivo de determinar critérios para a elaboração de estatísticas turísticas internacionais. Para esta comissão um *turista* seria *“toda a pessoa que viaja por uma duração de 24 horas, ou mais, para um país diferente do da sua residência”*. (SAER, 2005)

Em 1963, aquando da Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, é reconhecida a definição de *“Visitante”* como *“toda a pessoa que se desloca a um país, diferente daquele onde tem a sua residência habitual, desde que aí não exerça uma actividade remunerada”*. É reconhecida igualmente a distinção entre *“Turista”*, visitante que permanece mais de 24 horas no país de destino e *“Excursionista”*, visitante que permanece menos de 24 horas no país de destino. (idem)

Já em 1993, a Comissão de Estatística da ONU adotou a definição que passou a vigorar desde então, segundo a qual o termo *“visitante”* é o conceito básico de todo o sistema estatístico do turismo, dividido nas categorias de *“turistas”* e *“visitantes de um dia”* com o seguinte significado: (UN, 1994 in CUNHA, 2010)

- **Visitante** - qualquer pessoa que viaja para um local que não seja do seu ambiente habitual por menos de 12 meses e cujo principal propósito da viagem é outro que não o de exercer uma atividade remunerada no local visitado;
- **Turistas** - visitantes cuja estada é pelo menos de uma noite num alojamento coletivo ou privado no local visitado;
- **Visitantes do dia ou Excursionistas** - visitantes que não passam uma noite num alojamento coletivo ou privado no local visitado.

2.2.3. Tipos de Turismo

De acordo com as classificações metodológicas adotadas pela OMT e pelo Eurostat, e segundo a origem dos turistas, consideram-se diferentes tipos de turismo: (BEATO, 2008)

- **Doméstico ou interno** - que resulta da deslocação dos residentes independentemente da sua nacionalidade, dentro do seu próprio país de residência tendo como propósito o turismo, passando pelo menos uma noite fora do seu ambiente usual;
- **Internacional** - quando o movimento anterior é feito fora do país de residência habitual.

2.2.4. O Turismo como um sistema

A fim de se poder compreender a natureza complexa e dinâmica da experiência turística, muitos pesquisadores de turismo utilizam o conceito de sistema para definir turismo. Um sistema é uma combinação de elementos inter-relacionados que formam um todo unitário (HALL, 2000). Na sua forma mais básica, o sistema turístico consiste no consumo, na produção e nas experiências que são geradas. (COOPER & HALL, 2008)

A fim de aumentar a compreensão do turismo é, portanto, também necessário identificar os elementos e fatores que contribuem para o consumo e produção turísticos. (idem)

Tendo em conta que o movimento é parte integrante do turismo, uma das formas de entender o sistema de turismo pode ser através dos caminhos de viagem tomados pelos consumidores individuais. Esta abordagem é geralmente denominada como um sistema geográfico de turismo e é composto por quatro elementos básicos: (idem)

- **Região de origem** - residência permanente do turista e o local onde a viagem começa e termina;
- **Rota de trânsito** - caminho ao longo da região através da qual o turista deve viajar para chegar ao seu destino;
- **Região de destino** - região que o turista escolhe visitar e que é um elemento central do turismo;
- **Ambiente** - envolve as outras três regiões.

O modelo de sistema de turismo geográfico é assim útil para identificar o fluxo de turistas de um local para outro e para realçar a importância da conectividade entre a região de origem e a de destino (Fig. 1).

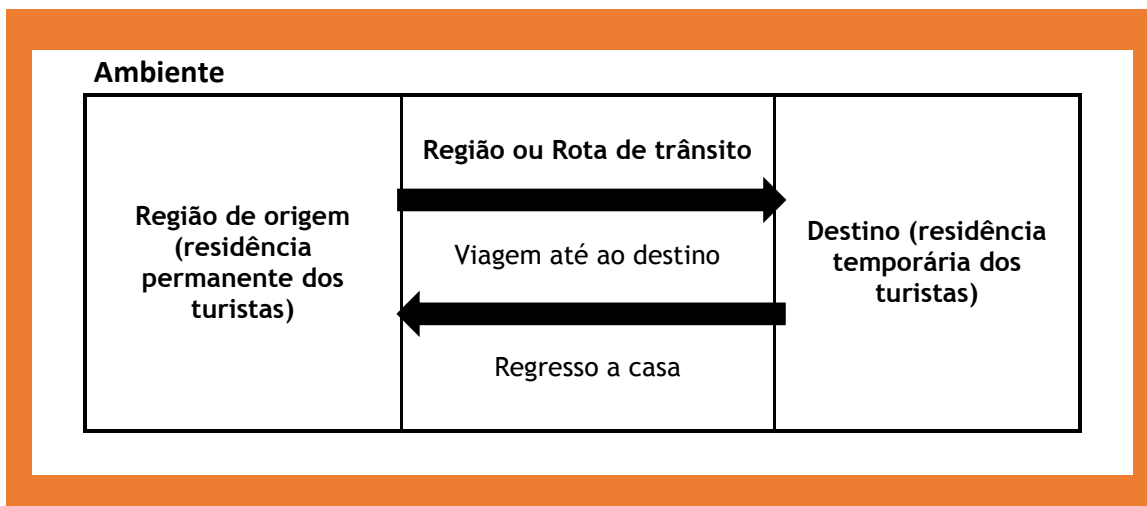


Fig. 1 - Sistema de turismo geográfico; Fonte: Adaptado de COOPER & HALL, 2008.

Fica claro que também pode haver mais do que um destino e, portanto, todo um sistema de regiões de destino e rotas de trânsito podem existir para alguns turistas. No entanto, a forma básica do sistema de turismo geográfico é suficiente para ilustrar uma gama de dimensões importantes do turismo: (ibidem)

- 1) Apesar de o destino ser o ponto focal da atividade turística, o turismo é afetado por todos os elementos do sistema, isto é, uma viagem terá de incluir não só o que acontece no local de destino, mas também o que sucede no trajeto de ida e regresso;
- 2) Os destinos são acessíveis às regiões de origem do turismo. Diferentes destinos serão variavelmente acessíveis às regiões de origem e vice-versa. Isso significa

que alguns destinos terão vantagens naturais em detrimento de outros em relação a acessibilidades e, portanto, maior potencial de mercado. Este é um fator que diferentes destinos procurarão explorar em concorrência com outros destinos;

- 3) Em relação a viajar para o destino, é de referir que os diferentes elementos do sistema terão componentes produtivas diferentes, embora sejam utilizados pelo mesmo consumidor. Os diferentes elementos que permitem a produção do turismo são identificados na Tabela 1. Ao analisar a Tabela, é importante perceber que não se sugere, que os elementos que foram identificados só ocorrem em regiões específicas, em vez disso, realça a importância relativa de vários aspetos da indústria do turismo a partir da perspectiva do consumidor (como vão de uma etapa da sua viagem para outra, e, portanto, de uma parte do sistema de turismo para outro).

Tabela 1 - Principais elementos da produção do turismo em diferentes componentes do sistema de turismo geográfico; Fonte: Adaptado de COOPER & HALL, 2008.

<u>REGIÃO DE ORIGEM</u>	<u>REGIÃO DE TRÂNSITO</u>	<u>DESTINO</u>
1. Distribuição e promoção de canais para o destino na região de origem: agentes de viagens, operadores turísticos, retalhistas e distribuidores <i>online</i> .	1. Ligações de transporte entre a região de origem e destino: serviços de aviação, serviços de autocarros e comboios, serviços de cruzeiros e <i>ferry</i> , carros privados e de aluguer.	1. Instalações e Atrações: alojamentos, reuniões e exposições, parques temáticos, casinos, comércio, centro de visitantes, atividades, etc.
2. Infraestrutura de transportes.	2. Estruturas de trânsito: alimentação, alojamento, casas de banho, onde os turistas têm de parar antes do destino final.	

2.2.5. Motivações

As motivações que levam as pessoas a viajar são variadas e múltiplas. O indivíduo que se desloca numa viagem de negócios ou profissional pode aproveitar tal deslocação para assistir a um festival de música ou visitar o local, apreciando os monumentos ou as paisagens. Assim e segundo este pensamento, Foster (1992), apresenta os principais fatores motivadores que provocaram a rápida expansão do turismo a partir dos anos 50. (SAER, 2005)

Factores de Motivação

Recreação/prazer:

1. Descanso - para fugir à rotina diária
2. Para um tempo agradável
3. Para conseguir uma experiência aventureira ou romântica

Cultural e educativo:

1. Para ver outros países - o povo e a cultura
2. Para ver locais de interesse especial - locais, museus, galerias de arte, etc.
3. Para visitar locais em que têm lugar acontecimentos actuais
4. Para assistir a acontecimentos especiais incluindo concertos, exposições
5. Para aprender mais sobre os passatempos favoritos e outros interesses pessoais

Étnico:

1. Para visitar o país de origem da família
2. Para ver lugares visitados por parentes ou amigos
3. Para ver culturas/costumes invulgares ou bizarros em regiões remotas

Diversos:

1. Acontecimentos desportivos
2. Mudança de tempo ou de clima
3. Aventura
4. Sociológicos - conhecer outras partes do mundo
5. Viagem de negócios/conferências/congressos

Fig. 2 - Fatores de Motivação segundo FOSTER, 1992 in SAER, 2005.

Como o turismo assume por vezes o nome do motivo de viagem, aparecem entre outras, as seguintes definições: (BEATO, 2008)

- **Turismo de recreio** - é aquele que oferece um maior conjunto de motivos para viajar, devido às inúmeras possibilidades (repouso, gastronomia, compras);
- **Turismo cultural** - é aquele onde as pessoas que o praticam possuem um grau de exigência mais elevado (motivações mais sofisticadas) e que procuram locais de grande manifestação cultural, como centros de cultura e locais de antigas civilizações;
- **Turismo étnico** - viagens usualmente realizadas por residentes e pelos seus descendentes no estrangeiro ao país de origem e para observar culturas e costumes invulgares;
- **Turismo desportivo** - viagens realizadas com a intenção de praticar um determinado desporto ou para assistir a eventos desportivos;

- **Turismo de saúde ou repouso** - é relacionado com a saúde e bem-estar e que assenta na procura de locais com infraestruturas importantes no campo da medicina e ambientes calmos propícios ao relaxamento, como estâncias termais e balneares;
- **Turismo de negócios** - viagens normalmente realizadas pelos quadros superiores das empresas, com vista a participarem em reuniões, convenções, seminários, conferências, congressos, feiras e exposições, entre outras;
- **Turismo político** - tipo de turismo que se assemelha ao turismo de negócios, mas com a particularidade de exigências mais elevadas na sua organização, devido a questões de protocolos e de segurança;
- **Turismo religioso** - viagens realizadas com o intuito de participar em eventos religiosos e peregrinações e que assume grande importância, devido à magnitude dos visitantes que envolve como é o caso das grandes peregrinações a certos locais de culto.

2.3. O Turismo Mundial em números

O turismo continua a ser uma das atividades económicas onde se registam as maiores taxas de crescimento a nível mundial. O crescimento tem sido praticamente ininterrupto, sendo que obteve um total de 25 milhões de turistas em 1950, 278 milhões em 1980 e 528 milhões em 1995.

Segundo o último relatório anual da *United Nations World Tourism Organization* (UNWTO, 2014), o turismo mundial continua com essa trajetória de crescimento. Depois de em 2012 ter sido atingido um novo marco histórico de mais de mil milhões de turistas que viajaram num único ano, em 2013 ocorreu um crescimento de 5%, representando 52 milhões de novos turistas, atingindo-se assim a marca de 1087 milhões, de viagens num único ano, o que equivale a um impacto de 9% no PIB mundial. Estes resultados superaram as expectativas e previsões, apesar dos persistentes desafios económicos globais e mudanças geopolíticas.

A Europa continua, neste quadro, a ser a região mais visitada do mundo. Segundo o mesmo relatório, em 2013 a Europa liderou em termos de crescimento absoluto, recebendo mais 29 milhões de turistas adicionais, elevando assim o seu total para 563 milhões. (idem)

Como se pode verificar pela figura seguinte (Fig. 3), o volume de turistas na Europa representou em 2013, 52% do total de turistas internacionais, seguindo-se a Ásia com um resultado de 23%.

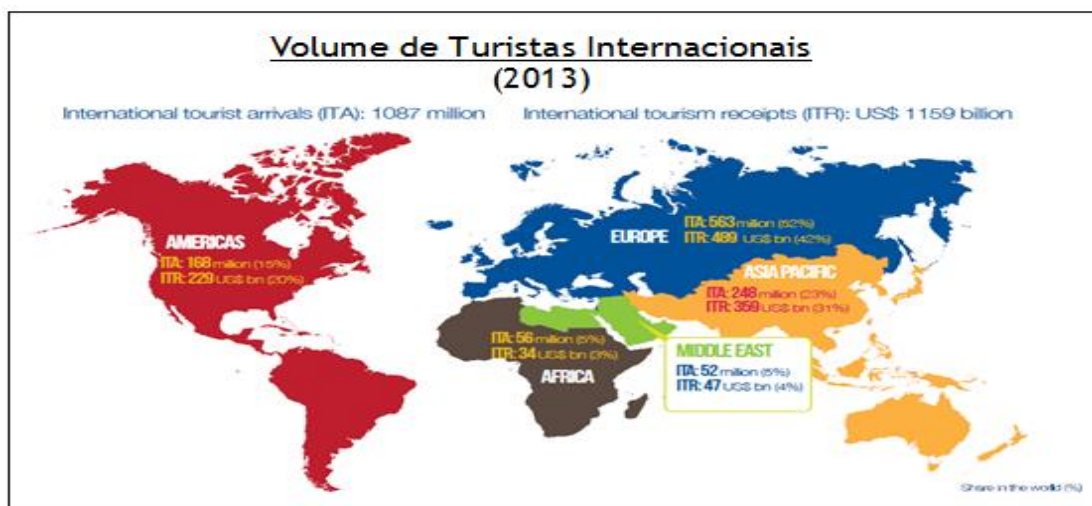


Fig. 3 - Volume de Turistas Internacionais em 2013; Fonte: Adaptado de UNWTO, 2014a.

2.3.1. A importância dos transportes

Os transportes são essenciais para o sucesso de todos os componentes do turismo. Se a viagem é feita por via aérea, marítima ou terrestre, é sempre necessário existirem instalações e serviços adequados para o desenvolvimento de um destino de sucesso. (UNWTO, 2014)

No caso do transporte aéreo, este é considerado como a peça vital do turismo. O crescimento deste tipo de transporte está intrinsecamente ligado à expansão do turismo, uma vez que a maioria dos passageiros internacionais, utilizam a via aérea para praticar turismo, seja para lazer ou para fins profissionais. (idem)

Segundo a publicação *UNWTO Tourism Highlights 2014*, em 2013 mais de metade de todos os turistas chegaram ao seu destino por via aérea (53%), enquanto que os restantes utilizaram diversos meios de deslocação: rodoviários (40%); ferroviário (2%); e marítimos (5%). Tais dados apresentam-se na seguinte figura (Fig. 4):

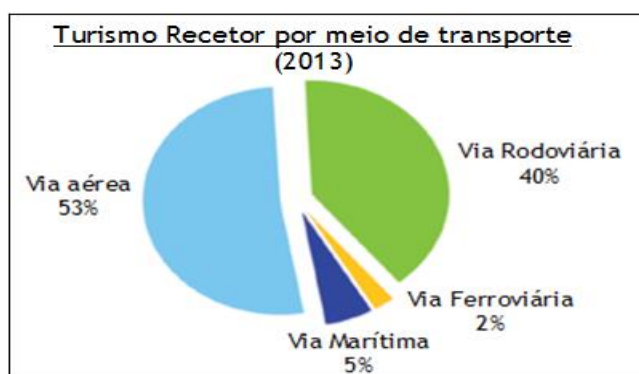


Fig. 4 - Turismo recetor por meio de transporte em 2013; Fonte: Adaptado de UNWTO, 2014a.

Reconhecendo a importância da interdependência entre o transporte aéreo e o turismo, a *World Tourism Organization* focou-se em 2013 na promoção da cooperação entre os sectores da aviação e do turismo, propondo uma maior coordenação de políticas, de modo a existir uma contribuição superior de ambos os sectores para a criação de emprego, crescimento económico e desenvolvimento social. (UNWTO, 2014)

2.3.2. Motivos das viagens

Os motivos ou propósitos que levam uma pessoa a efetuar uma viagem podem ser os mais variados, como já foi referido anteriormente. Segundo a proposta de Foster (1992), atualmente a *UNWTO*, divide esses motivos em três categorias principais: o lazer, recreação e férias; negócios e profissionais; visitar amigos e familiares (VFR¹), tratamentos de saúde, religião e peregrinações e outros.

- **Viagem de negócios** - pode ser definida como incluindo participação em reuniões e conferências, formações, missões e trabalhos de contato profissional e promocional. São normalmente organizadas por agências de viagens e envolvem um cronograma restrito de atividades e lugares a visitar. (UNWTO, 2014)
- **Viagem de lazer** - é definida como uma viagem que pode ser organizada pelo próprio turista ou através de um agente de viagens. É aquela que oferece um maior conjunto de motivos para viajar, como visitar sítios naturais, assistir a eventos desportivos ou culturais, praticar um desporto, entre outros. (idem)
- **Viagem VFR¹** - é considerada como uma viagem onde o foco dos viajantes é o desejo de estarem com amigos e/ou familiares, sendo estas as viagens mais suscetíveis de serem repetidas. São muito importantes uma vez que funcionam como um impulso para viagens de cariz mais convencional entre regiões e portanto, na promoção do turismo em geral. Esta categoria engloba, entre outras, visitar amigos ou parentes, assistir a casamentos, funerais ou qualquer outro evento familiar, cuidar a curto prazo de doentes ou idosos. (idem)

Segundo os dados da UNWTO, em 2013 as viagens de lazer foram responsáveis por mais de metade do total de chegadas de turistas internacionais. Como se apresenta na figura seguinte (Fig. 5), 52% (cerca de 568 milhões) de turistas internacionais viajaram para fins de lazer, cerca de 14% (cerca de 153 milhões) para fins comerciais ou de negócios e cerca de 27% (cerca de 295 milhões) com o motivo de visitarem amigos e/ou familiares (VFR), motivos

¹ “visit friends and relatives”

religiosos ou de saúde. Para os restantes 7% (cerca de 76 milhões) não foram especificados os motivos da viagem.

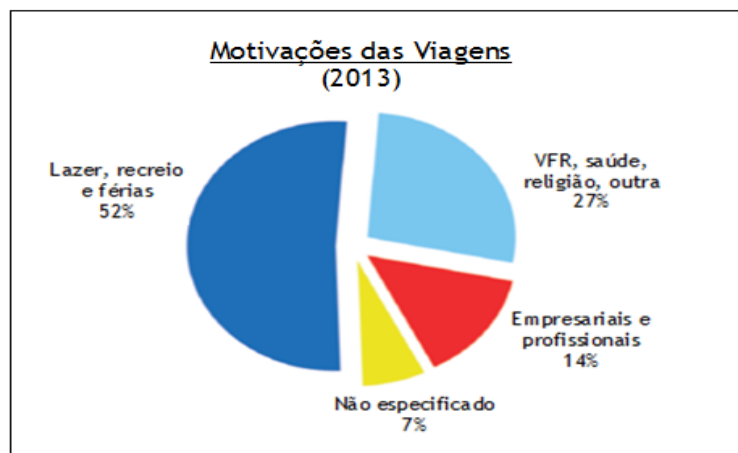


Fig. 5 - Motivações das viagens em 2013; Fonte: Adaptado de UNWTO, 2014a.

2.3.3. Previsão do Turismo Mundial para o período 2010/2030

A publicação *UNWTO Tourism Towards 2030* é um amplo projecto de pesquisa em relação a previsões do turismo internacional. Este estudo, que foi iniciado na década de 90, apresenta projeções quantitativas da demanda do turismo internacional ao longo de duas décadas, tendo como base o ano de 2010 e terminando em 2030. A previsão contempla também a análise de vários fatores, como os fatores sociais, políticos, económicos, ambientais e tecnológicos, uma vez que estes foram algumas das principais influências que moldaram o turismo no passado e voltarão a sê-lo no futuro. (UNWTO, 2014a)

Segundo este estudo, é esperado que o turismo continue com um amplo crescimento, com uma média anual a rondar os 3,3%, durante o período 2010/2030. Apesar do crescimento, espera-se que exista uma diminuição gradual ao longo do tempo, apresentando-se assim um valor de 3.8% em 2012 e 2.9% em 2030. Em termos absolutos significa que haverá cerca de 43 milhões de turistas adicionais, em cada ano, sendo importante referir que esse valor, no período de 1995 a 2010, situava-se nos 28 milhões por ano.

Por região, a Europa e as Américas irão aumentar o número de chegadas de turistas internacionais mas a um ritmo mais lento, passando de 475 milhões em 2010 para cerca de 744 milhões em 2030, no caso da Europa e de 150 milhões para cerca de 248 milhões, no caso das Américas. Os maiores crescimentos serão, no entanto, nas economias emergentes na Ásia, Médio Oriente e África, prevendo-se que em 2030, 57% do total das chegadas internacionais sejam nestes destinos. No caso da Ásia está previsto um crescimento anual de cerca de 4.9%, prevendo-se atingir em 2030, 535 milhões de chegadas de turistas internacionais. Já no caso

do Médio Oriente e África, é esperado que dupliquem as chegadas de turistas, em relação a 2010, passando de 61 para 149 milhões e 50 para 134 milhões, respetivamente. (ibidem)

À taxa projetada no estudo e como mostra a figura seguinte (Fig. 6), espera-se então que em 2020 o total de turistas internacionais seja de 1400 milhões e que em 2030 seja de 1800 milhões.

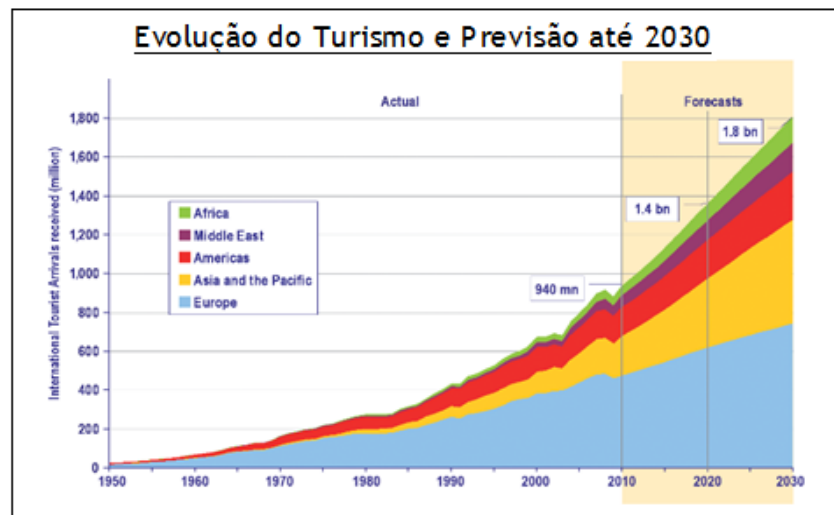


Fig. 6 - Evolução do Turismo e previsão até 2030; Fonte: Adaptado de UNWTO, 2014a.

Por fim, é necessário referir que este estudo demonstra que existe um grande potencial de expansão do turismo para as próximas décadas, embora esse crescimento esteja previsto ser mais moderado e sustentável, apelando fundamentalmente a que se moldem políticas, infraestruturas, negócios e recursos humanos de modo a que os destinos turísticos possam beneficiar desta tendência e oportunidade. (ibidem)

2.4. O Turismo na Europa

A Europa, como já foi referido anteriormente, continua a ser a região mais visitada do Mundo, tendo recebido cerca de 563 milhões de turistas no ano de 2013. Este foi considerado um bom ano para o mercado do turismo na Europa, apesar de todos os problemas económicos que o afetam.

O turismo, em 2013, na Europa é descrito na publicação UNWTO - *Tourism Highlights*, como “Europa - um surpreendentemente forte 2013”, onde divulga que este continente obteve um crescimento de 5% de chegadas de turistas, representando um aumento de cerca de 29 milhões de turistas em relação ao ano anterior. As receitas com o turismo também cresceram

4%, atingindo assim os 368 mil milhões de euros, que correspondem a 42% do total de receitas de todo o mundo (Tabela 3).

Em termos regionais, como se pode observar pela Tabela 2, a Europa Central e Oriental registaram o maior crescimento de chegadas, com mais 7% que em 2012. Os destinos que mais cresceram foram a Geórgia e Bielorrússia (ambos com 15%), a Arménia (+14%) e o Cazaquistão (+11%). A Rússia, enquanto maior país desta sub-região, registou um crescimento de 10%. A Ucrânia e a Polónia, ambas com 7%, continuaram a consolidar o crescimento registado em 2012 aquando da realização do Campeonato da Europa de Futebol. (UNWTO, 2014a)

O crescimento em termos absolutos foi liderado pelo Sul e Europa Mediterrânea, que contribuíram com mais 11 milhões de chegadas (+6% que em 2012). Os principais países impulsionadores deste crescimento foram a Grécia (+16%), Portugal (+8%), Espanha, Turquia e Croácia (+6%). (idem)

Já o Norte da Europa registou também um crescimento de 6%, alavancado por países como a Noruega (+8%) e Reino Unido (+6%). De referir também que o maior crescimento desta sub-região, pertenceu à Islândia com um crescimento relativo de 20%. (idem)

Quanto à Europa Ocidental, as chegadas de turistas cresceram apenas 4%, impulsionada por países como França (+8%), Holanda e Suíça (ambos +5%) e Alemanha (+4%). Já a Bélgica conseguiu apenas um modesto crescimento de 1%. (idem)

Tabela 2 - Chegadas de Turistas Internacionais; Fonte: UNWTO, 2014a; (* - dados provisórios).

DESTINOS	CHEGADAS DE TURISTAS INTERNACIONAIS							
	Milhões				Alterações (%)			Quota (%)
	2010	2011	2012	2013*	10/11	11/12	12/13*	2013*
Norte da Europa	62,654	64,480	65,088	68,862	2.9	0.9	5.8	12.2
Europa Ocidental	154,374	161,477	167,193	172,276	4.6	3.5	4.2	30.9
Europa Central/Oriental	94,497	103,133	111,655	118,944	9.1	8.3	6.5	21.1
Europa Mediterrânea/Sul	173,317	186,93	190,441	201,359	7.9	1.9	5.7	35.7

Tabela 3 - Receitas do Turismo Internacional; Fonte: *UNWTO, 2014a*; (* - dados provisórios).

DESTINOS	RECEITAS TURISMO INTERNACIONAL				
	(Milhões de dólares)				Quota (%)
	2010	2011	2012	2013*	2013*
Norte da Europa	59,353	66,323	67,631	74,210	14.3
Europa Ocidental	144,159	162,885	157,934	167,861	34.3
Europa Central/Oriental	48,082	56,024	56,297	59,928	12.2
Europa Mediterrânea/Sul	159,767	179,502	172,185	187,254	38.3

2.5. O Turismo em Portugal

O impacto do Turismo na economia nacional é incontornável e transversal a vários setores, representando quase 10 por cento do PIB e mais de 8 por cento do emprego, sendo ainda o setor nacional mais exportador (cerca de 14 por cento das exportações totais). O turismo português registou uma evolução muito positiva nos últimos anos, mantendo-se as boas perspetivas para 2014. (AICEP, 2014)

“O Turismo é (...) pois estratégico a vários níveis: para o emprego (8 por cento), para a requalificação profissional, bem como para a proteção do meio ambiente e valorização do património cultural, sendo deste modo um forte potenciador de crescimento económico e de desenvolvimento social.” É com estas declarações que o Presidente do Conselho de Administração da AICEP refere o turismo nacional, na publicação de Janeiro de 2014, da AICEP Portugal Global.

Segundo o estudo do ES Research, Portugal era, em 2010, o segundo país da OCDE em que o turismo mais pesava no seu PIB e o terceiro da Zona Euro em que o setor turístico mais pesava nas exportações. Portugal é também o terceiro destino mais competitivo na bacia do Mediterrâneo, de acordo com o Índice de Competitividade Viagens & Turismo do *World Economic Forum*, citado no estudo em referência, e em termos mundiais situava-se, em 2012, no top 20 de um *ranking* de 140 países. É ainda considerado o sétimo país que melhor acolhe os turistas. (idem)

2.5.1 Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) foi uma iniciativa do Governo (sob a orientação do Ministério da Economia e Inovação), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, para servir de base à concretização de ações definidas para o

crescimento sustentado do Turismo nacional, num período de cerca de 10 anos (espaço temporal 2006 - 2015).

Os objetivos definidos com este documento foram sempre referidos como um grande desafio para o setor. Segundo o documento, o turismo em Portugal deverá crescer de forma sustentada e superando a média Europeia. De acordo com as Figuras 7 e 8, as metas definidas foram: (PENT, 2007)

- Crescimento anual de 5% de turistas internacionais, atingindo assim os 20 milhões de turistas em 2015;
- Crescimento anual de 9% nas receitas, ultrapassando assim os 15 mil milhões de euros em 2015;

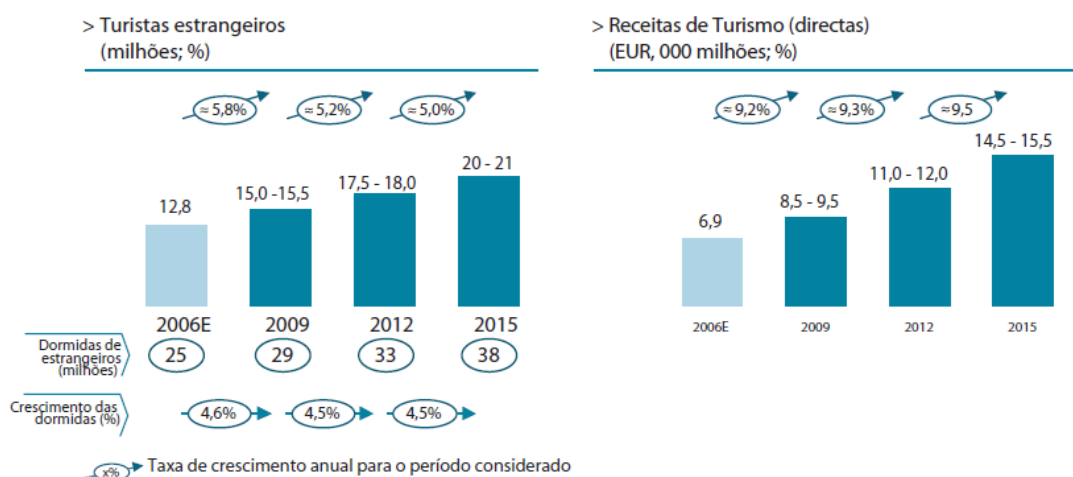


Fig. 7 - Crescimento anual; Fonte: PENT, 2007.

- Contribuição do setor, em 2015, em cerca de 15% do PIB e 15% do emprego nacional (figura 8).

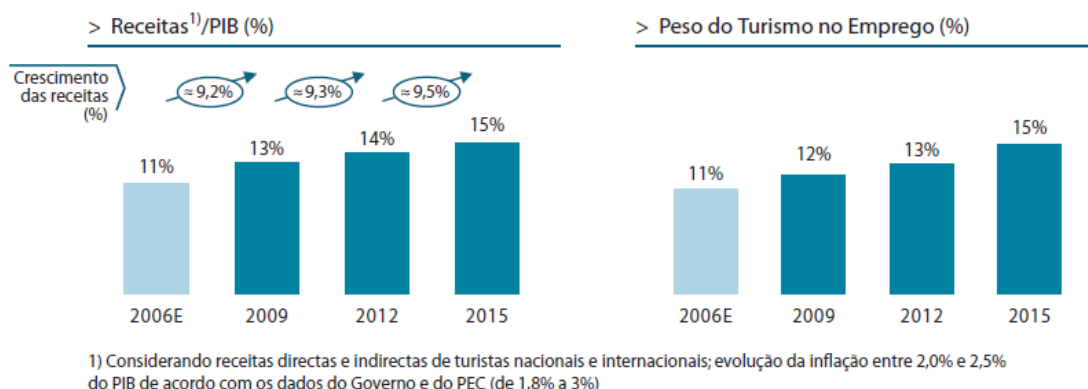


Fig. 8 - Contribuição do setor; Fonte: PENT, 2007.

Para tais metas serem atingidas, foram definidas as linhas estratégicas de desenvolvimento do setor. Estas incluem 5 eixos principais, através dos quais irá resultar a implementação do PENT:

- **Território, Destinos e Produtos** - visa potenciar as valências turísticas de todo o país, sendo estratégico o desenvolvimento dos pólos do Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto. Em relação aos produtos, o PENT identifica 10 produtos estratégicos a desenvolver no território: Sol e Mar; *Touring* Cultural e Paisagístico; *City Break*; Turismo de Negócios; Turismo de Natureza; Turismo Náutico (incluiu os Cruzeiros); Saúde e Bem-estar; Golfe; *Resorts* Integrados e Turismo Residencial; Gastronomia e Vinhos. (VALENTE, 2007)

Mais à frente será desenvolvido, mais pormenorizadamente, o produto Turismo de Natureza.

- **Marcas e Mercados** - visa afirmar a marca “*Destino Portugal*” no mundo e desenvolver/consolidar os mercados alvo, designadamente através de iniciativas culturais de grande qualidade e de estratégias empresariais de internacionalização de marcas, reforçando-se as parcerias público-privadas nesse sentido. (idem)
- **Qualificação de Recursos** - visa a qualificação de serviços e destinos, mediante a sua certificação, a aposta em recursos humanos qualificados e desburocratização/modernização da administração pública turística. (idem)
- **Distribuição e Comercialização** - visa o ajustamento das empresas e destinos nacionais aos novos modelos de negócio. (idem)
- **Inovação e Conhecimento** - visa a utilização do conhecimento como fator de inovação e de orientação da atividade turística, mediante o desenvolvimento de sistemas de informação, monitorização e avaliação, bem como de ferramentas avançadas de gestão do território. (idem)

A concretização destes 5 eixos requer a implementação de 11 projetos, em vários níveis e englobando múltiplas entidades: (PENT, 2007)

- Produtos, Destinos e Pólos;
- Intervenção em Zonas Turísticas de Interesse (ZTIs);
- Desenvolvimento de conteúdos distintivos e inovadores;
- Eventos;
- Acessibilidade aérea;
- Marcas, promoção e distribuição;
- Programa de qualidade;

- Excelência no capital humano;
- Conhecimento e Inovação;
- Eficácia do relacionamento Estado-Empresas
- Modernização empresarial.

2.5.2. Linhas orientadoras para as diferentes regiões

De forma a definir com mais pormenor as linhas de ação do turismo, o PENT apresenta as linhas orientadoras divididas por regiões (NUTS II), uma vez que cada uma tem um conjunto de fatores e recursos diferentes e diversificados. Assim é possível apresentar diferentes propostas a nível regional, para o desenvolvimento de ofertas distintas, capitalizando a vocação natural de cada região (Fig. 9).

Principais recursos por região (NUTS II)

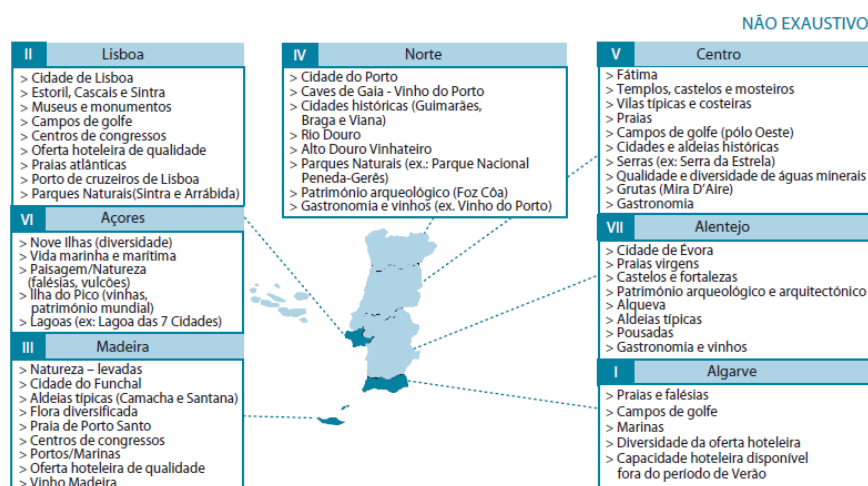


Fig. 9 - Principais recursos por região (NUTS II); Fonte: PENT, 2007.

2.5.3. Objetivos para a região Centro

Quanto aos objetivos inscritos no PENT (2007) para a região Centro, até 2015, é ambicionado um crescimento de dormidas de estrangeiros a uma taxa média anual de 7,3% e um aumento anual de 6,2% de turistas, atingindo assim 2,2 ou 2,3 milhões de dormidas, nesse ano (Fig. 10). Quanto às dormidas de turistas nacionais, o crescimento prevê-se que seja mais moderado, cerca de 2,3% ao ano. Quanto às receitas, o PENT prevê que exista um crescimento anual na ordem dos 10% (Fig. 11).

Conceito/Objetivo por região (NUTS II)

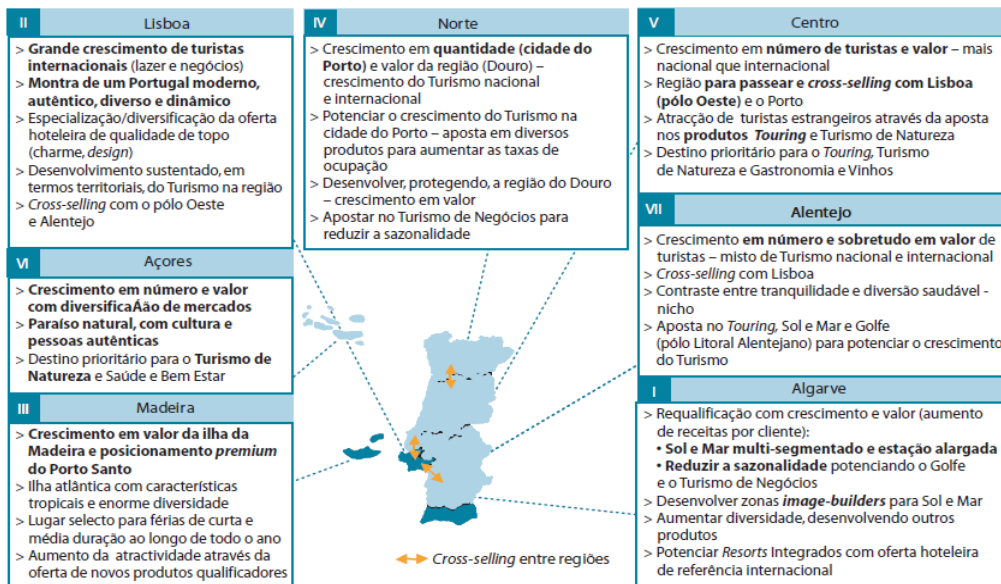
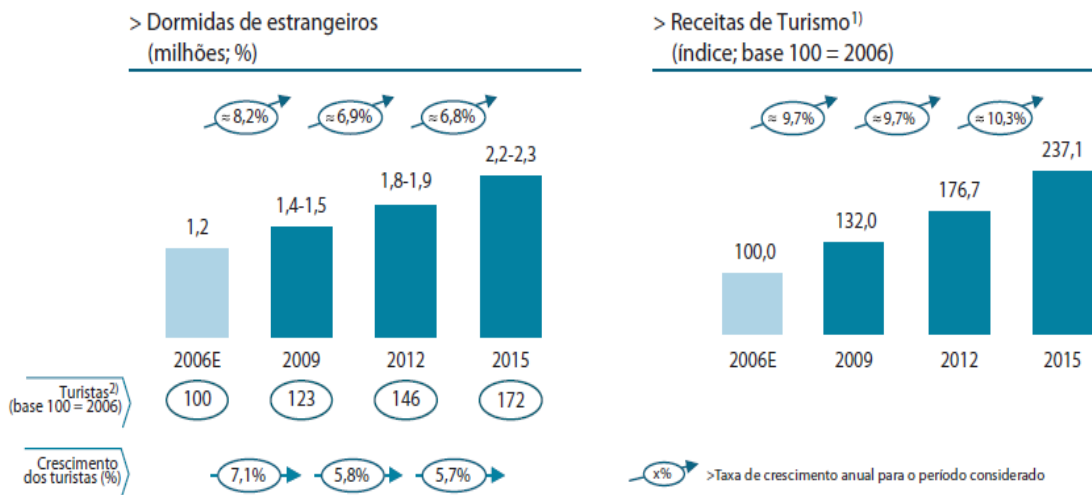


Fig. 10 - Conceito/Objetivo por região (NUTS II); Fonte: PENT, 2007.



1) Índice a monitorizar através dos proveitos totais em estabelecimentos hoteleiros
 2) Índice a monitorizar através dos hóspedes estrangeiros em estabelecimentos hoteleiros

Fig. 11 - Dormidas de estrangeiros e Receitas de Turismo para a região Centro; Fonte: PENT, 2007.

A estratégia do plano prevê que a atração dos turistas estrangeiros pela região Centro será essencialmente através dos produtos de *Touring* e Turismo de Natureza, não esquecendo o *cross-selling* com a região de Lisboa e do Porto e Norte (figura 12).

- Potenciais ações a aprofundar na região Centro:

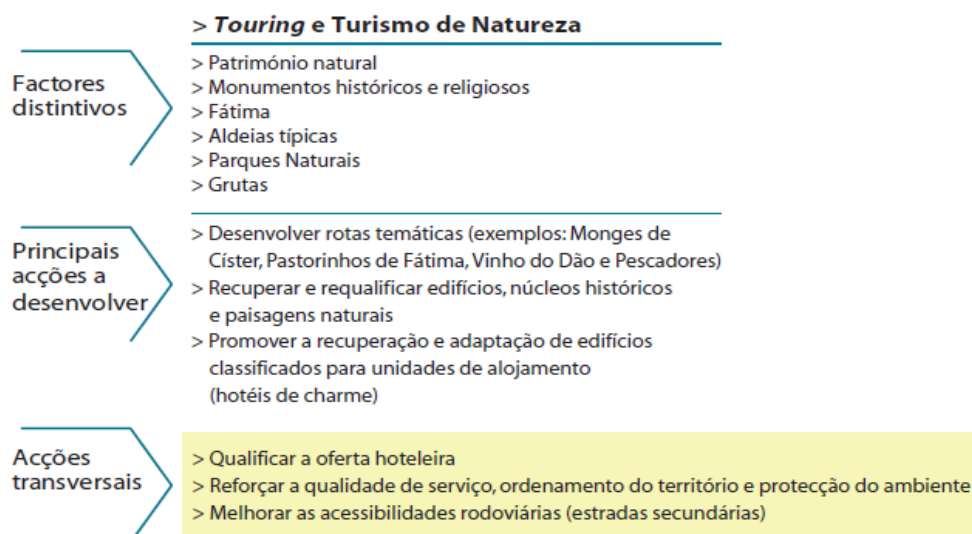


Fig. 12 - Potenciais ações a aprofundar na região Centro; Fonte: PENT, 2007.

2.5.4. Linhas orientadoras para os diferentes pólos

Para permitir a diversificação da oferta turística e reduzir a dependência face às 3 principais regiões de Turismo nacionais, foram definidos também no PENT, 6 pólos de desenvolvimento turístico, para além do pólo-região dos Açores: Douro, Serra da Estrela, Oeste, Alqueva, Litoral Alentejano e Porto Santo (Fig. 13). (PENT, 2007)

Estes foram definidos para permitir dar resposta às principais motivações da procura, para possibilitar um desenvolvimento de oferta de elevada qualidade e de conteúdos para o *Touring*, esperando-se que ocorra um desenvolvimento sustentado do Turismo Internacional e do Turismo nacional, de modo a fortalecer e dinamizar o tecido económico regional. (idem)

Principais factores distintivos por pólo de desenvolvimento turístico

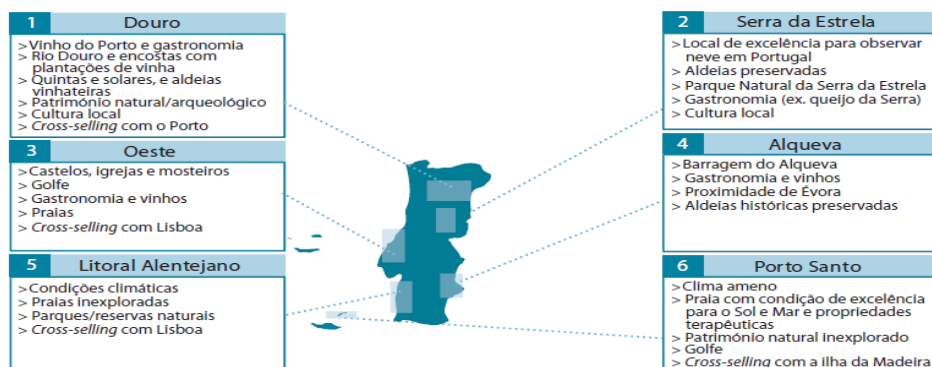


Fig. 13 - Principais fatores distintivos por pólo de desenvolvimento turístico; Fonte: PENT, 2007.

2.5.5. Pólo Turístico da Serra da Estrela

Segundo o Plano Estratégico Nacional do Turismo, o pólo turístico da Serra da Estrela, que compreende toda a área do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), apresenta-se como importante para a região Centro, uma vez que foi criado para se tornar num destino de neve de referência para o mercado nacional, contribuindo para o desenvolvimento económico de uma região marcada pela interioridade e constituindo-se como uma alternativa viável aos pequenos *resorts* de montanha de Espanha.

Aqui deverão ser desenvolvidos os dois produtos referidos anteriormente: o *Touring* e o Turismo de Natureza (este com particular enfoque na neve). É referido também que o pólo deverá desenvolver rotas turísticas e serviços de apoio ao turista, para o aproveitamento das características específicas desta região. Quanto ao alojamento deverá haver uma oferta hoteleira multi-segmentada, visando os diferentes tipos de procura. (ibidem)

2.5.6. Revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (Horizonte 2013-2015)

Com a aprovação do Plano Estratégico do Turismo (PENT) pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 15 de fevereiro, foi prevista uma revisão periódica dos objetivos, políticas e iniciativas, no sentido de melhorar a resposta em relação à evolução do contexto global e do setor turístico.

Desde a aprovação do PENT, o Turismo interno desenvolveu-se de forma sustentada, mas devido ao contexto da crise económica internacional, que se abateu em 2009, levou a uma deterioração da performance do Turismo internacional, o que comprometeu a concretização dos objetivos. (PENT, 2011)

Devido a esta situação, verificou-se que os objetivos inscritos no PENT em 2007 não eram de todo realistas. Dos objetivos principais é necessário realçar que:

- As receitas turísticas ficaram 21,5% aquém dos objetivos;
- O número de hóspedes internacionais situou-se 13% abaixo dos objetivos inscritos;
- O número de turistas internacionais a visitarem o país, também se situou em valores inferiores ao inicialmente previsto, apresentando menos 1,1 milhões de turistas;
- O número de hóspedes e dormidas de turistas nacionais ficaram com 44 mil e 515 mil, respetivamente, abaixo dos objetivos;

Esta revisão decorreu com o contributo de diversos agentes privados e públicos, com o âmbito do reconhecimento de melhorias e novas iniciativas para a evolução das ofertas (produtos

turísticos), acessibilidades, qualificação de recursos humanos e promoção turística de Portugal. (ibidem)

2.5.7. Objetivos estratégicos até 2015

Com a revisão do PENT e de acordo com as alterações verificadas no cenário macroeconómico, foram definidos novos objetivos para o setor, para o período 2013 - 2015, sendo que os principais são: (ibidem)

- As dormidas devem crescer a uma média anual de 3,1%, sendo a procura externa o principal motor do crescimento (3,7% no período 2011-2015);
- As receitas devem crescer 6,3% no mesmo período, ou seja, é necessário aumentar o consumo médio do turista em Portugal, sendo necessário para isso a qualificação e inovação da oferta;
- O saldo da balança deve crescer a um ritmo médio anual de 9,5% até 2015.

2.5.8. Resultados do Turismo em 2013

Em relação aos dados estatísticos do turismo em Portugal, é necessário apresentar uma síntese das principais conclusões do ano de 2013, sendo estas as seguintes (TP, 2014):

- Os estabelecimentos hoteleiros receberam 14,4 milhões de hóspedes que originaram um total de 41,7 milhões de dormidas (+5,2%, ou seja, um crescimento 2,0 milhões de dormidas face a 2012) (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4 - Hóspedes (N.º) nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: TP, 2014; (valores provisórios).

PAÍS DE RESIDÊNCIA	HÓSPEDES (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS		
	Dados 2013		
	Ano	Δ 13/12 (%)	Quota (%)
Portugal	6.107.900	-0,9	45,0
Estrangeiro	8.323.600	8,3	55,0
Total	14.431.500	4,2	100,0

Tabela 5 - Dormidas (N.º) nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: TP, 2014; (valores provisórios).

PAÍS DE RESIDÊNCIA	DORMIDAS (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS		
	Dados 2013		
	Ano	Δ 13/12 (%)	Quota (%)
Portugal	12.309.000	-0,9	29,2
Estrangeiro	29.423.600	8,0	70,8
Total	41.732.600	5,2	100,0

- O Reino Unido liderou o ranking dos principais mercados estrangeiros emissores de dormidas com 7,0 milhões (24% do total de dormidas de estrangeiros), mais 552,7 mil do que em 2012 (+8,6%) (Tabela 6).

Tabela 6 - Dormidas (N.º) do TOP 5 de Mercados originários de Dormidas nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: TP, 2014; (valores provisórios).

PAÍS DE RESIDÊNCIA	DORMIDAS (N.º) DO TOP 5 DE MERCADOS ORIGINÁRIOS DE DORMIDAS NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS		
	Dados 2013		
	Ano	Δ 13/12 (%)	Quota (%)
Reino Unido	6.974.200	8,6	23,7
Alemanha	4.092.800	11,1	13,9
Espanha	3.099.300	0,7	10,5
França	2.547.500	14,5	8,7
Holanda	2.112.800	-1,1	7,2
Outros	10.597.000	9,1	36,0
Total estrangeiro	29.423.600	8,0	100,0

- O Algarve registou o maior número de dormidas de estrangeiros no País, 14,8 milhões, que se traduziram num aumento de 3,5% face a 2012 (Tabela 7).
- Esta região foi também, para o mercado interno, a região que se posicionou em 1.º lugar com um total de 3,4 milhões de dormidas, embora com um decréscimo absoluto de 101,8 mil dormidas (-2,9%), face a 2012.

Tabela 7 - Dormidas (N.º) por Região nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: TP, 2014; (valores provisórios).

NUTS II	DORMIDAS (N.º) POR REGIÃO NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS		
	Dados 2013		
	Ano	Δ 13/12 (%)	Quota (%)
Norte	4.908.000	8,1	11,8
Centro	3.763.900	-0,1	9,0
Lisboa	10.066.600	6,6	24,1
Alentejo	1.139.300	-0,2	2,7
Algarve	14.822.600	3,5	35,5
Açores	1.054.100	10,4	2,5
Madeira	5.978.100	8,5	14,3
Total Portugal	41.732.600	5,2	100,0

▪ De acordo com a Tabela 8, as taxas médias de ocupação-cama (43,6%) e quarto (53,3%) obtiveram evoluções positivas ao ano de 2012. A ocupação-cama aumentou 2,4% e a ocupação-quarto 2,1%.

Tabela 8 - Taxas de Ocupação-Cama (%) por Região nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: TP, 2014; (valores provisórios).

NUTS II	TAXAS DE OCUPAÇÃO-CAMA (%) POR REGIÃO NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS		
	Período de referência dos dados		Δ 13/12
	2012	2013	
Norte	35,9	37,2	1,3
Centro	29,8	29,6	-0,2
Lisboa	48,1	49,4	1,3
Alentejo	27,6	27,7	0,1
Algarve	40,8	44,5	3,7
Açores	33,6	38,3	4,7
Madeira	55,4	60,5	5,1
Total Portugal	41,2	43,6	2,4

- Os Proveitos totais atingiram quase os 2,0 mil milhões de € no País, refletindo um acréscimo de 5,4% (+101,1 milhões de €), face a 2012, sendo que desses cerca de 1,3 mil milhões provêm dos Proveitos de aposento (Tabela 9).

Tabela 9 - Proveitos (€) Totais; Fonte: TP, 2014; (valores provisórios).

FONTE	PROVEITOS (€) TOTAIS		
	Dados 2013		
	Ano	Δ 13/12 (%)	Quota (%)
Aposento	1.372.800	6,4	66,6
Outros	584.700	3,2	33,4
Total Proveitos	1.957.500	5,4	100,0

- De acordo com a Tabela 10, as receitas do turismo atingiram, em 2013, os 9,2 mil milhões de € (+644,1 milhões de € do que em 2012, ou seja, um crescimento de 7,5%).

Tabela 10 - Receitas, Despesas e Saldo da Balança Turística; Fonte: TP, 2014; (valores provisórios).

PARÂMETROS	RECEITAS, DESPESAS E SALDO DA BALANÇA TURÍSTICA (€)		
	Dados 2013		
	Ano	Δ 13/12 (%)	Abs. 13/12
Receitas	9.249.600	7,5	644.100
Despesas	3.119.700	5,9	173.700
Saldo da Balança Turística	6.129.900	8,3	470.400

2.5.9. Análise comparativa dos resultados do Turismo em 2013 com os inscritos na revisão do PENT

Com a definição de novas metas na revisão do PENT, torna-se necessário proceder a uma análise comparativa dos principais objetivos, inscritos nessa revisão, com o intuito de averiguar se as projeções até 2015 se encontram em linha com os dados disponíveis até 2013. Para isso serão analisados os objetivos: a) das **Dormidas** (crescimento médio anual de 3,1%), visível na Tabela 11 e Gráfico 1; b) das **Receitas** (6,3%) e do **Saldo da Balança Turística** (9,5%), visíveis na Tabela 12 e nos Gráfico 2 e 3.

a) Dormidas

Tabela 11 - Dormidas (N.º) nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: TP, 2012,2013,2014; (valores provisórios).

PAÍS DE RESIDÊNCIA	DORMIDAS (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS					
	Período de dados				PENT	Δ Dados vs PENT
	2011	2012	2013	%		
Portugal	13.498.800	12.472.700	12.309.000	-4,05%	2,00%	-6,05%
Estrangeiro	26.061.300	27.291.800	29.423.600	6,50%	3,70%	2,80%
Total	39.560.100	39.764.500	41.732.600	3,00%	3,10%	-0,10%

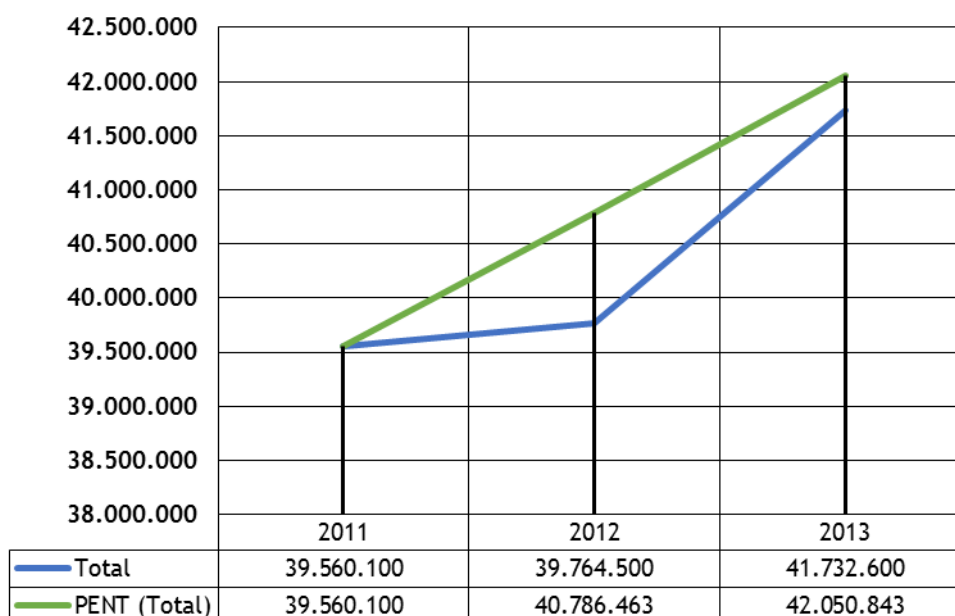


Gráfico 1 - Dormidas (N.º) nos Estabelecimentos Hoteleiros; Fonte: TP, 2012,2013,2014; (valores provisórios).

Analisando a tabela e o gráfico anterior, observa-se que os valores totais das dormidas estão em linha com o previsto até 2015. A revisão do PENT, como já anteriormente foi referido, apresentava uma projeção para o período 2011-2015, de um crescimento anual nas dormidas de 3,1%, o que se verifica nos dados recolhidos até 2013, observando-se apenas uma diferença de 0,1%, ou seja, um crescimento anual na ordem dos 3,0%.

b) Receitas e Saldo da Balança Turística

Analisando a Tabela 12 e os Gráficos 2 e 3 e tendo em conta as previsões referidas na revisão do PENT, as Receitas até 2013, apresentam um crescimento anual na ordem dos 6,55%, valor que está por enquanto a superar o projetado até 2015, de 6,3%. Já em relação ao Saldo da

Balança Turística, o crescimento anual, até 2013, situou-se nos 8,85%. Segundo este valor, pode-se verificar que o crescimento anual deste parâmetro está a ser menos expressivo do que o referido no PENT até 2015, que é de 9,5%.

Tabela 12 - Receitas e Saldo da Balança Turística; Fonte: TP, 2012,2013,2014; (valores provisórios).

PARÂMETROS	RECEITAS E SALDO DA BALANÇA TURÍSTICA (€)					
	Período de dados				PENT	Δ Dados vs PENT
	2011	2012	2013	%		
Receitas	8.145.600	8.605.500	9.249.600	6,55%	6,30%	0,25%
Saldo Balança Turística	5.172.000	5.659.600	6.129.900	8,85%	9,50%	-0,65%

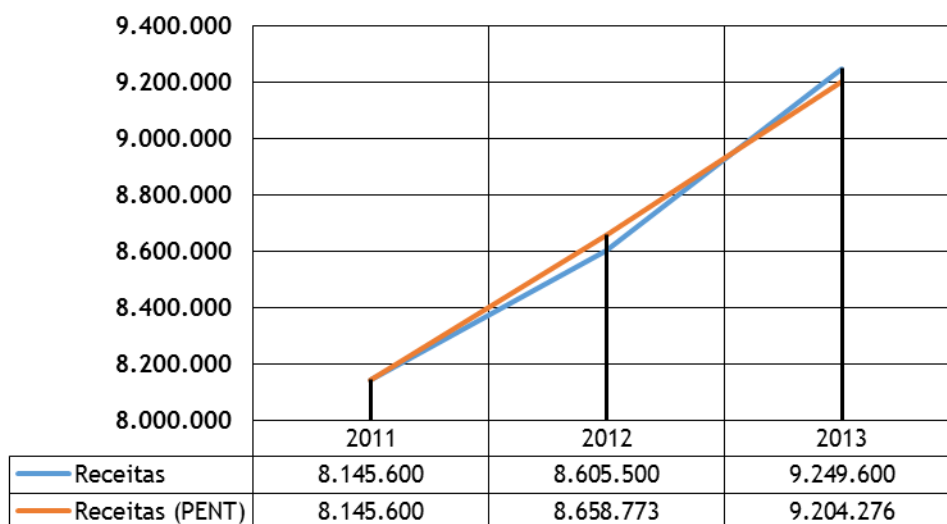


Gráfico 2 - Receitas; Fonte: TP, 2012,2013,2014; (valores provisórios).

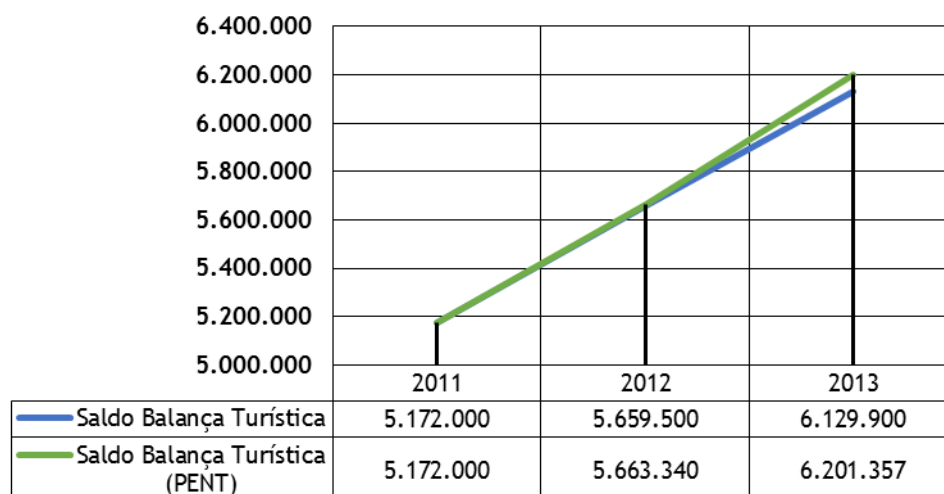


Gráfico 3 - Saldo da Balança Turística; Fonte: TP, 2012,2013,2014; (valores provisórios).

Capítulo 3 - Áreas Protegidas

3.1. Introdução

De forma a satisfazer as suas necessidades, o Homem procura, tal como outro ser vivo, utilizar o Ambiente, as suas estruturas, elementos e processos que procuram gerir as regras de funcionamento do espaço, reformulando-os de modo a preencher as suas carências. (BARBOSA, DOMINGOS, 2004)

Sendo reconhecido que o turismo em áreas protegidas causa pressão sobre o meio ambiente (EAGLES *et al.*, 2002; ROSSI, 2002; UNEP & UNWTO, 2005; BUCKLEY, 2011 *in* WOLTER, 2014), é essencial uma abordagem sustentável de desenvolvimento turístico (EAGLES *et al.*, 2002; ZHENHUA, 2003; UNEP & OMT, 2005 *in* WOLTER, 2014) e por isso a necessidade de introduzir medidas de proteção da Natureza tem vindo a ganhar uma importância crescente. (BARBOSA, DOMINGOS, 2004)

3.2. Evolução das Áreas Protegidas

Remontam à Idade Média as primeiras regras destinadas a proteger a natureza, sendo que o objetivo primordial consistia em proteger as florestas e as áreas de caça, uma vez que nessa altura, a caça tinha um lugar de primazia no contato do Homem com a Natureza. A intensidade de exploração dos recursos, de transformação dos usos do solo e o crescimento das sociedades industriais, atingiram, pela primeira vez no século XIX (Figuras 14 e 15), dimensões que despertaram a percepção de que a natureza necessitava de ser defendida das atividades humanas. (idem)

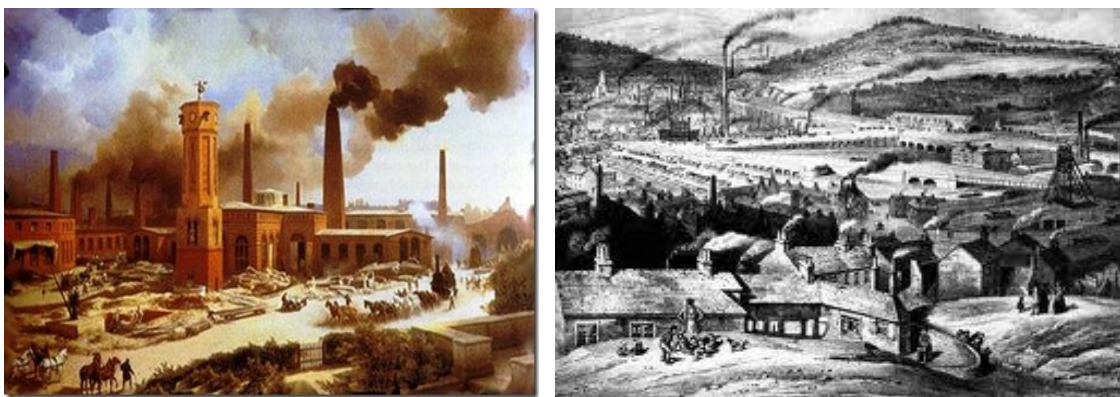


Fig. 14 e 15 - Inglaterra na Revolução Industrial; Fonte: WEB 1; autor desconhecido.

Keith Thomas, em *“O Homem e o Mundo Natural”*, demonstra como esta mudança reflete uma reação aos efeitos negativos do desenvolvimento industrial e do crescimento das aglomerações urbanas típicas do período. Citando o historiador George Macaulay Trevelyan, Thomas diz que *“Até o final do século XVIII, (...) as obras do homem apenas se somavam às belezas da natureza; depois, foi rápida a deterioração. A beleza não era mais produzida pelas circunstâncias económicas comuns e só restava, como esperança, a conservação do que ainda não fora construído.”* (THOMAS, 1983 in AZEVEDO, 2002)

Esta citação apresenta duas das principais características da maneira pela qual se estruturou o modelo de conservação que predomina até os dias de hoje. A primeira refere-se à valorização dos atributos estéticos da natureza, e da preservação desses atributos face à utilização pelo homem. A segunda característica diz respeito à forma pela qual se estruturaram os mecanismos de proteção da natureza, tendo como objetivo principal conservar “o que ainda não fora destruído”. (AZEVEDO, 2002)

Como é também referido por Diegues (1996), essa valorização do mundo natural, “selvagem”, esteve inserida dentro da realidade de um contexto social em que *“no começo da revolução industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, pois o ambiente fabril tornava o ar irrespirável”*. (cit in AGUIAR et al., 2012)

No mesmo artigo é apresentado também que *“a preocupação com a preservação do mundo natural, ou “mundo selvagem” teria surgido no início do século XIX, na Europa, como reflexo da mudança de pensamento no que se refere ao mundo natural”* e posteriormente *“teria chegado aos Estados Unidos e aí evoluído até à criação do primeiro Parque Nacional”*. (AGUIAR et al., 2012)

Com efeito, em 1864, o Presidente norte-americano Abraham Lincoln assina um Ato do Congresso, cedendo o Vale de Yosemite e o Bosque das Mariposas para uso público (PHILIPS, 1997 in SOUZA, 2006). O primeiro Parque Nacional, Yellowstone (Figuras 16 e 17), é criado em 1872 no Estado de Wyoming (RICHEZ, 1992; PHILIPS, 1997; FENNELL, 1999; in SOUZA, 2006). Yellowstone foi concebido para a *“prevenção da exploração da vida selvagem e do meio ambiente, com propósitos de recreação e finalmente para a investigação científica”*. (FENNELL, 1999:78; in SOUZA, 2006)



Fig. 16 - Geiser no Parque Nacional de Yellowstone; Fonte: WEB 2; Autor: MELFORD, M.



Fig. 17 - Cascata no Parque Nacional de Yellowstone; Fonte: WEB 2; Autor: LEWIS, M.

A partir de Yellowstone e tomando como exemplo o modelo norte-americano de criação de parques nacionais, outros países seguiram essa linha e criaram parques nos seus territórios. Conforme apresentado por Costa (2002) e de acordo com a Tabela 13, os primeiros países a seguirem o exemplo dos Estados Unidos foram: a Austrália (Royal National Park, 1879); o Canadá (Banff National Park, 1885); Nova Zelândia (Tongariro National Park, 1894). (in SOUZA, 2006; in AGUIAR *et al.*, 2012)

Tabela 13 - Primeiros países a criarem áreas naturais protegidas; Fonte: COSTA, 2002 in AGUIAR *et al.*, 2012.

Primeiros países a criarem áreas naturais protegidas

Países	Ano
Estados Unidos	1872
Austrália	1879
Canadá	1885
Nova Zelândia	1894
África do Sul	1898
México	1899
Argentina	1903
Chile	1926
Equador	1934
Venezuela	1937
Brasil	1937

O conceito de Conservação da Natureza foi então entendido no sentido de se conservar os espaços selvagens, a fauna e a flora, criando-se santuários da natureza - os Parques

Nacionais, onde a presença do homem era por vezes, interdita, ou quando muito permitida, como recreio controlado ou para fins científicos. (MOREIRA, 1996)

No entanto o conceito tem vindo a evoluir, compreendendo-se atualmente que a inserção humana nos ecossistemas é fundamental (idem). No entanto, *“a presença do homem nestes espaços sobressai em duas formas: o homem endógeno ao espaço protegido, que faz dos recursos a sua estrutura basilar de sustentação; e o homem exógeno, de cultura designadamente urbana, a promover políticas de cariz utilitário para as áreas protegidas, entre as quais o turismo, nas escalas variáveis de desenvolvimento que propõe ser sustentável.”* (SOUZA, 2006)

Como também refere Gaston (2008), as áreas protegidas *“têm sido vistas como uma pedra angular, tanto em escala local, quanto regional ou mesmo global”* e que, para *“além do seu desempenho ecológico, outras funções desempenhadas pelas áreas protegidas podem ser consideradas relevantes, como por exemplo a sua função cultural, económica e social”*. (GASTON et al., 2008 in AGUIAR et al, 2012)

É neste conceito atual da conservação, que coloca o homem no seio da Natureza, que surgem os primeiros Parques Naturais: áreas que se caracterizam por conter paisagens naturais, seminaturais e paisagens humanizadas que são exemplos da integração harmoniosa das atividades humanas e da natureza. (MOREIRA, 1996)

3.3. Formas de Legislação

Após a criação do Parque Nacional de Yellowstone (1872), diversas formas de legislação foram aparecendo em vários países, afetando as áreas naturais: por exemplo, em 1916, Espanha criou a primeira lei em relação à proteção de *“áreas de importância nacional tendo em conta a sua beleza natural”* e em 1939, a Itália classificou quatro Parques Nacionais. (BARBOSA, DOMINGOS, 2004)

Desde então, foram assinados vários tratados e acordos, como o Tratado de Roma, que representou o ponto de partida de uma Política Ambiental Europeia, sendo que em 1980 é criado, pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), um documento inovador intitulado *“Estratégia Mundial de Conservação da Natureza”*, que considera fundamentais os objetivos da manutenção e preservação dos processos ecológicos e dos sistemas de vida. (idem)

Já na década de 1990, a temática da Conservação da Natureza é abordada num âmbito muito global e de estreita interligação entre o ambiente e o desenvolvimento, estendendo-se assim

a criação de áreas protegidas a todos os continentes e praticamente a todos os países do Mundo. (ibidem)

De referir também que em 2001, foi lançado o *VI Programa de ação no domínio do ambiente 2001 - 2010: “Ambiente 2010, o nosso futuro a nossa escolha”* pela União Europeia (UE), onde se estabelecem os objetivos e prioridades ambientais da estratégia comunitária para o desenvolvimento sustentável. (ibidem)

3.4. Sistema de Classificação de Áreas Protegidas

Após a extensão da temática da Conservação da Natureza a todo o planeta, a IUCN criou um sistema de classificação de áreas protegidas, a fim de resolver problemas e equívocos que, entretanto, surgiram. De acordo com as orientações do documento *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories* da IUCN, Dudley (2008) especifica uma área protegida como “*um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros, para atingir a conservação da natureza a longo prazo com os ecossistemas e valores culturais associados*” (in WOLTER, 2014). O termo abrange uma grande variedade de denominações, tais como reserva natural, área selvagem, parque nacional ou paisagem protegida que podem ser terra, águas interiores, zonas costeiras ou marítimas, ou uma combinação destes. (WOLTER, 2014)

No total, a IUCN classifica as áreas protegidas em seis categorias diferentes, cada uma possuindo diferentes objetivos de gestão para “*refletir o reconhecimento de que a conservação não é alcançada pela mesma via em cada situação*” (DUDLEY, 2008 in WOLTER, 2014). A Tabela 14 apresenta, então, uma visão geral das diferentes categorias e as suas características, com base nas diretrizes da IUCN (2008).

Tabela 14 - Sistema de Classificação de Áreas Protegidas; Fonte: Adaptado de DUDLEY, 2008 in WOLTER, 2014.

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Ia. Reservas Naturais restritas	Controlo rigoroso e limitado de visitação humana, uso e impactos.
	Especialmente dedicada � investiga�o científica.
Ib. �reas Selvagens	Geralmente grandes áreas não modificadas ou ligeiramente modificadas.
	O foco está na preserva�o do caráter natural das áreas sem ocupa�o humana permanente ou significativa.

II. Parques Nacionais	Grandes áreas naturais.
	Especialmente dedicados à proteção dos ecossistemas, educação e lazer.
III. Monumentos ou Recursos Naturais	Geralmente pequenas áreas com enorme valor do visitante.
	Especialmente dedicados à conservação de características naturais específicas (ex.: cavernas submarinas).
IV. Habitats/Áreas de gestão de espécies	Especialmente dedicadas à proteção de espécies ou <i>habitats</i> , através de intervenções de gestão.
V. Paisagens protegidas terrestres/marítimas	Áreas de caráter distinto com valor ecológico, biológico, cultural e paisagístico significativo.
	Formadas pela alta interação das pessoas e da natureza.
	Especialmente dedicadas à conservação e lazer.
VI. Áreas protegidas com uso sustentável dos recursos naturais	Geralmente grandes áreas.
	Gestão principalmente para o uso sustentável dos ecossistemas naturais e na preservação dos valores culturais.

3.5. Áreas Protegidas em Portugal

Seguindo as linhas de orientação e exemplos de modelos aplicados noutros países, Portugal também viria a criar medidas de proteção e conservação da Natureza. De acordo com Barbosa e Domingos (2004), a regulação sobre a Conservação da Natureza em Portugal, procedeu-se da seguinte forma:

- Em 1948 é fundada a Liga para a Proteção da Natureza (LPN), a primeira Associação de Defesa do Ambiente Portuguesa, que contribuiu para o debate público em Portugal sobre a Conservação da Natureza;
- Publicação do Decreto n.º 371/88, de 12 de Novembro de 1948 - decreto que apesar do âmbito restrito da defesa da fauna e da regulação da caça, introduz o primeiro esboço da figura dos Parques Naturais;
- Publicação da Lei n.º 9/70, de 19 de Junho - por ocasião do Ano Europeu da Conservação da Natureza, que passou a possibilitar a criação de Parques Nacionais e outros tipos de reservas;
- Publicação do Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, onde se institui a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), introduzindo-se a classificação de áreas protegidas de interesse nacional, regional e local.

3.5.1. Rede Nacional de Áreas Protegidas

O Decreto-Lei n.19/93, de 23 de Janeiro, classifica como áreas protegidas (AP) *“as áreas terrestres e as águas interiores e marítimas em que a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construído, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar”*. (DL, 1993)

No referido decreto, é apresentada a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), que é constituída pelas áreas protegidas especificadas no diploma e que são de interesse nacional, regional ou local, consoante o que se procura salvaguardar. Assim estas áreas protegidas classificam-se de acordo com as seguintes categorias:

- a) **Parque Nacional** - área que contenha maioritariamente amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais e humanizadas, de elementos de biodiversidade e de geossítios, com valor científico, ecológico ou educativo. Esta classificação visa a proteção dos valores naturais existentes, conservando a integridade dos ecossistemas, tanto ao nível dos elementos constituintes como dos inerentes processos ecológicos, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação. (WEB 3)
- b) **Parque Natural** - área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços. Esta classificação visa a proteção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação. (idem)
- c) **Reserva Natural** - área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa. (idem)
- d) **Paisagem Protegida** - área que contenha paisagens resultantes da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, e que evidenciem grande valor estético, ecológico ou cultural. Esta classificação visa a proteção dos valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação. (idem)

- e) **Monumento Natural** - ocorrência natural contendo um ou mais aspetos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade. Esta classificação visa a proteção dos valores naturais, nomeadamente ocorrências notáveis do património geológico, na integridade das suas características e nas zonas imediatamente circundantes, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação. (ibidem)
- f) **Área Protegida Privada** - área protegida de estatuto privado, de terrenos privados não incluídos em Áreas Protegidas, onde se regista a ocorrência de valores naturais que apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão. (ibidem)

Atualmente o processo de criação de Áreas Protegidas (AP) é regulado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho. A classificação das AP de âmbito **nacional** pode ser proposta pela autoridade nacional ou por quaisquer entidades públicas ou privadas. A apreciação técnica pertence ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), sendo a classificação decidida pela tutela. No caso das AP de âmbito **regional** ou **local**, a classificação pode ser feita por municípios ou associações de municípios, atendendo às condições e aos termos previstos no artigo 15.º do diploma acima mencionado. (ibidem)

Como é referido na publicação “Património Geológico e Geoconservação em Áreas Protegidas de Portugal Continental” (2010), a RNAP ocupa 8,3% da área de Portugal Continental, sendo que o *Parque Nacional da Peneda-Gerês* corresponde a cerca de 10% da área da RNAP (Figuras 18 e 19), os *Parques Naturais* a cerca de 78% e as *Reservas Naturais* a cerca de 10%. As *Paisagens Protegidas* (1,67%) e os *Monumentos Naturais* (0,01%) têm uma expressão reduzida e insignificante, respetivamente, na área total da RNAP. (PEREIRA *et al.*, 2010)



Fig. 18 - Parque Nacional Peneda-Gerês;
Fonte: WEB 4; Autor: MACEDO, N.

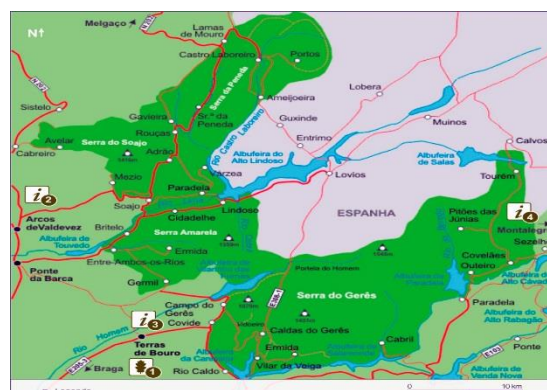


Fig. 19 - Mapa do Parque Nacional Peneda-Gerês; Fonte: WEB 5.

Na tabela seguinte e na Figura 20 apresentam-se, respetivamente, todas as Áreas Protegidas atualmente em Portugal e a sua localização. Estas foram divididas consoante a sua classificação: P.NC. (Parque Nacional); P.N. (Parque Natural); R.N. (Reserva Natural); P.P. (Paisagem Protegida); M.N. (Monumento Natural); A.P.P (Área Protegida Privada).

Tabela 15 - Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP); Fonte: WEB 3.

N.º	RNAP	P.NC.	P.N.	R.N.	P.P.	M.N.	A.P.P.
1	Peneda-Gerês	X					
2	Montesinho		X				
3	Litoral Norte		X				
4	Alvão		X				
5	Douro Internacional		X				
6	Serra da Estrela		X				
7	Tejo Internacional		X				
8	Serras de Aire e Candeeiros		X				
9	Serra de São Mamede		X				
10	Sintra-Cascais		X				
11	Arrábida		X				
12	Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina		X				
13	Vale do Guadiana		X				
14	Ria Formosa		X				
15	Dunas de São Jacinto			X			
16	Serra da Malcata			X			
17	Paul de Arzila			X			
18	Berlengas			X			
19	Paul do Boquilobo			X			
20	Estuário do Tejo			X			
21	Estuário do Sado			X			
22	Lagoas de Santo André e da Sancha			X			
23	Sapal C. Marim - Vila R. S. António			X			
24	Serra do Açor				X		
25	Arriba Fóssil da C. da Caparica				X		
26	Cabo Mondego					X	
27	Portas de Ródão					X	
28	Pegadas de Dinossáurios de Ourém/Torres Novas					X	
29	Carenque					X	
30	Pedra da Mua					X	
31	Lagosteiros					X	
32	Pedreira do Avelino					X	
33	Albufeira do Azibo				X		
34	Corno de Bico				X		
35	Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos				X		
36	Serra de Montejuento				X		
37	Paul de Tornada			X*			

38	Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica do Mindelo				X**		
39	Açude da Argolada				X***		
40	Açude do Monte da Barca				X***		
41	Rocha da Pena				X***		
42	Fonte Benémola				X***		
43	Faia Brava						X
44	Estuário do Douro				X*		
X* - Reserva Natural Local; X** - Paisagem Protegida Regional; X*** - Paisagem Protegida Local							

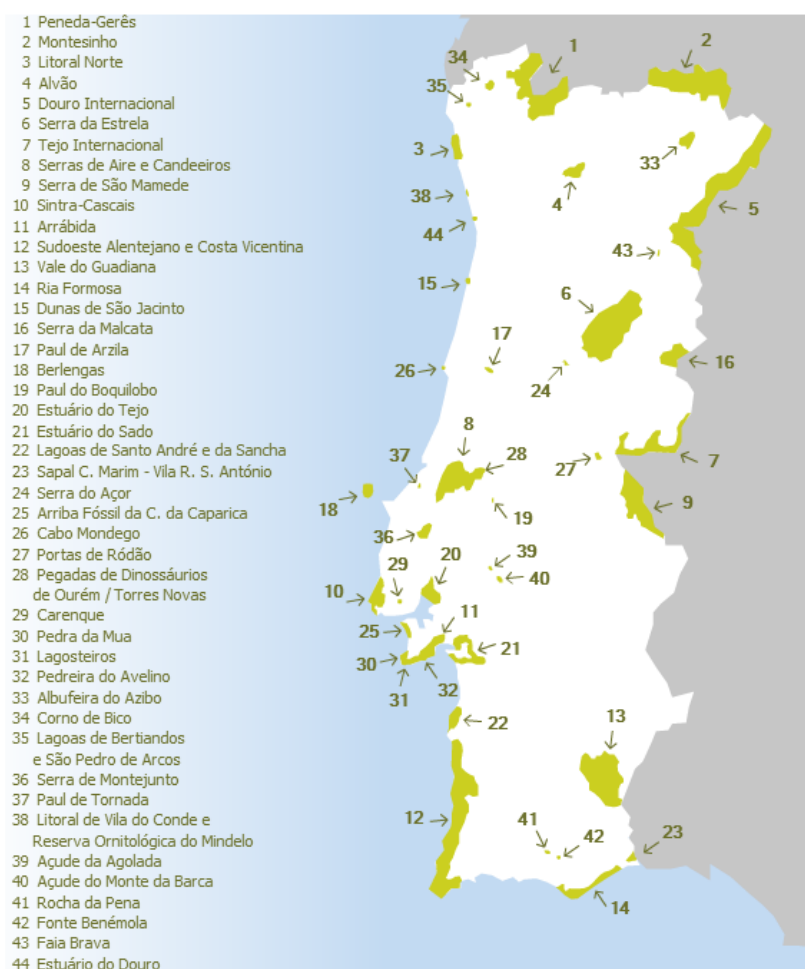


Fig. 20 - Localização geográfica das AP; Fonte: WEB 3.

Assim, a RNAP é atualmente constituída por 1 Parque Nacional, 13 Parques Naturais, 9 Reservas Naturais, 6 Paisagens Protegidas e 7 Monumentos Naturais. É de referir também a presença de 2 Reservas Naturais de âmbito Local, 1 Paisagem Protegida de âmbito Regional, 4 Paisagens Protegidas de âmbito Local e 1 Área Protegida de âmbito Privado.

3.6. Parque Natural da Serra da Estrela

O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) insere-se numa área montanhosa, localizada no centro-este do território português. Incluiu na sua área os concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia, sendo assim uma das maiores e mais extensas áreas protegidas do País. Ocupa uma área de média e alta montanha, que inclui o ponto mais alto de Portugal continental (1993 metros), e onde se observam os testemunhos mais bem preservados de uma paisagem glaciária, a nível nacional (Figuras 21 e 22). (WEB 6)



Fig. 21 - Vale do Rossim; Fonte: WEB 3; Autor: CORREIA, A.



Fig. 22 - Torre; Fonte: WEB 3; Autor desconhecido.

3.6.1. Criação do Parque Natural da Serra da Estrela

O PNSE foi instituído a 16 de Julho de 1976, pelo Decreto-Lei n.º 557/76, com uma área inicial de 52 000 hectares (Fig. 23). Foi criado pois “O maciço da Serra da Estrela constitui uma região de característica económica de montanha, onde vive uma população rural que conserva hábitos e formas de cultura local que interessa acautelar e promover.

(...) *Sob o aspeto natural, subsistem ainda nesta serra refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional. O interesse desta região como zona privilegiada e tradicional de recreio e cultura é outro aspeto a ter em conta no ordenamento físico da região e do País.*

(...) *Considerando ser ainda possível, através de um ordenamento da Serra da Estrela, promover uma mais racional utilização da mesma, não descurando os problemas da conservação da Natureza, proteção da paisagem e sítios e o bem-estar das populações.” (DL, 1976)*

Segundo o mesmo Decreto-Lei e “nos termos da base IV da Lei n.º 9/70, de 19 de Junho é criado o Parque Natural da Serra da Estrela.” (idem)

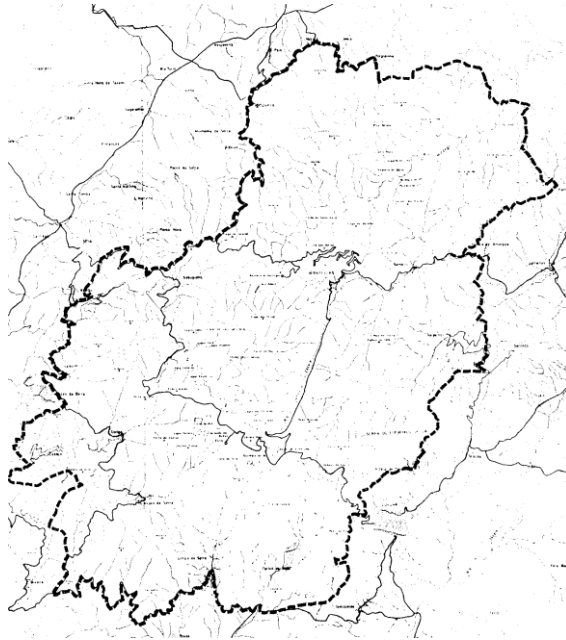


Fig. 23 - Limites PNSE 1976, Fonte: DL, 1976.

3.6.2. Ampliação do Parque Natural da Serra da Estrela

Com o objetivo de “*abranger novas paisagens com interesse, nomeadamente dos concelhos da Guarda e Celorico da Beira*”, os limites do PNSE foram redefinidos em 1979, sendo a sua área ampliada para 101 060 hectares (Figura 24), cabendo “*às autarquias locais uma importante posição na contenção de situações de degradação, podendo recorrer aos serviços técnicos do Parque Natural para mais eficaz atuação.*” (DL, 1979)

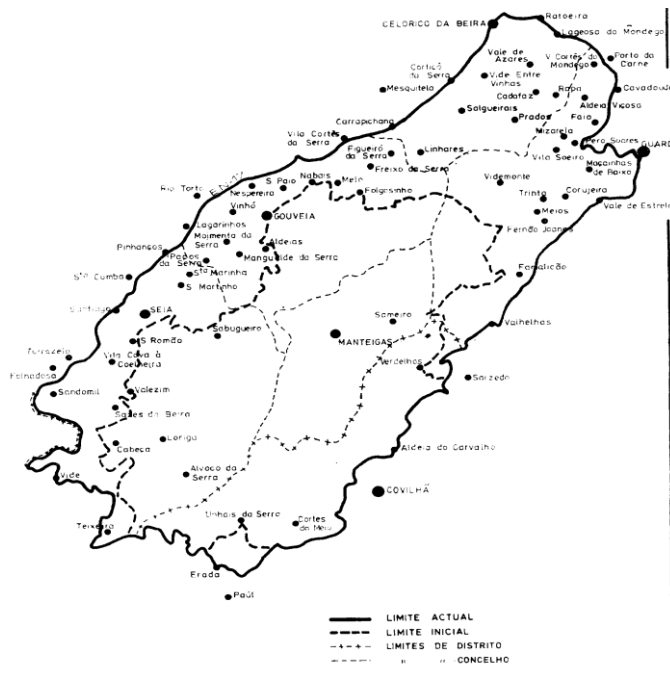


Fig. 24 - Ampliação dos limites do PNSE; Fonte: DL, 1979.

3.6.3. Plano de Ordenamento Preliminar

Em 1979 é elaborado um Plano de Ordenamento Preliminar e o Regulamento Geral do PNSE, *“havendo a necessidade de dotar o Parque Natural com os seus órgãos definitivos, institucionalizando-o e permitindo a sua implantação em termos efetivos, (...) que será a pouco e pouco completado e ajustado até se atingir um plano de ordenamento e regulamento geral final, que define as grandes linhas programáticas do Parque Natural.”* (Portaria, 1979)

3.6.4. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela

No dia 25 de Julho de 1990, *“é aprovado o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela e o respetivo regulamento.”* (Portaria, 1990)

De acordo com o Regulamento do Plano de Ordenamento do PNSE, incluído em Anexo na Portaria apresentada anteriormente, o Capítulo I - Artigo 1.º, apresenta os seguintes objetivos fundamentais do Parque Natural:

- a) A conservação dos valores naturais;
- b) O desenvolvimento rural;
- c) A salvaguarda do património arquitectónico e cultural;
- d) A animação sociocultural;
- e) A promoção do repouso e do recreio ao ar livre.

Já no Capítulo II - Secção I - Artigo 3.º, são apresentadas as Zonas (áreas homogéneas em termos das suas estruturas biofísicas e socioeconómicas e que correspondem às aptidões básicas do território), que constituem o Parque Natural (Fig. 25):

- a) **De transição** - áreas marginais da Serra da Estrela, nomeadamente os vales agrícolas de Seia e Gouveia e parte da encosta de Celorico da Beira e do Planalto da Guarda;
- b) **Agrícolas** - áreas destinadas primordialmente à produção agrícola, nas quais devem ser evitadas todas as atividades que possam prejudicar direta ou indiretamente o aproveitamento da capacidade produtiva do solo;
- c) **De fomento pascícola** - áreas em que se tem como objectivo o melhoramento de pastagens permanentes ou em rotação com a cultura do centeio e nas quais deve ser promovida a instalação de bosquetes de proteção e de charcas destinadas a bebedouros;
- d) **De mosaicos silvo-pastoris e agro-silvo-pastoris** - áreas onde se deve manter e promover, em função do solo, um conjunto diversificado de

atividades pastoris e silvícolas ou agrícolas, pastoris e silvícolas, respetivamente;

- e) **Florestais de produção** - áreas destinadas primordialmente à exploração silvícola, já ocupadas por povoamentos visando esse objectivo ou com aptidão para tal, e onde devem ser prosseguidas outras finalidades, tais como a proteção do solo, a defesa dos recursos hídricos e da vida selvagem, o fomento cinegético e o recreio;
- f) **Florestais de proteção e uso múltiplo** - áreas que, por possuírem povoamento notáveis de folhosas, resinosas ou mistos, por corresponderem a situações vocacionadas para atividades de lazer ou ainda por abarcarem zonas de elevado interesse cénico e/ou ambiental, se destinam a um povoamento florestal onde a proteção seja o fator primordial;
- g) **De fomento apícola e cinegético** - áreas especialmente vocacionadas para a produção apícola, cinegética e florestal, onde se deve proceder a uma florestação que permita a manutenção de clareiras de matos necessários ao desenvolvimento da flora apícola e ao fomento cinegético;
- h) **De proteção paisagística** - constituem a zona de maior interesse geológico e paisagístico, englobando toda a área de erosão glaciária e que têm como objectivo a proteção da paisagem, o recreio e a pastorícia;
- i) **De reservas botânicas** - áreas que contêm amostras relevantes da flora e da vegetação natural e que se destinam à conservação da Natureza e estudo científico;
- j) **De núcleo de recreio** - áreas destinadas à instalação de equipamentos e infraestruturas turísticas e recreativas. Os núcleos já definidos e a construir são os seguintes:
 - i) Penhas da Saúde/Piornos;
 - ii) Penhas Douradas/Vale do Rossim;
 - iii) Lagoa Comprida;
 - iv) Manteigas;
 - v) Porta dos Hermínios;
 - vi) Covão de Ametade;
 - vii) Covão da Ponte;
 - viii) Curral do Negro;
 - ix) Parque de Campismo de Valhelhas;
 - x) Parque de Campismo de Pião;
 - xi) Torre;
 - xii) Senhora do Desterro.
- k) **De aglomerados urbanos** - núcleo de edificações autorizadas, a respetiva área envolvente e servidas por arruamentos públicos.

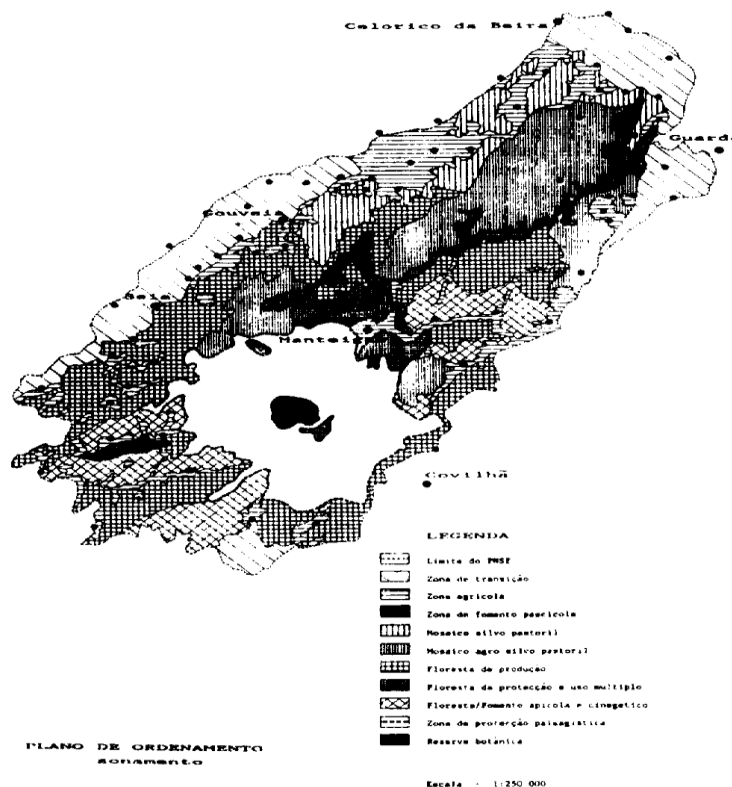


Fig. 25 - Plano de Ordenamento do PNESE; Fonte: Portaria, 1990.

3.6.5. Reclassificação do Parque Natural da Serra da Estrela

Em 1993, o Conselho da Europa designou uma área de 10 610 hectares como Reserva Biogenética, que representa atualmente cerca de 12% do total da área do Parque Natural. Esta atribuição deveu-se ao *“carácter único das zonas mais elevadas da serra e à sua situação geográfica que determinam um isolamento reprodutor de populações de fauna e flora, o que conduz à diferenciação de espécies, subespécies e variedades exclusivas”* (WEB 6).

Também em 1993, é publicado o Decreto-Lei n.º 19/93, que introduz a classificação de áreas protegidas de interesse nacional, regional e local. Devido a isso, em 1997, é publicado o Decreto Regulamentar n.º 50/97, uma vez que *“impõe-se a reclassificação do Parque Natural da Serra da Estrela, segundo os critérios aí estabelecidos”* (DR, 1997).

3.6.6. Sítio da Rede Natura PTCON0014 Serra da Estrela

A Rede Natura 2000, que é estabelecida pela Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, visa a *“conservação da biodiversidade, através da proteção dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens do território da União Europeia”* (CM, 2000). Esta Diretiva pressupõe a *“criação das zonas especiais de conservação, que integrarão a Rede Natura 2000, mediante a prévia elaboração e aprovação de uma lista nacional de sítios, representativa dos*

habitats e espécies a proteger e de onde serão, posteriormente, selecionados os sítios de importância comunitária” (ibidem).

A 1.ª fase da lista nacional de sítios foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de Agosto. Esta foi posteriormente alterada, uma vez que não estava “suficientemente assegurada a representatividade dos valores naturais” (ibidem), sendo elaborada uma proposta com a 2.ª lista nacional de sítios, que após inquérito público, reuniu condições para merecer aprovação (Fig. 26 e Tabela 16)

▪ Identificação Cartográfica dos Sítios



Fig. 26 - Identificação Cartográfica dos Sítios; Fonte: CM, 2000.

▪ Lista Nacional de Sítios

Tabela 16 - Lista Nacional de Sítios; Fonte: CM, 2000.

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO SÍTIO	LONGITUDE	LATITUDE	ÁREA (HECTARES)
PTCON0014	Serra da Estrela	07° 33' 30"W	40° 26' 00" N	88 291
PTCON0015	Serras de Aire e Candeeiros	08° 47' 55"W	39° 31' 40" N	44 226
PTCON0016	Cambarinho	08° 11'56"W	40° 40' 12"N	24
PTCON0017	Litoral Norte	08° 50' 00"W	41° 42' 00" N	2 540
PTCON0018	Barrinha de Esmoriz	08° 39' 00"W	40° 58' 00" N	396
PTCON0031	Monfurado	08° 07' 00"W	38° 35' 00" N	23 946
PTCON0035	Alvito/Cuba	07° 51' 50"W	38° 04' 30" N	922

PTCON0039	Serra de Arga	08° 45' 00"W	41° 51' 00" N	4 493
PTCON0040	Corno do Bico	08° 31' 00"W	41° 53' 00" N	5 139
PTCON0041	Samil	06° 44' 50"W	41° 46' 05" N	91
PTCON0042	Minas de Santo Adrião	06° 27' 55"W	41° 31' 32" N	3 495
PTCON0043	Romeu	07° 04' 40"W	41° 30' 35" N	4 700
PTCON0044	Nisa/Laje da Prata	07° 41' 00"W	39° 28' 00" N	12 658
PTCON0045	Sicó/Alvaiázere	08° 24' 00"W	39° 49' 00" N	31 678
PTCON0046	Azabuxo - Leiria	08° 45' 44"W	39° 44' 58" N	136
PTCON0047	Serras da Freita e Arada	08° 17' 00"W	40° 52' 00" N	28 659
PTCON0048	Serra de Montejunto	09° 00' 44"W	39° 10' 00" N	3830
PTCON0049	Barrocal	08° 07' 48"W	37° 13' 30" N	20 864
PTCON0050	Cerro da Cabeça	07° 47' 00"W	37° 06' 39" N	570
PTCON0051	Complexo do Açor	07° 55' 17"W	40° 12' 54" N	1 362
PTCON0052	Arade/Odelouca	08° 29' 10"W	37° 10' 40" N	2 112
PTCON0053	Moura/Barrancos	07° 04' 25"W	38° 04' 50" N	43 309
PTCON0054	Fernão Ferro/lagoa de Albufeira	09° 08' 20"W	38° 33' 25" N	4 413
PTCON0055	Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas	08° 49' 00"W	40° 23' 14" N	20 511
PTCON0056	Peniche/Santa Cruz	09° 20' 30"W	39° 17' 10" N	8 438
PTCON0057	Caldeirão	08° 05' 15"W	37° 16' 55" N	47 286
PTCON0058	Ria de Alvor	08° 37' 40"W	37° 08' 00" N	1 454
PTCON0059	Rio Paiva	07° 57' 00"W	40° 54' 00" N	14 562
PTCON0060	Serra da Lousã	08° 14' 00" W		15 158

Assim, a Serra da Estrela é classificada como Sítio da Rede Natura PTCON0014 Serra da Estrela.

Em 2005, o planalto superior da Serra da Estrela e a cabeceira do rio Zêzere, passam a integrar a *Zona Húmida de Importância Internacional*, ao abrigo da Convenção de Ramsar. Esta zona abrange uma área de 5075 hectares e incluiu, a nível nacional, o mais importante conjunto de turfeiras e lagoas de origem glaciária (Fig. 27). (WEB 6)



Fig. 27 - Lagoa da Francelha; Fonte: WEB 6; autor desconhecido.

3.6.7. Redução do Parque Natural da Serra da Estrela

Os limites do PNSE foram novamente redefinidos em 2007, sofrendo uma redução na sua área para 88 850 hectares (Fig. 28), uma vez que se “verificou, através dos estudos técnicos, que as «zonas de transição» apresentam escasso valor natural e uma elevada humanização, tendo-se concluído que estas zonas devem ser excluídas da área protegida. Os referidos estudos técnicos vieram demonstrar, ainda, a importância de proceder aos acertos dos limites do Parque Natural pelos do Sítio da Rede Natura PTCO0014 Serra da Estrela. Com a presente alteração dos limites do PNSE, confere-se uma maior coerência em termos de conservação da natureza e de gestão da área protegida, com a introdução de habitats importantes no Parque Natural e a eliminação de áreas sem interesse em termos de valores naturais.” (DR, 2007)

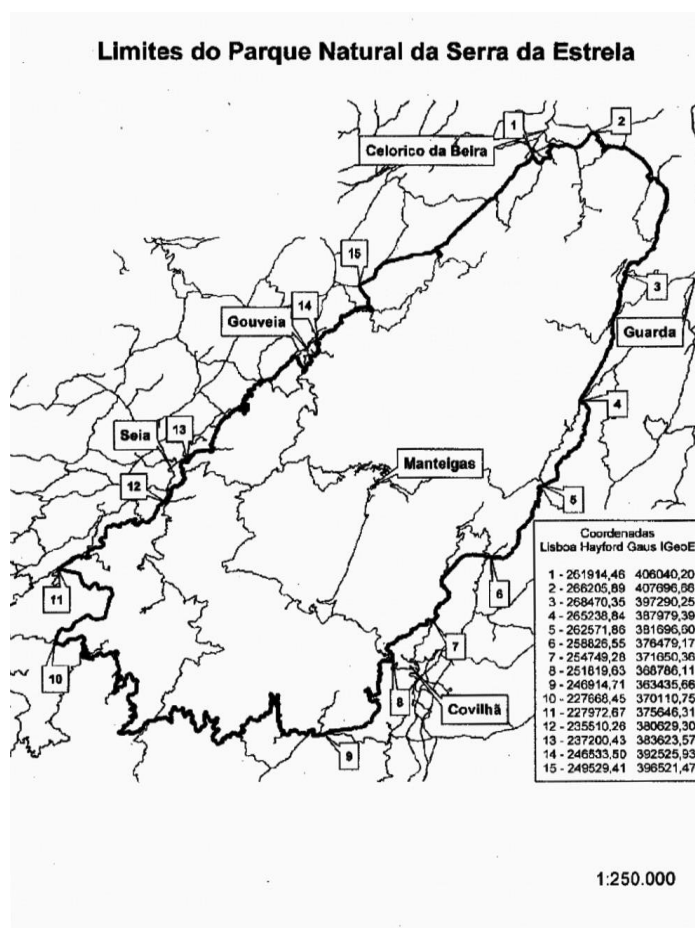


Fig. 28 - Limites PNSE em 2007; Fonte: DR, 2007.

Capítulo 4 - Turismo de Natureza

4.1. Introdução

Desde finais do século XIX e início do século XX, com a realização de safaris de caça e safaris fotográficos nos países africanos (Figuras 29 e 30), que existem exemplos concretos de turismo de natureza, designadamente praticados por turistas oriundos da Europa Ocidental. (ORAMS, 1995; FENNELL, 1999; WESTERN, 2002; PIRES, 2002 in SOUZA, 2006)



Fig. 29 - Safari de caça do ex-presidente Norte-Americano Theodore Roosevelt (1909); Fonte: WEB 7; Autor: desconhecido.



Fig. 30 - Primeira expedição a África dos Johnson para a sua longa-metragem "Trailing Wild African Animals" (1923); Fonte: WEB 8; Autor: desconhecido.

É apenas a partir dos anos 70, que o turismo, atividade até então considerada como uma "indústria limpa", começa a ser posta em causa pelos seus efeitos nefastos, tanto ao nível do ambiente, como no que se refere aos recursos naturais e aspetos sociais. (OLIVEIRA, 2013)

No final de 1980 (WEAVER & OPPERMANN, 2000), o turismo de natureza representava apenas 2% de todo o turismo, enquanto atualmente, de acordo com Buckley (2009a), representa mais de 20%. É óbvio que o turismo de natureza é de grande importância na indústria do turismo, devido ao seu crescimento explosivo ao longo das últimas décadas. Portanto, o turismo de natureza, por um lado tem uma forte capacidade de mudar as áreas naturais, mas por outro lado também o próprio turismo. (WOLTER, 2014)

De acordo com Orams (1995) e Diamantis (1999), a crescente oposição ao formato do turismo de massas, a busca de práticas ecologicamente corretas e sustentáveis e a emergente segmentação do mercado turístico, estão na origem dos processos que desencadearam o aumento da procura pelo turismo de natureza. (SOUZA, 2006)

Os termos turismo de natureza ou turismo baseado na natureza são usados alternadamente na literatura (KLINE, 2001; NEWSOME *et al*, 2002 *in* WOLTER, 2014) e denotam "*todos os tipos de turismo que dependem de relativamente intactos ambientes naturais ou recursos naturais*" (BUCKLEY, 2009a, p. 5 *in* WOLTER, 2014).

Este tipo de turismo pode incluir atividades com base em: (COGHLAN & BUCKLEY, 2012 *in* WOLTER, 2014)

- Usos de consumo (como a caça recreativa e pesca);
- Lazer e aventura ao ar livre; apreciação passiva de cenários (como a geologia, a flora e a fauna);
- Atividades de não consumo para conservação e pesquisa.

Assim, o turismo de natureza engloba as seguintes formas de turismo: (HALL & BOYD, 2005 *in* WOLTER, 2014)

- Turismo em ambientes naturais (ex.: turismo de aventura);
- Turismo em elementos específicos do ambiente natural (ex.: turismo de vida selvagem, agro-turismo);
- Turismo desenvolvido para proteger ou conservar áreas naturais (por exemplo, o ecoturismo).

4.2. Turismo de Aventura

O turismo de aventura é uma forma de turismo baseado na natureza com foco no meio ambiente e é uma indústria que apresenta um volume de negócios, anual global, de cerca de um trilhão de dólares, oferecendo mais de centenas de milhares de produtos individuais em todo o mundo (BUCKLEY, 2009b). De acordo com a *Adventure Travel Trade Association* (ATTA, 2012), as viagens de aventura estão a crescer a uma taxa de 17% ao ano, podendo alcançar, em 2050, a meta de 50% de todas as razões para viajar. (WOLTER, 2014)

Como mencionado anteriormente, o turismo de aventura inclui uma ampla gama de atividades e, assim, Swarbrooke *et al*. (2003, p. Xiii) defendem que "*o conceito de aventura é muito pessoal, e significa coisas diferentes para pessoas diferentes. Algo que é bastante comum para uma pessoa, pode ser uma rara aventura para outra, dependendo da experiência e da personalidade*". Buckley (2009b) acrescenta uma característica central sobre a aventura na afirmação anterior, dizendo que "o que enche uma pessoa com medo, enche outro com o tédio, e vice-versa" (p. Xvii). (WOLTER, 2014)

As atividades que se incluem no turismo de aventura são, entre outras:

- Ciclismo;
- Observação de aves e animais (*Birdwatching* ou *Animal watching*);
- Caminhadas;
- *Rafting* (Fig. 31);
- Mergulho;



Fig. 31 - Turismo de Aventura - *Rafting* no Rio Minho; Fonte: WEB 9; Autor: desconhecido.

4.3. Agro-Turismo

Outra forma de turismo que tem a natureza como o seu foco principal é o agro-turismo (COLTON & BISSIX, 2005; PHILLIP *et al.*, 2010). Geralmente, o agro-turismo são "negócios realizados por explorações agrícolas ou ranchos para atração, diversão e educação dos visitantes" (DEBARBIERI, 2012). A ideia básica é que os turistas fiquem numa exploração agrícola (Fig. 32), que forneça serviços turísticos (serviços de alimentação e alojamento). Durante a sua estadia, os turistas têm a oportunidade de participar ativamente na vida da exploração, alimentando os animais e participando em colheitas, aprendendo assim a rotina de vida diária dos agricultores (JAFARI, 2000; GREIF *et al.*, 2011). (WOLTER, 2014)

No entanto, o agro-turismo não se limita exclusivamente ao passar férias numa exploração agrícola. O agro-turismo também inclui outras atividades, como sejam: (ADAMS, 2008; SZNAJDER *et al.*, 2009; KIME *et al.*, 2011 in WOLTER, 2014)

- Visitas a áreas vitivinícolas;
- Visitas a plantações;
- Visitas a oficinas de artesanato;
- Passeios agrícolas;

- Visitas a áreas de interesse patrimonial;

Assim, a cultura e a natureza são complementares. Este aspeto aumenta o nível de sustentabilidade que o turismo de aventura oferece. Como as áreas rurais são, principalmente, os destinos deste tipo de turismo, também atividades como caminhadas ou passeios a cavalo, podem complementar a experiência de agro-turismo.

Se essas atividades e experiências forem oferecidas, o agro-turismo também abrange outras formas de turismo, como o turismo natureza ou o ecoturismo (COLTON & BISSIX, 2005; KIZOS & IOSIFIDES, 2007; SZNAJDER *et al.*, 2009). (WOLTER, 2014)

Como Greif *et al.* (2011) relatam, é esperado que em 2015, para o grupo-alvo dos 30-49 anos de idade, exista uma diminuição de 24 para 22 milhões de turistas, enquanto o grupo-alvo de mais de 50 anos deve aumentar de 32 para 36 milhões de turistas. O crescimento é esperado devido ao aumento da expectativa de vida e, portanto, de uma maior consciencialização sobre a saúde e um aumento do interesse em produtos orgânicos da parte dos turistas (JOLLY & REYNOLDS, 2005). (*idem*)

No entanto, deve salientar-se que os estudos atuais concentram-se principalmente sobre as motivações para o agro-turismo e empreendedorismo, existindo falta de pesquisa sobre as motivações dos agro-turistas (NICKERSON *et al.*, 2001; MCGEHEE & KIM, 2004; BARBIERI & MSHENGA, 2008; BARBIERI, 2010). O estudo mais recente de Norby e Retallick (2012), a respeito das motivações dos Americanos, no sentido de participarem em atividades de agro-turismo, revela que a sua motivação é, acima de tudo, influenciada pela oportunidade de comprar produtos frescos, apoiar os agricultores locais, passar tempo com a família ou amigos e apreciar a paisagem rural. (*idem*)



Fig. 32 - Exemplo de Agro-Turismo - Província de Pisa (Itália); Fonte: WEB 10; Autor: desconhecido.

4.4. Turismo de Vida Selvagem

Quando se refere o Turismo de vida selvagem, a mente tende a supor que se centra no desejo do ser humano de ter encontros com animais, num ambiente natural e selvagem.

Na verdade, as primeiras definições restringiam o termo de vida selvagem unicamente a animais selvagens (YARROW, 2009), no entanto, a vida selvagem abrange tanto a flora como a fauna de certo local (TAPPER, 2006). (WOLTER, 2014)

De acordo com Newsome et al. (2005), "*os turistas de vida selvagem, procuram uma experiência que lhes permita explorar, não importando o espaço de tempo, um novo ecossistema e os seus habitantes*" (p. 21). A indicação da procura de uma experiência aponta para que o turismo de vida selvagem seja em parte uma viagem de aventura. Além disso, é claro que é uma forma de turismo baseado na natureza e, adicionalmente, que envolve princípios fundamentais do ecoturismo: o ser sustentável e educativo (BUCKLEY, 2009a). Por essa razão, o turismo de vida selvagem é referido por vários termos na literatura, demonstrando a sobreposição de turismo de vida selvagem com outras formas de turismo: em muitos estudos, por exemplo, o turismo de vida selvagem é entendido como um subconjunto do turismo de aventura (MILLINGTON *et al.*, 2001; SWARBROOKE *et al.*, 2003), do turismo marítimo (GARROD & WILSON, 2003) ou do turismo baseado na natureza (HIGGINBOTTOM, 2004). (idem)

Duffus e Dearden (1990) desenvolveram um quadro conceitual inicial para o turismo da vida selvagem com foco em três dimensões de interação animal-humano: (idem)

- Caça e pesca (uso para consumo);
- Zoológicos e aquários (baixo consumo);
- Observação da vida selvagem e fotografia (não-consumista) (Fig. 33).

Como mencionado anteriormente, a vida selvagem também engloba a flora, sendo que muitos dos turistas têm desenvolvido um fascínio pelas plantas e cogumelos. Neste contexto, o turismo de vida selvagem é também o viajar para locais exóticos, para explorar as regiões de proveniência das plantas e descobrir novas espécies. (idem)

Este tipo de turismo conta com uma taxa de crescimento de 10% ao ano, com um mercado global estimado em 12 milhões de viagens por ano e com um valor de aproximadamente 45 bilhões de dólares (MINTEL, 2008). De referir que as atividades atraem vários grupos etários: por exemplo, as pessoas que usualmente se enquadram neste tipo de turismo tendem a pertencer ao grupo etário acima dos 55 anos, quando se trata de atividades como por exemplo a observação de aves (*birdwatching*), facto que se explica em parte pela necessidade de estadias mais longas e dispendiosas (equipamento extra é necessário), mas se

for algo mais ativo, como as caminhadas em zonas selvagens, a maioria dos participantes já pertencem à faixa etária dos 35 aos 54 anos de idade. (idem)



Fig. 33 - Exemplo de Turismo de vida selvagem - Índia; Fonte: WEB 11; Autor: desconhecido.

4.5. Ecoturismo

Tentar definir o termo ecoturismo, parece ser um desafio para os académicos, uma vez que a literatura revela um grande número de definições (FENNELL, 2001). A origem do termo data da década de 1960, quando os pesquisadores começaram a ficar preocupados com o uso inadequado dos recursos naturais. (WOLTER, 2014)

Hetzer (1965) usou o termo para explicar a relação entre os turistas, os ambientes e as culturas em que eles interagem, e identificou os quatro pilares que devem ser seguidos para se obter uma forma mais responsável do turismo (1965, *cit in* FENNELL, 2008, p.17): (idem)

- (1) Mínimo impacto ambiental;
- (2) O mínimo de impacto nas - e o máximo respeito pelas - comunidades anfitriãs;
- (3) Máximo de benefícios económicos para o país de acolhimento;
- (4) A satisfação máxima de lazer para os turistas que participam.

Mas foi apenas na década de 1980, que o termo ecoturismo foi nomeado pela primeira vez por Héctor Ceballos Lascurain (idem), para designar o turismo de natureza fundamentado nas questões educacionais e de sustentabilidade (SOUZA, 2006).

Lascurain (1983) define então o ecoturismo como “*viagens ambientalmente responsáveis, com visitas às áreas naturais relativamente sem distúrbios ou contaminação, com objetivos específicos de estudos, contemplação e desfrute dos cenários, plantas e animais da vida silvestre, juntamente com as manifestações culturais do passado e do presente que possam existir nesses locais*”. (cit. in ibidem)

Desde então muitas outras definições foram publicadas, sendo que as principais são as seguintes:

Ziffer, K. (1989) - “*Forma de turismo inspirada primeiramente pela história natural de uma área, incluindo-se a população nativa. O ecoturista visita áreas não desenvolvidas, pelo espírito de apreciação, participação e sentidos. O ecoturismo pratica o uso não destrutivo da vida selvagem e dos recursos naturais e contribui para a área visitada, através da geração de trabalho e dos financiamentos que têm em vista o benefício à conservação do local e à economia dos residentes*”. (cit. in ibidem)

Boo, E. (1991) - “*Ecoturismo é uma forma de turismo de natureza que contribui para a conservação, através da geração de receitas para as áreas protegidas, criando oportunidades de emprego para comunidades locais e oferece educação ambiental*”. (cit. in ibidem)

Ross, S. e Wall, G. (1999: 124) - “*Ecoturismo é considerado uma forma de proteção das áreas naturais através da geração de receitas, educação ambiental e envolvimento da população local nas decisões e benefícios associados, de tal modo que, tanto a conservação quanto o desenvolvimento, são promovidos de uma forma sustentável*”. (cit. in ibidem)

Weaver (2001: 105) - “*O ecoturismo é uma forma de turismo baseado na natureza que busca a sustentabilidade ecológica, econômica e sociocultural enquanto prevê oportunidades de apreciação e aprendizagem sobre o meio ambiente natural e temas correlatos*”. (cit. in ibidem)

De acordo com as definições anteriormente apresentadas, é possível destacar os seguintes aspectos principais: (SOUZA, 2006)

- Contributos à conservação dos recursos naturais;
- Aspectos culturais das comunidades anfitriãs, educação e interpretação ambiental;
- Benefícios econômicos à população anfitriã;
- Experiência do visitante.

Finalmente em 2002, a *World Tourism Organization (WTO)* sugeriu que cinco critérios distintos devem ser usados para definir o ecoturismo (WTO, 2002): (WOLTER, 2014)

- (1) Observação e valorização de um produto baseado na natureza e a sua cultura tradicional;
- (2) A educação ambiental;
- (3) Em geral organizada pelos operadores turísticos especializados para grupos pequenos;
- (4) Gestão de impacto mínimo (Fig. 34);
- (5) Contribuição para a conservação e para a comunidade.



Fig. 34 - Exemplo de Ecoturismo - Penhas Douradas; Fonte: WEB 12; Autor: desconhecido.

Pode-se assim concluir que o ecoturismo representa uma procura pelas viagens à natureza com o objetivo de alcançar informação a respeito dos ecossistemas visitados e dos aspetos culturais das comunidades locais, proporcionando, ao mesmo tempo, oportunidades económicas que colaboram para a conservação e preservação do meio ambiente. O ecoturismo defende assim, práticas que se baseiam na conservação de recursos naturais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. (SOUZA, 2006)

A seguinte figura ilustra o resumo das principais definições para o ecoturismo:

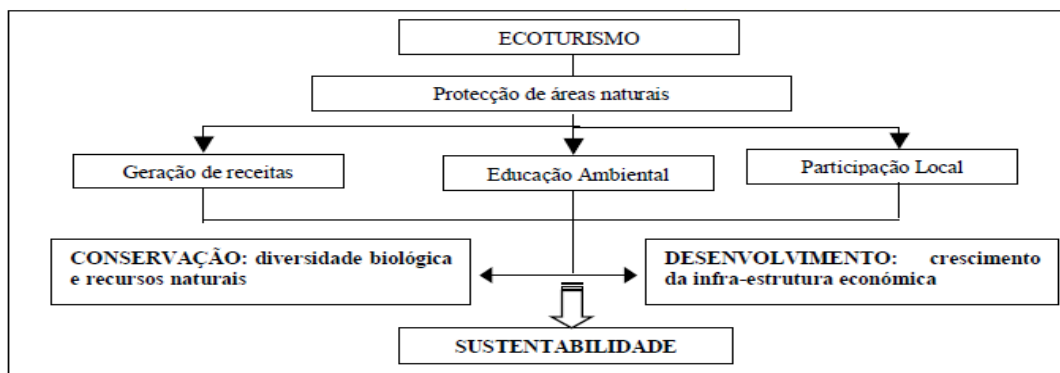


Fig. 35 - Ecoturismo; Fonte: Adaptado de ROSS & WALL (1999) in SOUZA, 2006.

4.6. Mercado Global

De acordo com o Estudo realizado por THR (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.) para o Turismo de Portugal, I.P., o setor de Turismo de Natureza integra atualmente dois mercados: (AEP, 2008)

- **Natureza *soft***, onde as experiências se baseiam na prática de atividades ao ar livre de baixa intensidade (passeios, excursões, percursos pedestres, observação da fauna, etc.), e que representa cerca de 80% do total de viagens de Natureza (Fig. 36);
- **Natureza *hard***, onde as experiências se relacionam com a prática de desportos na Natureza (rafting, kayaking, hiking, climbing, etc.) e/ou de atividades que requerem um elevado grau de concentração ou de conhecimento (*birdwatching*, etc.), e que representa cerca de 20% do total das viagens de Natureza (Fig. 37).



Fig. 36 - Exemplo de Turismo Natureza *soft* (percurso pedestre Caminhos de Montemuro); Fonte: WEB 13; Autor: desconhecido.



Fig. 37 - Exemplo de Turismo Natureza *hard* (*birdwatching*); Fonte: WEB 14; Autor: desconhecido.

Segundo o mesmo estudo, a procura principal de viagens internacionais de Turismo de Natureza na Europa, aquela para a qual este é o principal motivo da viagem, correspondeu em 2004 a cerca de 22 milhões de viagens, de uma ou mais noites de duração, o que representou, aproximadamente, 9% do total das viagens de lazer realizadas pelos europeus. (idem)

Em 2015 espera-se que as viagens de Turismo de Natureza na Europa atinjam os 43,3 milhões de viagens. Para tal, contribuirão fatores tais como: (idem)

- Maior e crescente consciência ambiental entre a população dos países emissores de Turismo;
- A preferência por áreas envolventes não massificadas como destino de viagem;
- A crescente preferência por férias ativas em detrimento de férias passivas;

- A procura de experiências com elevado conteúdo de autenticidade e de valores éticos e a forte presença de ofertas de viagens de Natureza na *internet*, acessíveis a uma fatia crescente da população.

4.7. Turismo de Natureza em Portugal

Os espaços naturais, em particular as Áreas Protegidas pelo seu reconhecido valor natural, cultural e paisagístico sempre se constituíram como pólos de atração para o turismo. (LARANJO, 2011)

No entanto, a forma como se vinham a desenvolver as atividades recreativas e turísticas nas AP, nem sempre era a mais adequada às especificidades naturais e culturais existentes nessas áreas, constituindo-se, por vezes, como um fator de degradação sociocultural e ambiental. (idem)

Dessa forma e no seguimento da constatação de que uma nova tendência se começava a desenhar nos finais do século XX, em que as Áreas Protegidas tinham um papel preponderante, o governo cria em 1998 o Programa Nacional de Turismo de Natureza.

4.7.1. Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)

O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), criado a 25 de Agosto de 1998, tem como objetivo a promoção e afirmação dos valores e potencialidades que os espaços naturais encerram, especializando uma atividade turística, sob a denominação de «turismo de natureza».

Assim, a criação do programa deveu-se, não só à *“necessidade de conciliar a preservação dos valores naturais e culturais, com uma atividade turística a eles ajustada”*, mas também para que *“a consolidação da imagem de Portugal como um destino de qualidade, diferenciado e competitivo possa ser alcançada desde que os recursos naturais sejam preservados e as políticas setoriais articuladas, em ordem a não comprometer a competitividade das empresas”*. (CM, 1998)

4.7.1.1. Princípios do PNTN

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, o turismo nas AP deve obedecer aos seguintes princípios:

- a) Os projectos de atividade turística devem ser concebidos na ótica do desenvolvimento sustentável;
- b) As atividades turísticas devem respeitar os valores ambientais intrínsecos e reconhecer que algumas zonas, pela sua sensibilidade ecológica, são interditas ou condicionadas;
- c) A localização das atividades e instalações turísticas deverá obedecer a critérios de ordenamento que evitem pressão em áreas sensíveis;
- d) A tipologia de empreendimentos e de atividades turísticas deverá ser previamente definida, tendo em conta a capacidade de carga dos diferentes ecossistemas;
- e) Os projectos turísticos devem ser ambientalmente responsáveis, designadamente através da adoção de tecnologias não poluentes, poupança de energias, reciclagem e reutilização de matérias-primas e formas de transporte alternativo e/ou coletivo, visando uma maior eficácia energética;
- f) Devem ser estabelecidos programas de monitorização relativamente à visitação nas AP;
- g) Devem ser estabelecidas parcerias entre a população local, atividade turística e outras organizações interessadas, para que os objetivos de conservação das AP sejam claramente entendidos por todos os intervenientes;
- h) Os conceitos de turismo sustentável e de turismo de natureza devem ser desenvolvidos e incorporados, quer nos programas educacionais e de formação de profissionais de turismo, quer nos próprios planos de ordenamento do território;
- i) A promoção do turismo nas AP deverá obedecer a uma ótica de sensibilização dos visitantes para o respeito pelos valores que cada área encerra.

Na presente Resolução, está também definida a estratégia de implementação do PNTN, que passa por quatro vetores principais:

- a) Conservação da Natureza;
- b) Desenvolvimento local;
- c) Qualificação da oferta turística;
- d) Diversificação da atividade turística.

4.7.1.2. Objetivos do PNTN

Quanto aos objetivos do PNTN, estes também são definidos na presente Resolução e são os seguintes:

- a) Compatibilizar as atividades de turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada local;

- b) Promover projectos, ações públicas e privadas que contribuam para uma adequada visitabilidade das AP, através da criação de infraestruturas, equipamentos e serviços;
- c) Promover no interior das AP, a instalação e o funcionamento dos diferentes serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos em espaços rurais;
- d) Promover a instalação e o funcionamento de «casas de natureza»;
- e) Valorizar a recuperação e/ou a reconversão dos elementos do património construído existentes, passíveis de utilização pelas atividades de turismo de natureza;
- f) Promover a criação de infraestruturas e equipamentos necessários às atividades de turismo de natureza que salvaguardem a sua adequada integração;
- g) Instalação em cada AP de centros de receção e/ou interpretação, circuitos interpretativos, núcleos eco museológicos e de sinalização adequada às funções de receção, informação, interpretação e visitas turísticas;
- h) Incentivar práticas turísticas, de lazer e de recreio não nocivas para o meio natural e compatíveis com a sua preservação;
- i) Fomentar atividades que contribuam para a sensibilização e educação ambientais dos visitantes e população em geral;
- j) Incentivar a criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e animação turística;
- k) Incentivar o aparecimento de novas profissões e atividades na área do turismo, mais aliciantes à fixação dos jovens;
- l) Promover as atividades de animação que se destinem à ocupação dos tempos livres dos visitantes e que contribuam para a divulgação e interpretação do património natural e cultural;
- m) Promover os produtos de base local e a sua comercialização;
- n) Divulgar as manifestações tradicionais e etnográficas locais como forma de afirmação da identidade cultural.

4.7.1.3. Regulamentação das modalidades de animação ambiental

Após a criação do PNTN, foi necessário regulamentar cada uma das modalidades da animação ambiental, definindo-se os requisitos gerais e específicos a que devem obedecer as atividades, serviços e instalações. Tal regulamentação foi apresentada no Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto (DR, 1999).

• Definições

- a) **Pólo de receção** - local devidamente equipado destinado à receção de visitantes e à prestação de informação sobre a AP, podendo dispor de serviços específicos da animação cultural;
- b) **Pólo de animação** - local onde se reúnem uma ou mais ocorrências de animação, podendo integrar valências da interpretação e do desporto de natureza;
- c) **Interpretação ambiental** - técnica multidisciplinar de tradução da paisagem, do património natural e cultural;
- d) **Centro de interpretação** - infraestrutura destinada a proporcionar ao visitante o conhecimento global e integrado da AP de forma comparativa e evolutiva, com recurso a uma base científica;
- e) **Percurso interpretativo** - caminho ou trilho devidamente sinalizado, que tem como finalidade proporcionar ao visitante, através do contacto com a natureza, o conhecimento dos valores naturais e culturais da AP;
- f) **Núcleo eco museológico** - local ou instalação onde através da interpretação se remete o visitante para a compreensão de determinados fenómenos culturais, sociais e naturais;
- g) **Observatório** - local ou instalação destinado à observação da avifauna;
- h) **Código de Conduta** - manual contendo as principais regras e orientações de visitação e fruição das AP (disponível em anexo);
- i) **Guia de natureza** - profissional com formação específica cuja prestação de serviços tem como função proporcionar aos visitantes, o conhecimento e fruição da AP;
- j) **Estabelecimento tradicional de convívio e de comércio** - estabelecimentos comerciais onde se consomem e transacionam produtos resultantes das atividades ligadas às artes e ofícios tradicionais;
- k) **Desporto de natureza** - aquele cuja prática aproxima o homem da natureza de uma forma saudável e seja enquadrável na gestão das áreas protegidas e numa política de desenvolvimento sustentável;
- l) **Artes e ofícios tradicionais** - atividades que compreendem o fabrico de materiais e objetos, de prestação de serviços, de produção e confeção de bens alimentares e arte tradicional de vender, ou incorporem uma quantidade significativa de mão-de-obra e manifestem fidelidade aos processos tradicionais.

• Tipologias

Constituem-se como atividades, serviços e instalações de animação as iniciativas ou projectos que integrem: (DR, 1999)

- a) A gastronomia;
- b) Os produtos tradicionais regionais;
- c) As artes e ofícios tradicionais da região;
- d) Os estabelecimentos tradicionais de convívio, de educação e de comércio;
- e) As feiras, festas e romarias;
- f) As rotas temáticas;
- g) As expedições panorâmicas e fotográficas;
- h) Os passeios a pé, de barco, a cavalo, de bicicleta;
- i) Os passeios em veículos todo o terreno;
- j) Os jogos tradicionais;
- k) Os parques de merendas;
- l) Os pólos de animação;
- m) Os meios de transporte tradicionais;

Constituem-se como atividades, serviços e instalações de interpretação as iniciativas ou projectos que integrem: (ibidem)

- a) Os pólos de receção;
- b) Os centros de interpretação;
- c) Os percursos interpretativos;
- d) Os núcleos eco museológicos;
- e) Os observatórios;
- f) Iniciativas, projectos ou atividades sem instalações físicas, quer se realizem com carácter periódico, quer com carácter isolado.

4.7.2. Situação do Turismo de Natureza a nível nacional

Como já foi referido anteriormente, Portugal possui uma grande diversidade de recursos naturais (ecossistemas, flora e fauna, etc.) e um grande leque de espaços naturais protegidos (parques nacionais, parques naturais, etc.). Deste modo, o turismo de Natureza em Portugal conta com uma importante base de partida. (AEP, 2008)

De acordo com o Estudo de Anetura (2005), a procura do Turismo de Natureza em Portugal estimava-se então, em cerca de 500.000 pessoas, das quais 96% são oriundos do próprio país. (TP, 2006)

Dos 4% de clientes estrangeiros, a maioria corresponde a visitantes que viajaram para Portugal por outros motivos e que, uma vez no país, foram atraídos para a prática de alguma modalidade de Turismo de Natureza. (idem)

Esta situação reflete claramente dois aspetos relevantes:

- 1) O fraco posicionamento de Portugal como destino de viagens de Turismo de Natureza no mercado internacional (como motivo principal);
- 2) A importância do conceito de “procura secundária”, isto é, aqueles visitantes que, uma vez no país, possam constituir um público-alvo ao qual dirigir a comunicação e a comercialização da oferta do Turismo de Natureza.

• Reforço da Competitividade

A capacidade competitiva atual de Portugal no setor do Turismo de Natureza é limitada, especialmente numa perspetiva do mercado turístico internacional, pois o grau de cumprimento dos requisitos chave para competir com êxito neste mercado é ainda insuficiente (Tabela 17). (ibidem)

As principais carências e deficiências de competitividade de Portugal concentram-se naqueles aspetos cujo bom funcionamento e desempenho se consegue através de uma atuação sistemática e prolongada e que configuram as condições nas quais são utilizados turisticamente os recursos naturais. (ibidem)

Tabela 17 - Evolução do grau de cumprimento atual dos requisitos chave; Fonte: TP, 2006.

REQUISITOS CHAVE	GRAU DE CUMPRIMENTO ATUAL										
Cenários naturais singulares e de grande capacidade de atração.											
Abundância e diversidade de flora e fauna.											
Adequada dotação de infraestruturas de acesso, sinalização e equipamentos básicos (áreas de descanso, <i>call centers</i> , etc.).											
Ampla e variada oferta de rotas e itinerários (extensão, dificuldade, etc.), adaptados a diversas tipologias de turistas / visitantes.											
Bom nível de tecnologia, <i>know-how</i> e experiência na gestão de atividades especializadas.											

Bom funcionamento de fornecedores de serviços de apoio: aluguer de equipamentos e materiais, transporte, etc.	■	■																	
Eficaz cobertura de seguros.	■	■																	
Eficaz funcionamento de serviços de resgate e serviços médicos de urgência.	■	■																	
Disponibilidade de excelentes guias e monitores, com domínio de idiomas.	■	■																	
Alojamento integrado no ambiente natural.	■	■																	
Sistema de certificação de espaços naturais.	■	■																	
Sistema de certificação de empresas operadoras.	■	■																	

Embora Portugal disponha de espaços e cenários de grande beleza natural e de uma abundante biodiversidade, convém referir que não se tratam de recursos com a potencialidade e capacidade de atração que têm, por exemplo, as grandes selvas como a Amazónia, as grandes montanhas como os Himalaias ou os Andes, ou os grandes parques ou reservas naturais como Serengeti (Tanzânia) ou Yellowstone (Estados Unidos). (ibidem)

No entanto, os recursos de base de Portugal são suficientes e adequados para desenvolver uma oferta de dimensão mais reduzida mas potencialmente atrativa para uma grande parte da procura, provavelmente a maioria, que não procura ou não pode aceder ao desfrute de experiências nos grandes e míticos cenários naturais, mas que deseja uma experiência autêntica e diferente. (ibidem)

Mas tal está sujeito à melhoria de condições que permitam um aproveitamento mais ordenado e profundo dos espaços naturais. Portanto, a competitividade potencial de Portugal neste setor, especialmente no mercado do Turismo de Natureza *soft*, depende da capacidade do país para melhorar e fortalecer essas condições. (ibidem)

Capítulo 5 - Caso de Estudo PNSE-Covilhã

5.1. Introdução

No presente capítulo apresenta-se inicialmente e segundo a metodologia adotada, uma caracterização breve da região em estudo para de seguida se proceder à análise estatística e efetuar a análise dos dados, de modo a obter-se as opiniões dos utilizadores e/ou visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). Por último, irá proceder-se à apresentação de conclusões e verificação de se essas fundamentam as propostas que irão fazer parte desta dissertação.

5.2. Objeto de análise - Parque Natural da Serra da Estrela

Como já foi referido anteriormente, o PNSE insere-se numa área montanhosa, localizada no centro-este do território português (WEB 3). Este abrange todo o maciço da Serra da Estrela e algumas das zonas limítrofes, ocupando uma área de cerca de 88.850 hectares (Fig. 38), localizando-se entre 40° 15' e 40° 17'30" de latitude Norte, com Longitude que varia entre 7° 15'W e 7° 50'W e cuja altitude vai dos 300 aos 1993 metros. (CARVALHO, 2007)

No Parque Natural da Serra da Estrela, acidente orográfico que em conjunto com as serras do Açor e da Lousã forma o extremo ocidental da Cordilheira Central, podem distinguir-se cinco principais unidades paisagísticas: (WEB 3)

- O planalto central;
- Os picos e algumas cristas que se estendem a partir destes;
- Os planaltos a menor altitude;
- As encostas;
- Os vales percorridos por linhas de água.

Aqui, encontra-se o ponto mais alto de Portugal continental e parte importante de três bacias hidrográficas (Douro, Tejo e Mondego). A paisagem superior da serra, por ter sofrido uma forte influência da glaciação quaternária, possui uma morfologia peculiar.

O Parque Natural apresenta um variado mosaico de habitats, conjugando elementos representativos de diversas regiões biogeográficas. É, como expectável, a área mais emblemática de Portugal continental para valores naturais associados à altitude, muito deles com carácter exclusivo. (CARVALHO, 2007)

O povoamento humano é escasso, sendo que apenas Manteigas, Folgoso, Penhas Douradas e Penhas da Saúde atestam uma presença humana constante. À medida que a altitude é maior, as culturas mais cuidadas cedem lugar a um, ou outro campo de centeio e às pastagens, sendo que os lobos, rebanhos e os pastores em torno da Serra são já histórias passadas. (ibidem)

Apesar da beleza da Serra quando o coberto vegetal floresce em plena Primavera, a neve continua a ser o principal atrativo da Estrela. À semelhança de outras zonas do país, a distribuição da população não é homogénea, verificando-se uma grande concentração nas sedes de concelho, com a maioria das freguesias a contabilizar menos de 1.000 habitantes. Esta discrepância é mais visível nos concelhos de Celorico da Beira e Fornos de Algodres. (ibidem)

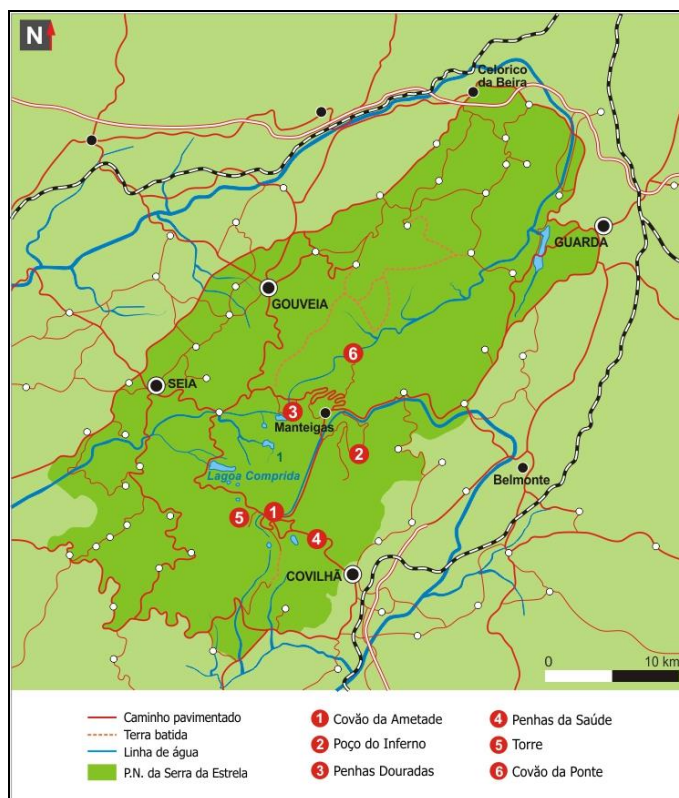


Fig. 38 - Mapa do Parque Natural da Serra da Estrela; Fonte: WEB 3.

Este trabalho vai ter em consideração a ligação entre a Covilhã cidade, principal cidade e porta de acesso á zona mais alta e emblemática da Serra, a Torre, onde se situa a única estância de desportos de inverno do país, passando pelas Penhas da Saúde, o povoado mais próximo da Torre.

5.2.1. Frequência de visitantes

Para melhor compreensão dos dados recolhidos é necessário, em primeiro lugar, referir os dados estatísticos oficiais do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF.

O ICNF procede, desde 1997, ao registo do número de visitantes às Sedes e Centros de Interpretação das Áreas Protegidas, tratando-se de um registo que é efetuado tendo em conta o número de utilizadores (as) dos alojamentos geridos pelo ICNF, utentes em visitas enquadradas pelas Áreas Protegidas, pedidos de informação e vendas de folhetos e publicações (Tabelas 18 e 19 e Gráfico 4). (WEB 3)

Como é referido pelo próprio ICNF, “os dados disponibilizados são o registo dos serviços prestados localmente pelas AP e que devem ser lidos como indicadores já que não permitem refletir todo o universo da visitação” (idem), uma vez que não existem atualmente mecanismos em aplicação, para que seja possível, obter números próximos dos visitantes totais das AP.

Tabelas 18 e 19 - Número de Visitantes que contactaram as Áreas Protegidas (1997-2013); Fonte: WEB 3.

NÚMERO DE VISITANTES QUE CONTACTARAM AS ÁREAS PROTEGIDAS										
PNSE	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
		9.045	49.970	52.969	17.922	7.267	3.845	3.054	3.956	3.391

NÚMERO DE VISITANTES QUE CONTACTARAM AS ÁREAS PROTEGIDAS								
PNSE	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total (1997-2013)
		8.291	11.846	13.328	11.811	18.265	14.756	11.292



Gráfico 4 - Número de Visitantes que contactaram as Áreas Protegidas (1997-2013); Fonte: WEB 3.

5.3. Objetivos e estrutura do Inquérito

Para melhor se conhecer o perfil, as motivações e preferências e o grau de satisfação em relação ao PNSE, procedeu-se a um estudo através de inquéritos, que foram efetuados via *online* e presencialmente em diversos locais (Cidade da Covilhã, Penhas da Saúde e Torre).

O inquérito está dividido em três partes distintas, tendo em conta os níveis de informação que se pretendiam obter. A primeira parte, denominada como “Caracterização dos Inquiridos”, pretende recolher variada informação sobre a pessoa sondada, através do género, faixa etária, estado civil, habilitações literárias, entre outras, de modo a que seja possível traçar um perfil sobre o inquirido.

A segunda parte do inquérito, intitulada como “Motivações e Preferências”, pretende conhecer quais os motivos que levam os visitantes a deslocar-se ao Parque Natural e com que frequência, o meio de transporte que habitualmente utilizam, se eventualmente necessitam de alojamento, entre outras.

A terceira parte, designada como “Grau de satisfação em relação ao PNSE”, pretende que os inquiridos classifiquem o PNSE, as atividades que praticam ou gostariam de praticar nesse Parque, as melhorias que deveriam ocorrer no Parque, entre outras.

5.4. Recolha de dados

A recolha de dados foi efetuada, como já foi referido anteriormente, via *online* e por via presencial, especificamente na cidade da Covilhã, Penhas da Saúde e Torre (Fig. 39).



Fig. 39 - Sítios da recolha de dados via presencial; Fonte: WEB 15.

5.5. Resultados

Foram recolhidos um total de 200 inquéritos, através dos dois métodos referidos anteriormente.

5.5.1. Caracterização dos Inquiridos

5.5.1.1. Local de Residência e Tempo que reside no concelho da Covilhã

De todos os inquiridos, o local de residência mais frequentemente respondido foi “Covilhã” com 56% das respostas (Gráfico 5). Dos inquiridos que responderam Covilhã ou Concelho da Covilhã na primeira questão, 97% responderam que residem nesse concelho há mais de 5 anos (Gráfico 6).

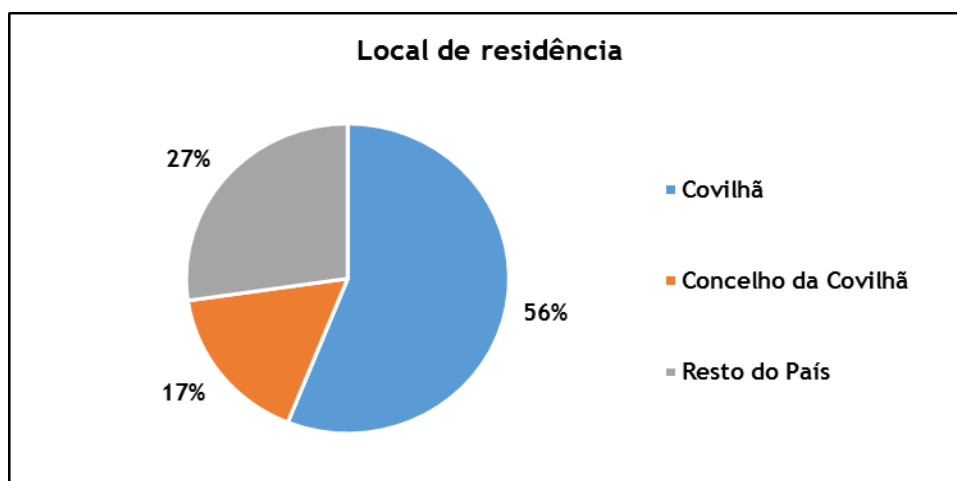


Gráfico 5 - Local de Residência.

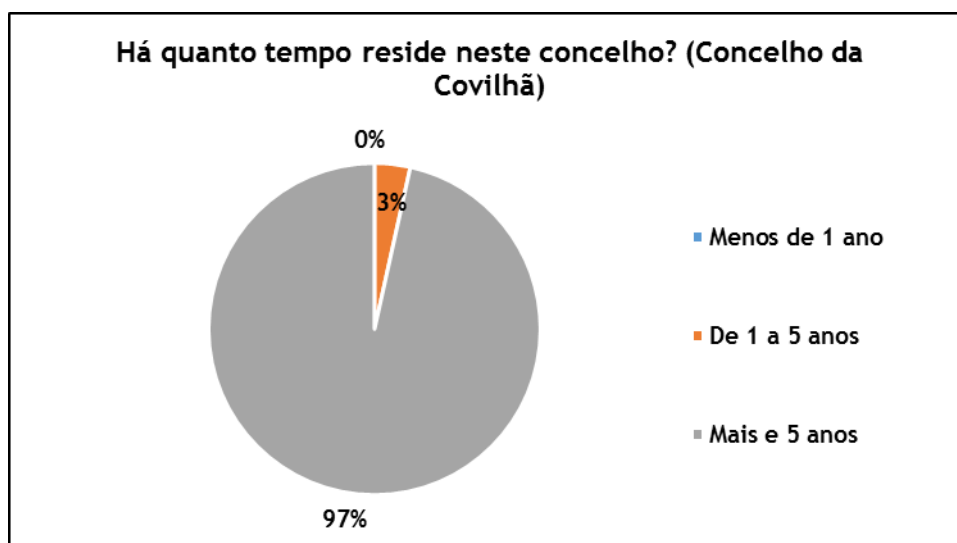


Gráfico 6 - Tempo de residência no concelho.

5.5.1.2. Género, Idade e Estado Civil

Do total de inquiridos, 60% são do sexo “Masculino”, 46% tem idade entre “15 - 29 anos” e 55% revela que é “Solteiro” (Gráficos 7, 8 e 9).

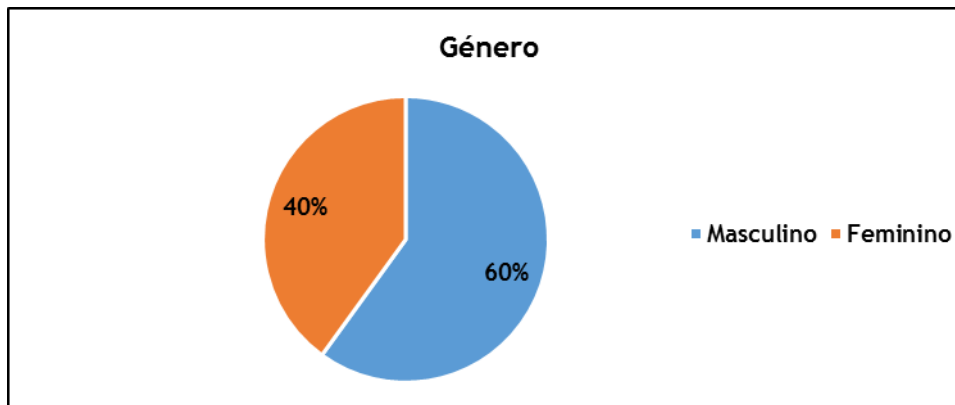


Gráfico 7 - Género.

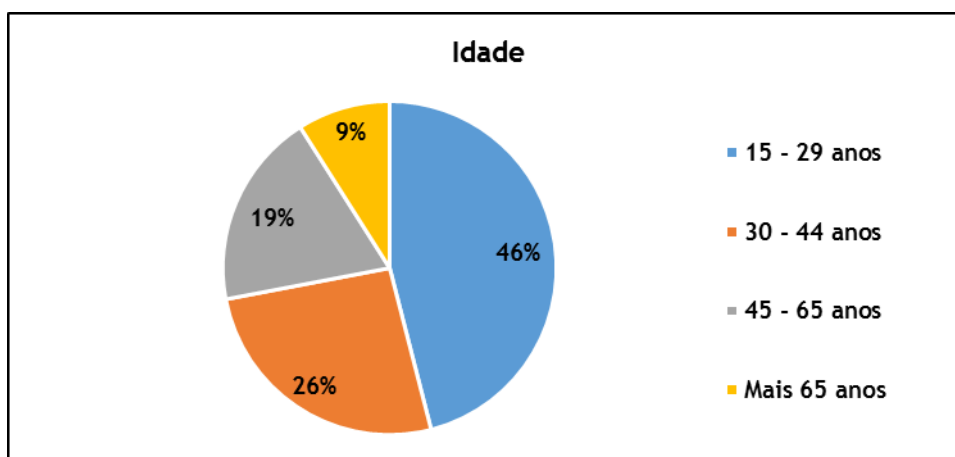


Gráfico 8 - Idade.

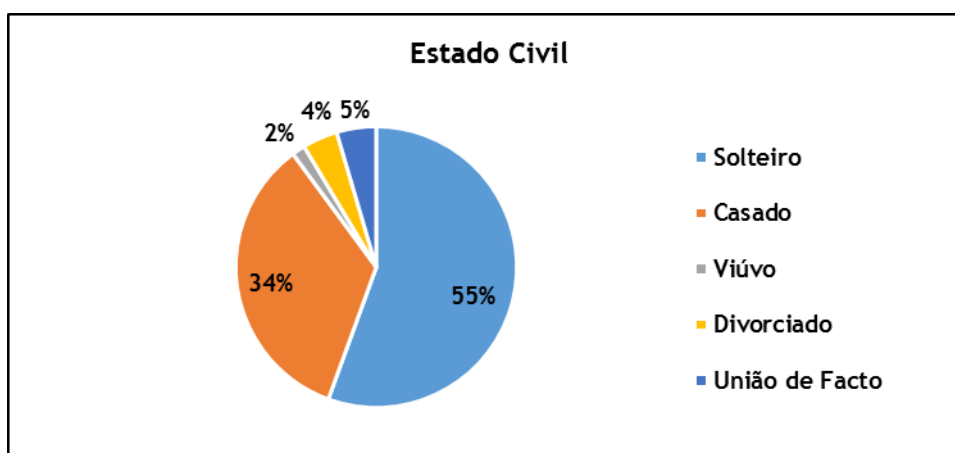


Gráfico 9 - Estado Civil.

5.5.1.3. Situação Profissional, Profissão e Habilitações Literárias

Dos inquiridos, e de acordo com os gráficos 10,11 e 12, a Situação Profissional “Empregado” foi a resposta mais frequente, com 57% das respostas. Quanto à Profissão, a esmagadora maioria (81%), respondeu que trabalha em áreas do “Setor Terciário”. De salientar que nesta pergunta foram reduzidos os parâmetros para setores, devido ao enorme número de respostas distintas.

Em relação às Habilitações Literárias, 55% dos inquiridos respondeu que detém o “Ensino Superior”.

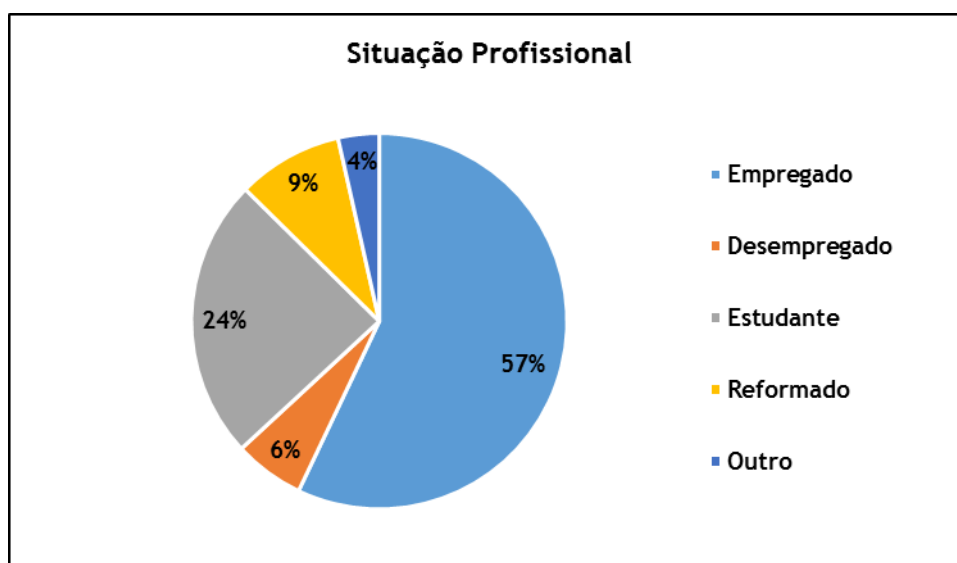


Gráfico 10 - Situação Profissional.

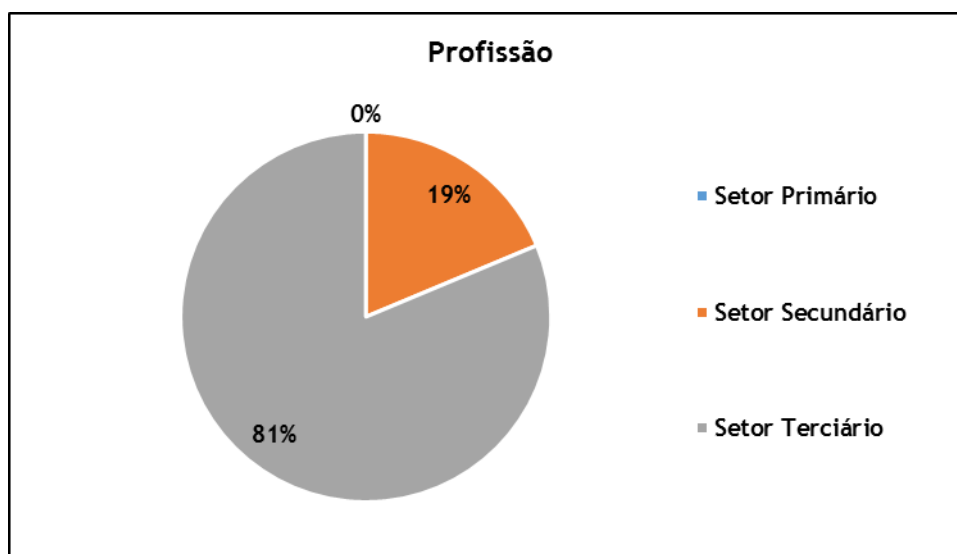


Gráfico 11 - Profissão.

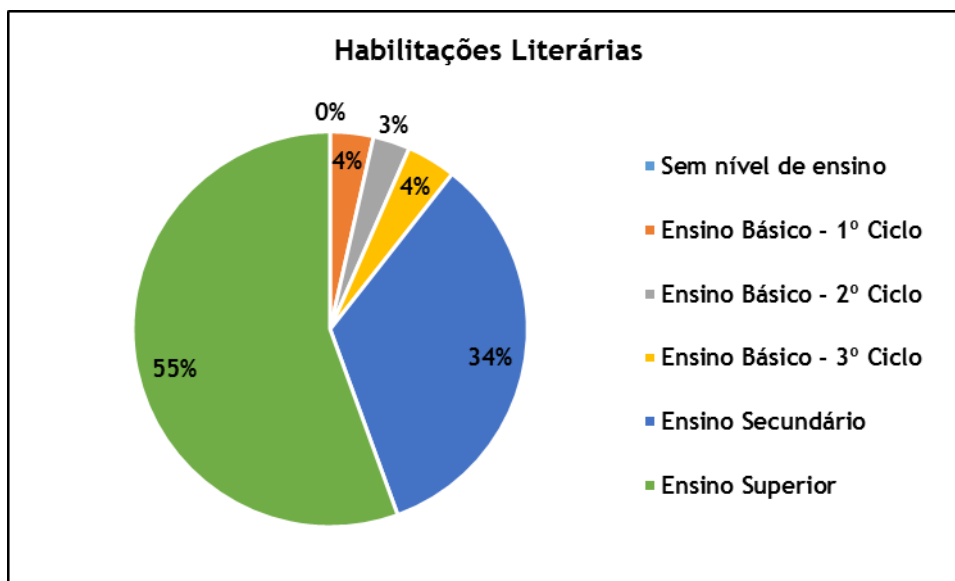


Gráfico 12 - Habilitações Literárias.

5.5.2. Motivações e Preferências

5.5.2.1. Frequência de visitas ao PNSE

Do gráfico 13, é possível verificar que de todos os inquiridos, 46% responderam que apenas visitam o Parque Natural da Serra da Estrela “Esporadicamente”. A segunda resposta mais frequente foi “Anualmente” com 26% das respostas.

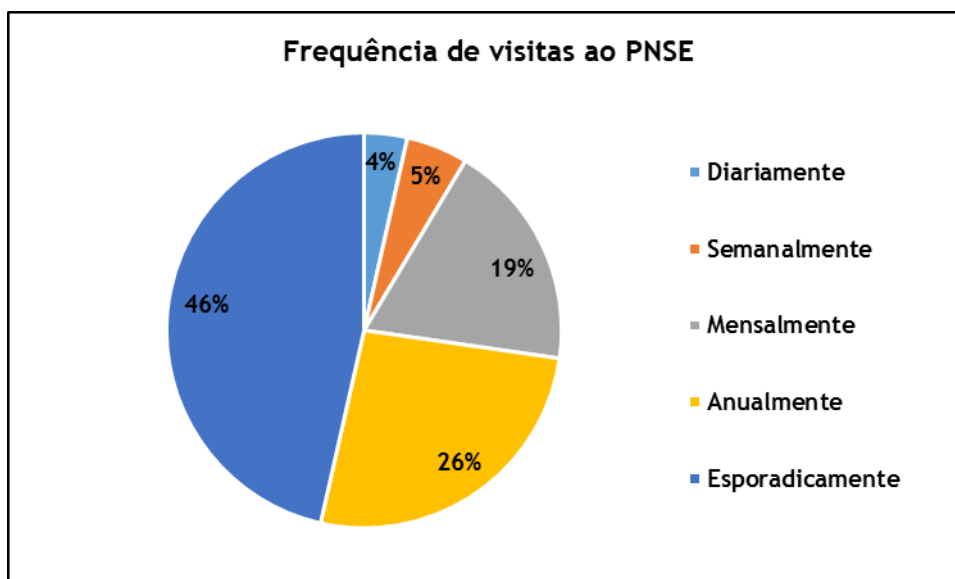


Gráfico 13 - Frequência de visitas ao PNSE.

5.5.2.2. Razão da deslocação ao PNSE e tipo de transporte utilizado

A resposta mais frequente entre todos os inquiridos foi “Fugir ao *stress* quotidiano”, sendo que 56% assinalaram esta opção. A segunda resposta mais frequente foi a “Neve” e a terceira o “Património Natural e Cultural”, com 51% e 31% das respostas, respetivamente (Gráfico 14). Quanto ao tipo de transporte utilizado, a esmagadora maioria (94%) respondeu “Viatura própria” (Gráfico 15).

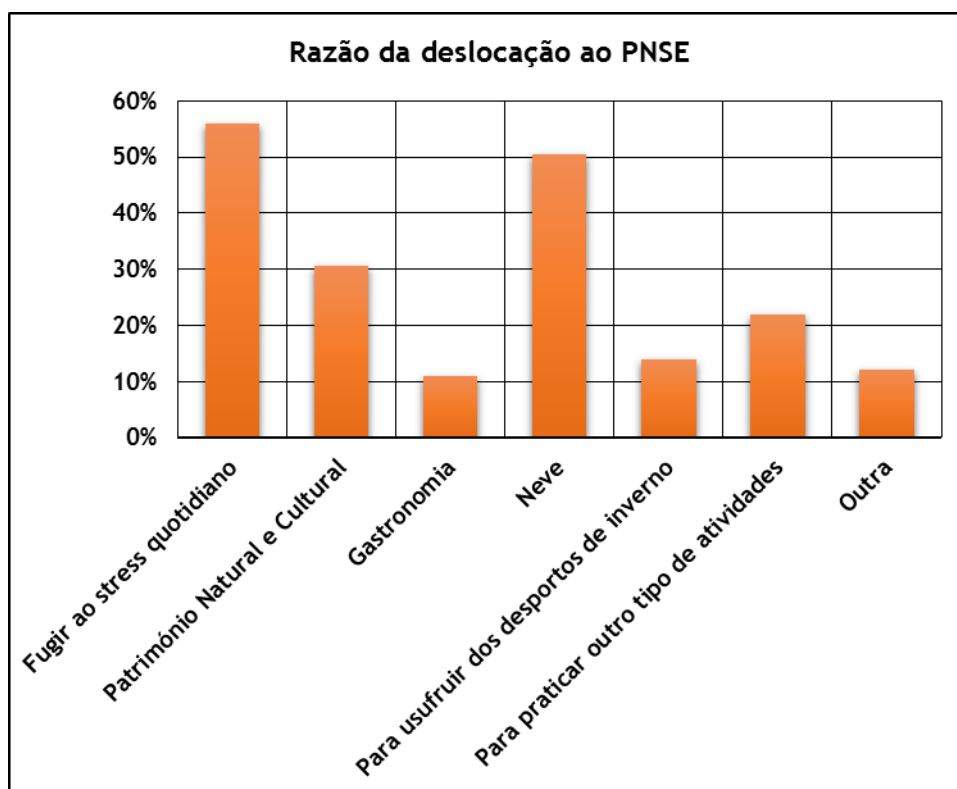


Gráfico 14 - Razão da deslocação ao PNSE.

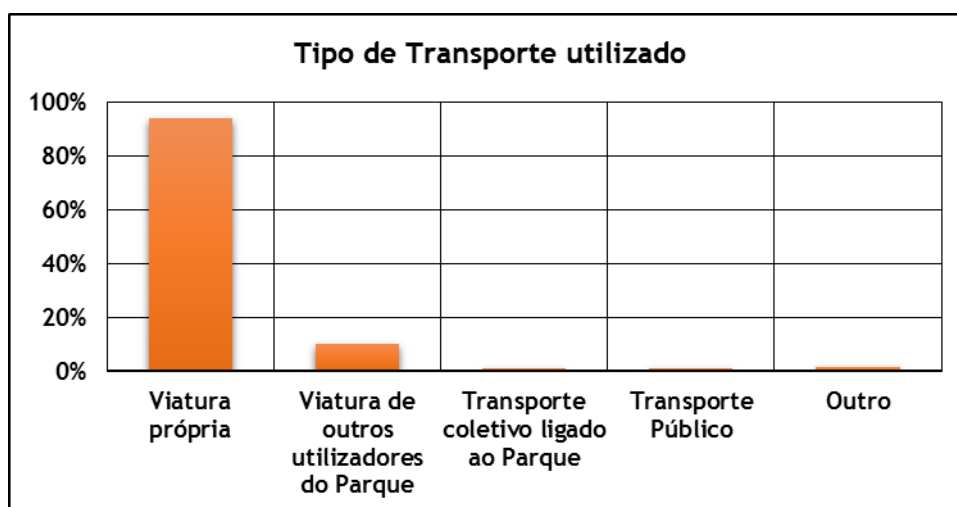


Gráfico 15 - Tipo de transporte utilizado.

5.5.2.3. Necessidade de Alojamento, Tipo de alojamento e Número de noites

Dos inquiridos e da análise dos gráficos 16, 17 e 18, a resposta mais frequente de Necessidade de Alojamento aquando da visita ao PNSE foi “Não”, com 85% das respostas. Em relação ao Tipo de alojamento onde costumam pernoitar, os que responderam afirmativamente à primeira questão, responderam que os “Hotéis” são os preferidos, obtendo 41% das respostas. Quanto ao Número de noites que usualmente permanecem, a resposta mais frequente foi “2 noites”, com um total de 49% das respostas.

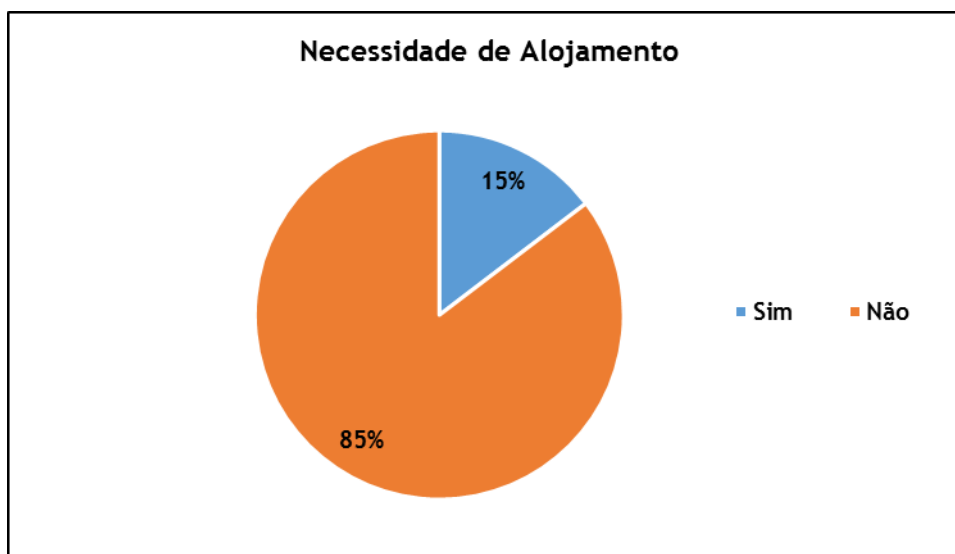


Gráfico 16 - Necessidade de Alojamento.

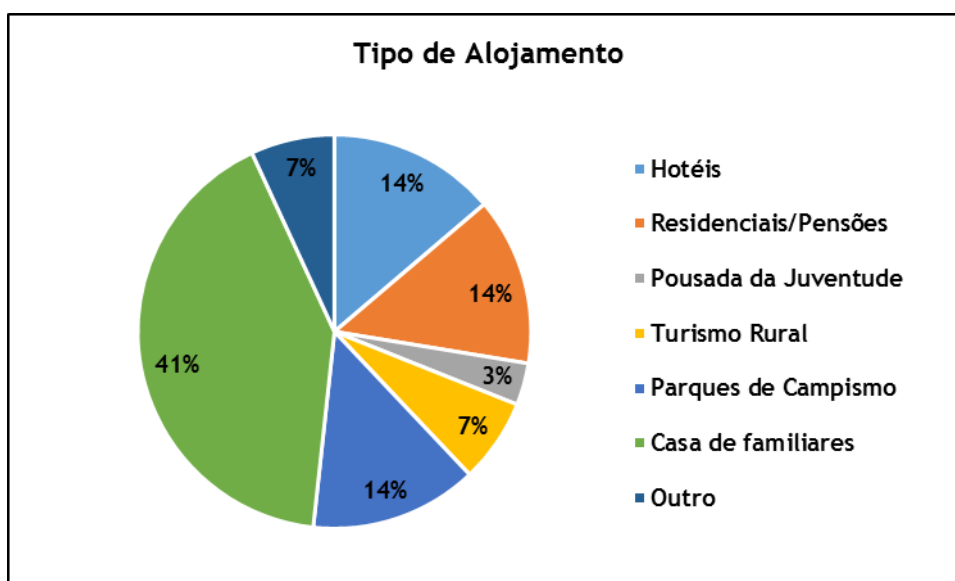


Gráfico 17 - Tipo de Alojamento.

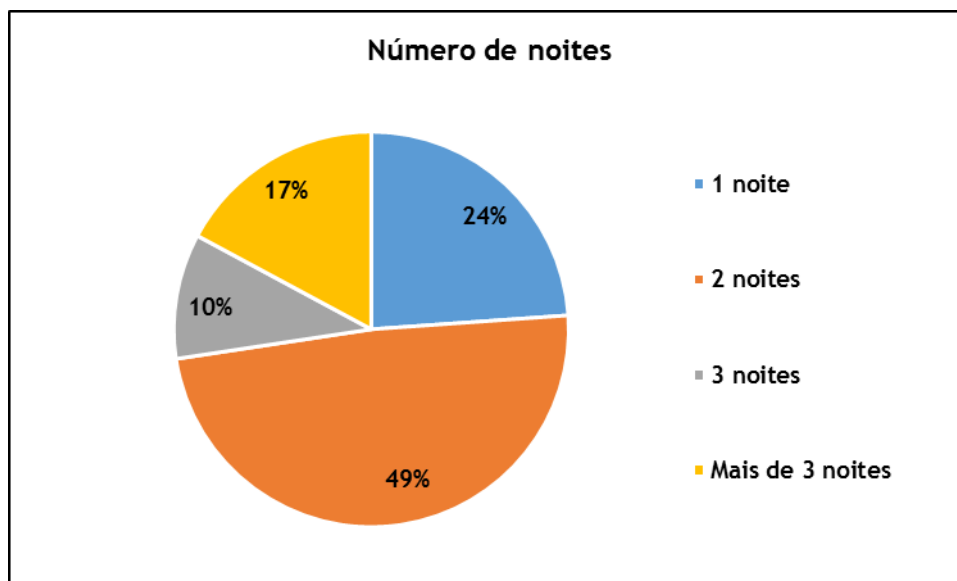


Gráfico 18 - Número de noites.

5.5.3. Grau de Satisfação em relação ao PNSE

5.5.3.1. Classificação do Parque Natural

Em relação à classificação do Parque Natural (Gráfico 19), 42% dos inquiridos classificou o PNSE como “Bom”. A segunda e terceira resposta mais frequente foram “Razoável” e “Muito Bom”, com um total de 28% e 20% de respostas, respetivamente.

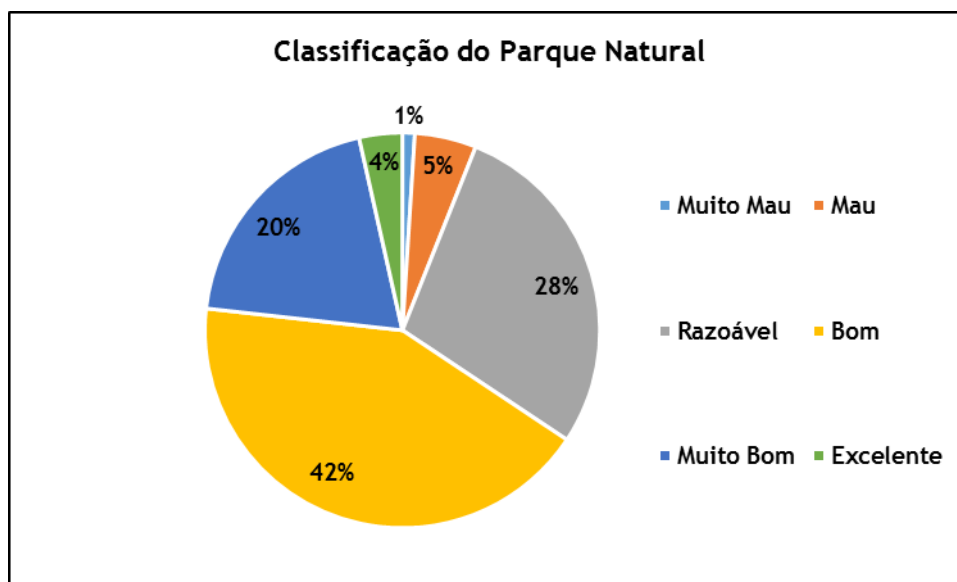


Gráfico 19 - Classificação do Parque Natural.

5.5.3.2. Grau de Interesse (Passeios Pedestres, Passeios de bicicleta, Passeios em veículos todo-o-terreno e BTT)

No contexto de se tentar perceber os interesses dos utilizadores e/ou visitantes do PNSE, foi questionado aos inquiridos que atividades praticam ou gostariam de praticar no Parque, sendo que para isso teriam de classificar o grau de interesse de cada atividade de 1 a 5, sendo que o 1 correspondia a “Nada Interessado” e o 5 como “Muito Interessado. Desta forma e em relação à atividade de Passeios Pedestres, 35% dos inquiridos respondeu que está “Interessado” em praticar esta atividade. A segunda resposta mais frequente foi “Muito Interessado” com 31% do total de respostas (Gráfico 20).

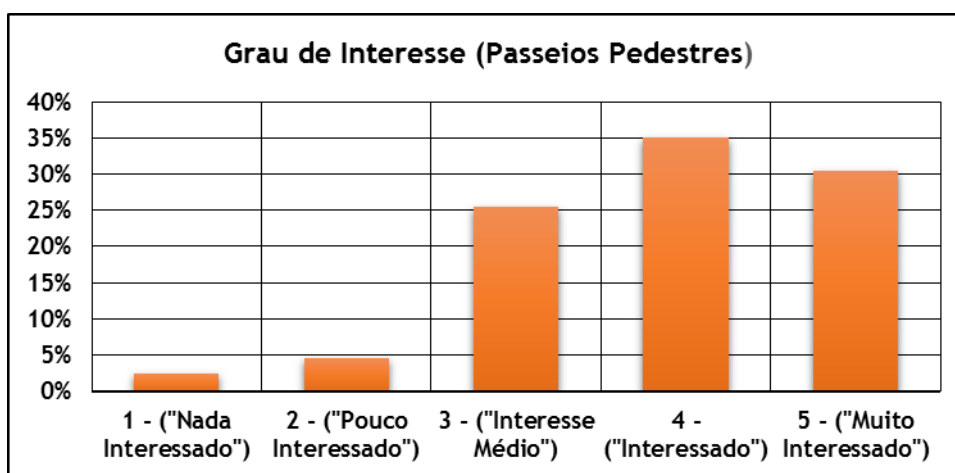


Gráfico 20 - Grau de Interesse (Passeios Pedestres).

De acordo com o gráfico 21, em relação ao Grau de Interesse em Passeios de bicicleta, 30% respondeu que tem um “Interesse Médio” em praticar este tipo de atividade, sendo que a segunda resposta mais frequente, com 28% respondeu “Interessado”.

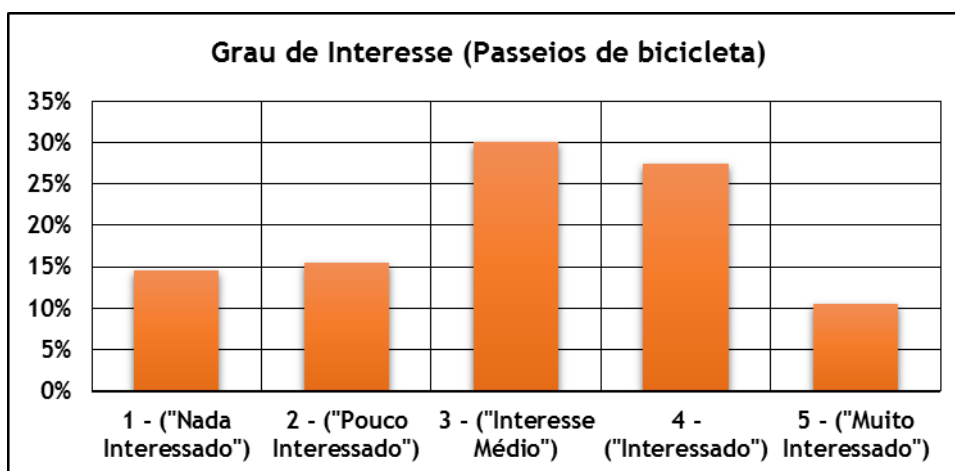


Gráfico 21 - Grau de Interesse (Passeios de bicicleta).

Quanto aos Passeios em veículos todo-o-terreno, a resposta mais frequente foi “Interessado” com um total de 27% das respostas (Gráfico 22).

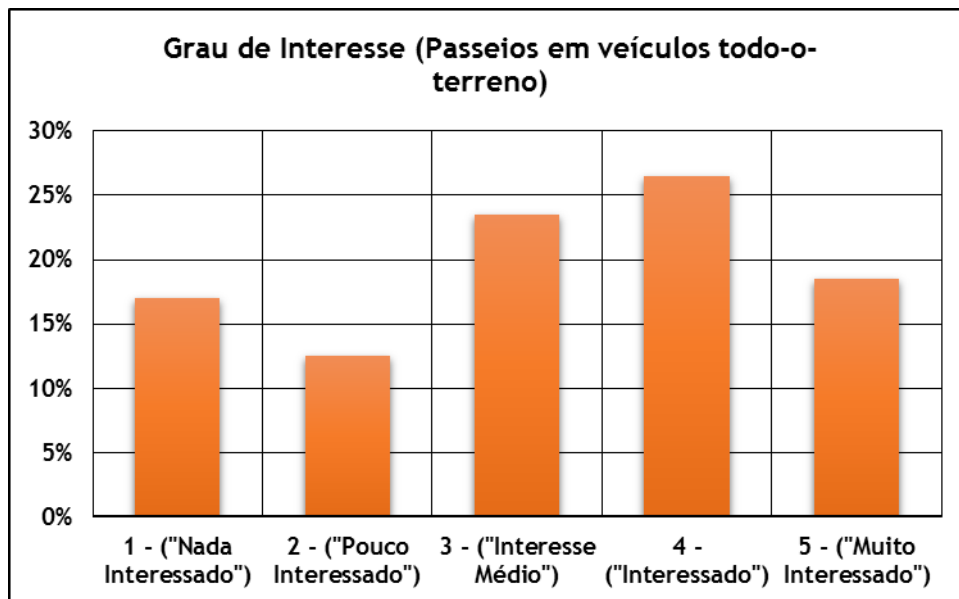


Gráfico 22 - Grau de Interesse (Passeios em veículos todo-o-terreno).

Em relação à atividade de BTT, a resposta mais frequente dada pelos inquiridos foi que têm “Interesse Médio”, com um total de 26% das respostas. A segunda resposta mais frequente foi “Nada Interessado”, com 25% (Gráfico 23).

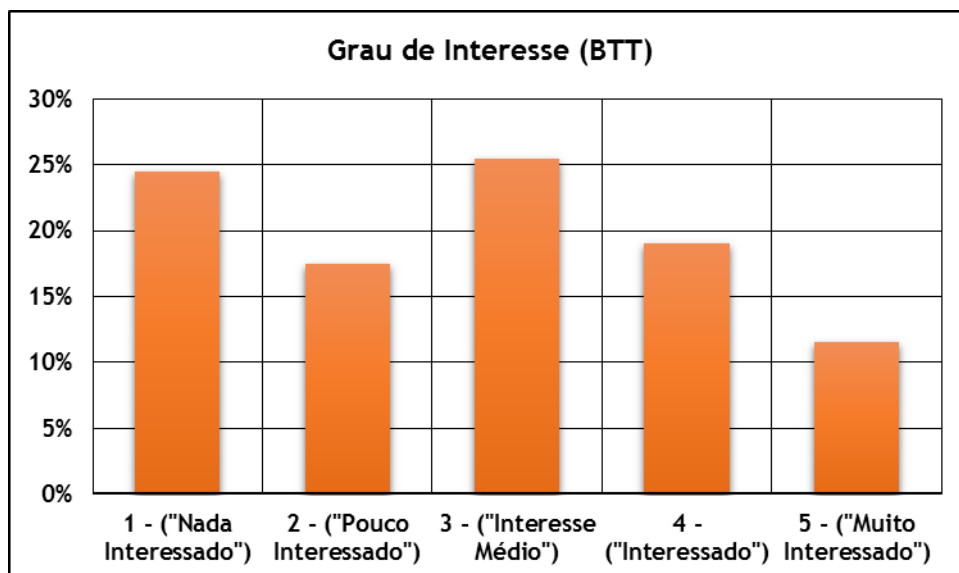


Gráfico 23 - Grau de Interesse (BTT).

5.5.3.3. Grau de Interesse (Expedições Fotográficas, Observação da fauna e flora e Visitas Culturais)

Quanto ao Grau de Interesse em relação à atividade Expedições Fotográficas, como se pode ver pelo gráfico 24, 36% dos inquiridos responderam que estão “Interessados” neste tipo de atividade.

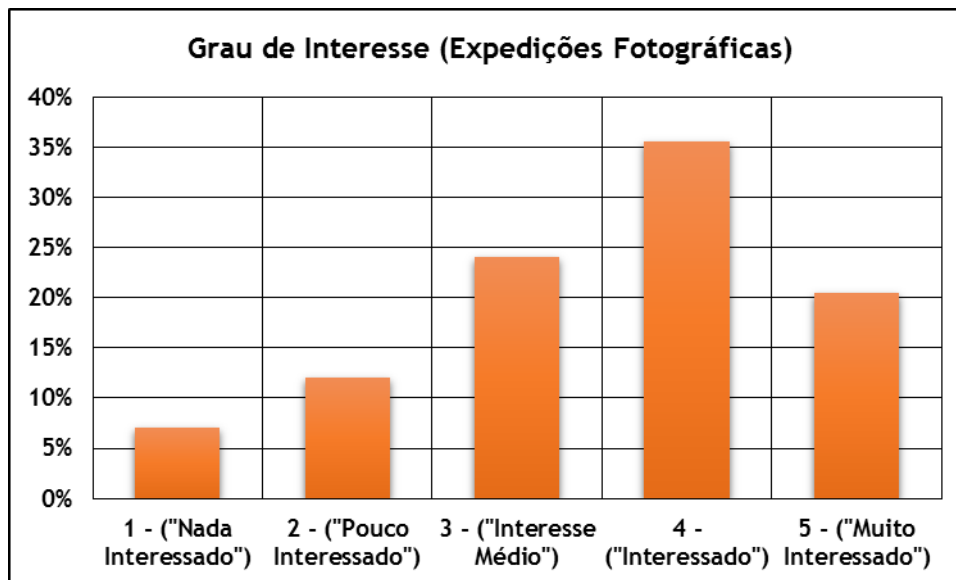


Gráfico 24 - Grau de Interesse (Expedições Fotográficas).

Quanto à atividade de Observação de fauna e flora, não existiu uma resposta mais frequente mas duas, uma vez que a resposta “Interesse Médio” e “Interessado”, obtiveram 32% do total de respostas (Gráfico 25).

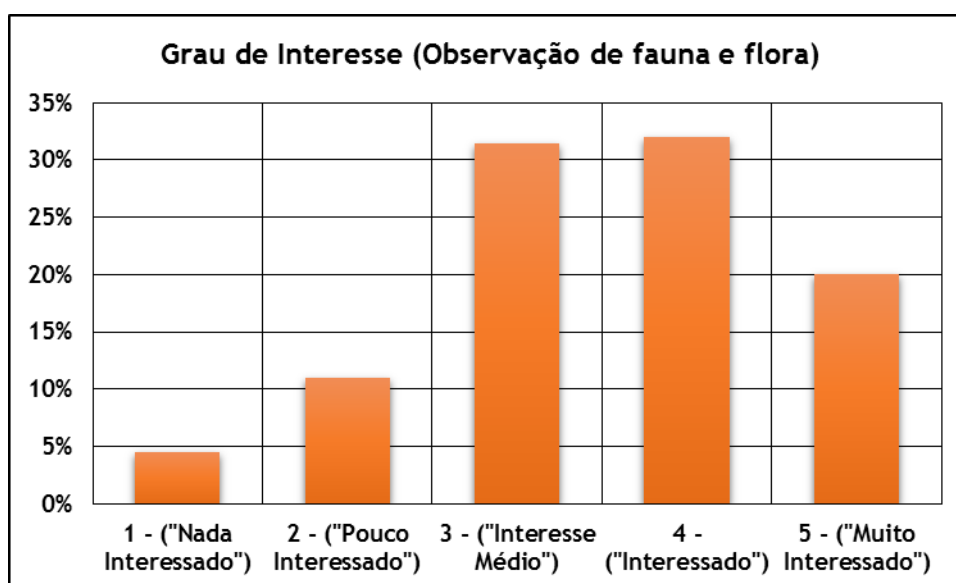


Gráfico 25 - Grau de Interesse (Observação de fauna e flora).

Em relação à atividade Visitas Culturais, a resposta mais frequente da parte dos inquiridos foi “Interessado”, com 33%, sendo logo seguida pela resposta “Interesse Médio” com 32% do total de respostas (Gráfico 26).

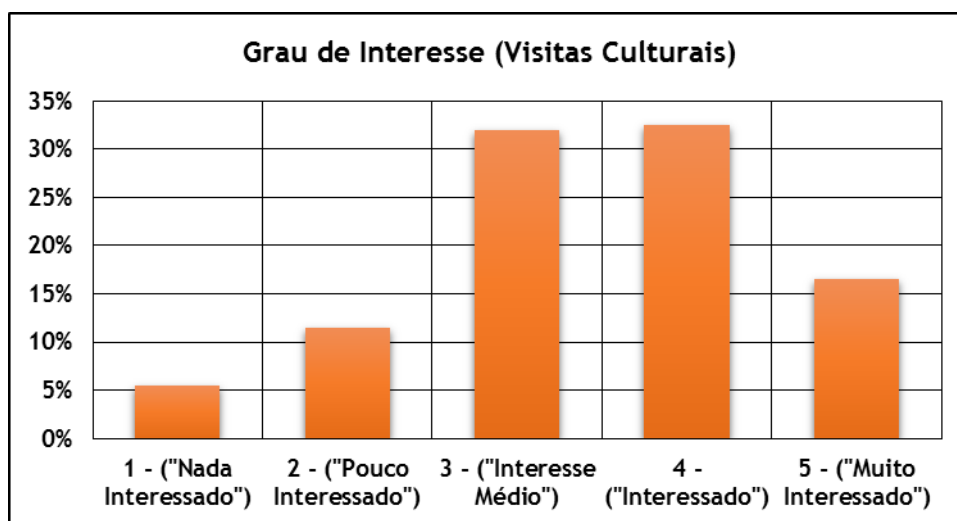


Gráfico 26 - Grau de Interesse (Visitas Culturais).

5.5.3.4. Grau de Interesse (Montanhismo/Escalada, Desportos de neve e Rappel/Slide)

Em relação às atividades de Montanhismo/Escalada, de acordo com o gráfico 27, a resposta mais constante foi que os inquiridos tinham “Interesse Médio” nestas atividades, obtendo 27% das respostas. No entanto é importante também referir que a resposta “Nada Interessado” obteve 22% das respostas.

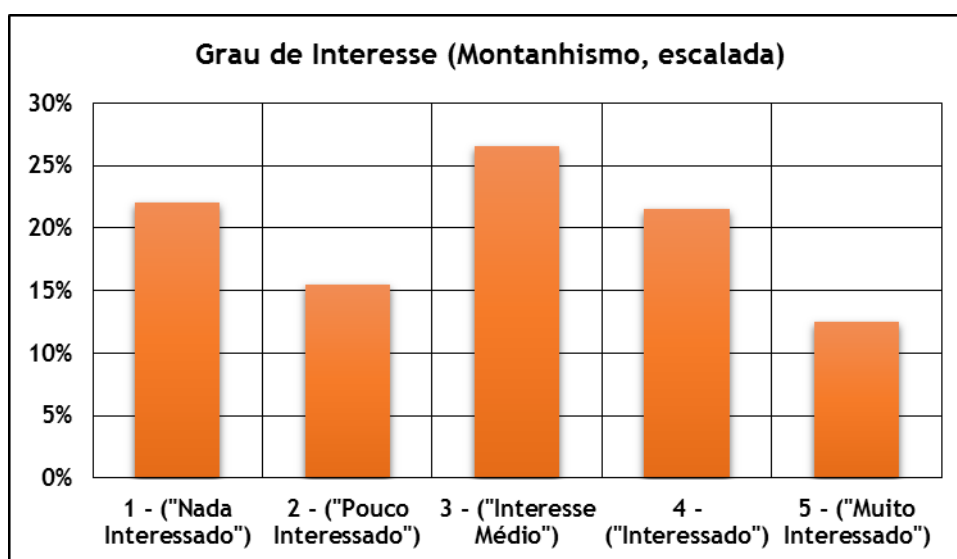


Gráfico 27 - Grau de Interesse (Montanhismo/Escalada).

Na atividade de Desportos de neve, a resposta mais frequente foi “Interessado”, alcançando 32% do total de respostas dos inquiridos (Gráfico 28).

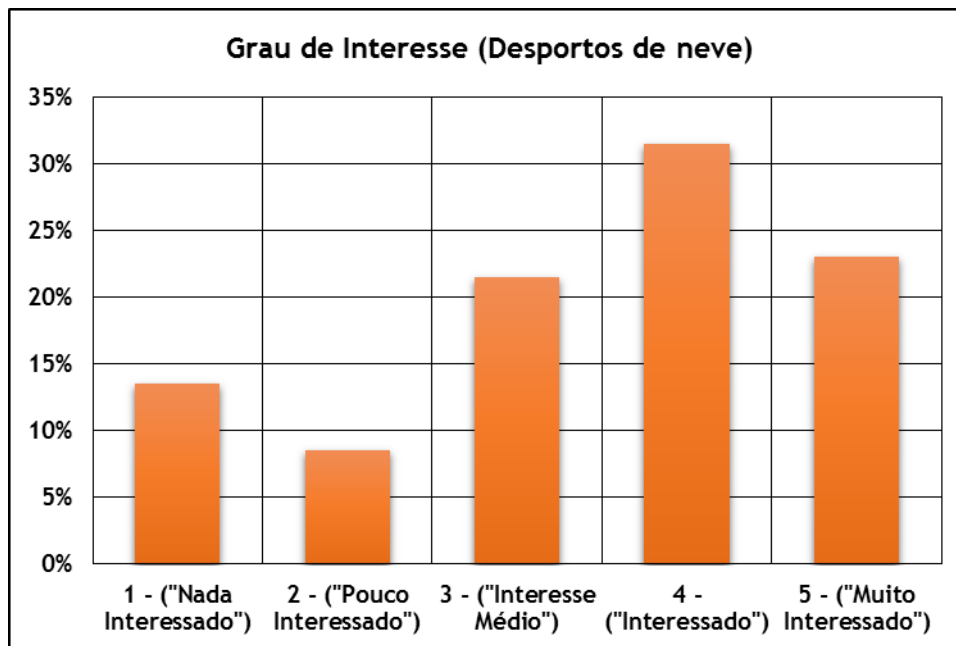


Gráfico 28 - Grau de Interesse (Desportos de neve).

Já as atividades de *Rappel/Slide* foram as que obtiveram piores resultados a nível do Grau de Interesse dos inquiridos, sendo que a resposta mais frequente foi “Nada Interessado”, com 26% do total de respostas (Gráfico 29).

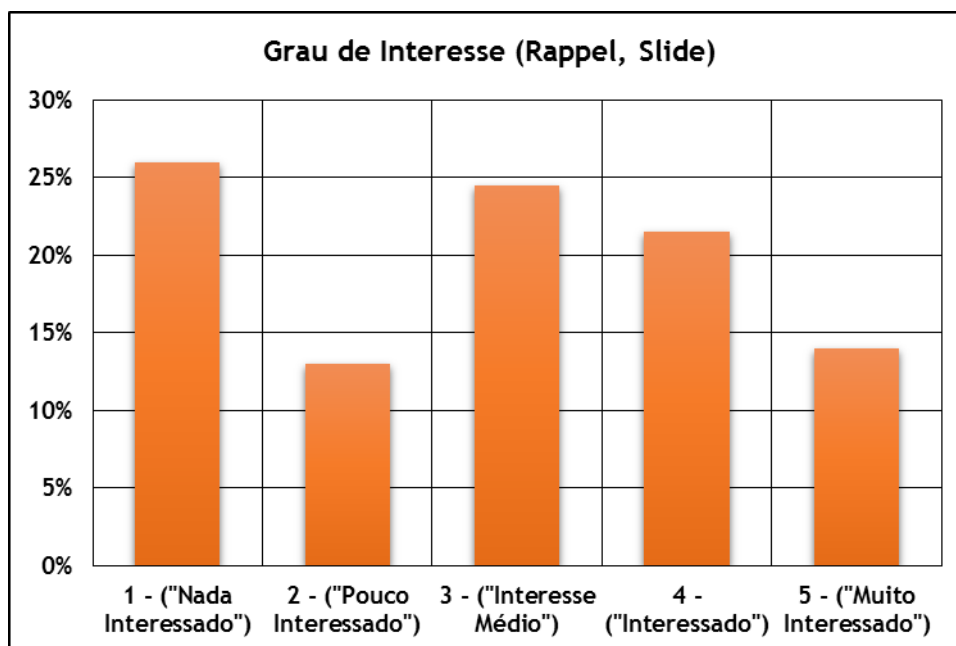


Gráfico 29 - Grau de Interesse (Rappel, Slide).

5.5.3.5. Grau de Interesse (Divulgação das atividades, Divulgação do Parque, Melhorias do Parque e Propostas futuras para o PNSE)

As últimas questões colocadas aos inquiridos foram em relação ao que pensavam da divulgação das atividades referidas anteriormente, da divulgação do Parque, das melhorias que poderiam ocorrer e por fim foi proposto aos inquiridos que apresentassem ideias de propostas futuras para o PNSE. Em relação à pergunta, se existe boa divulgação das atividades anteriores, a resposta mais frequente da parte dos inquiridos foi o “Não”, com 85% do total de respostas (Gráfico 30).

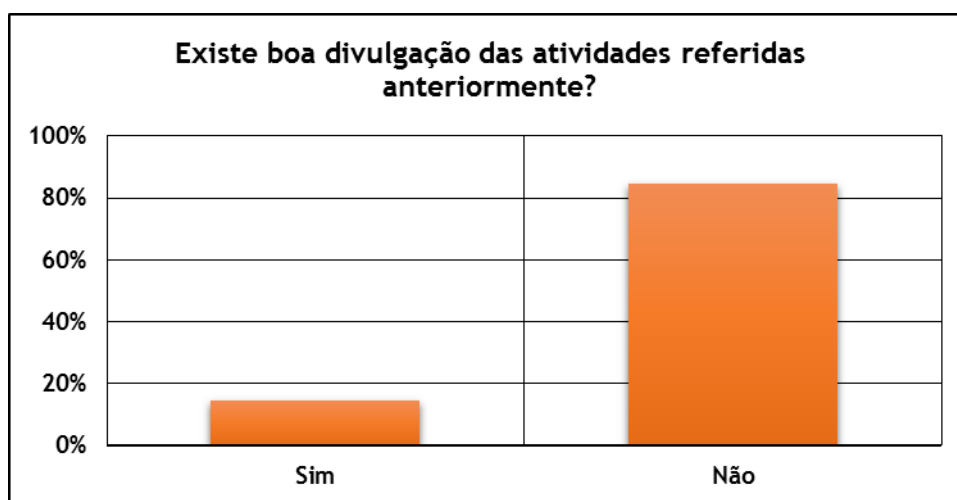


Gráfico 30 - Divulgação das atividades.

Em relação à pergunta, se o PNSE é bem divulgado, a maioria dos inquiridos respondeu também que “Não”, sendo esta a resposta de 80% dos inquiridos (Gráfico 31).

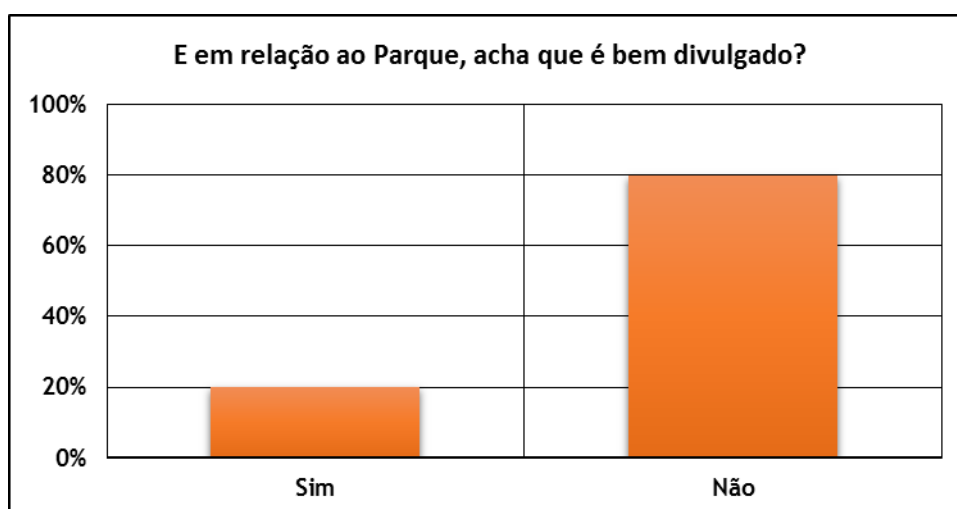


Gráfico 31 - Divulgação do PNSE.

De acordo com o gráfico 32, no que concerne às melhorias que deveriam ocorrer no PNSE, a “Maior oferta de outras atividades (percursos pedestres, passeios de bicicleta, etc.)” e “Maior informação para turistas” foram as respostas mais frequentes, obtendo ambas 68% do total de respostas. A segunda resposta mais frequente foi a “Maior oferta de transportes”, com um total de 55%.

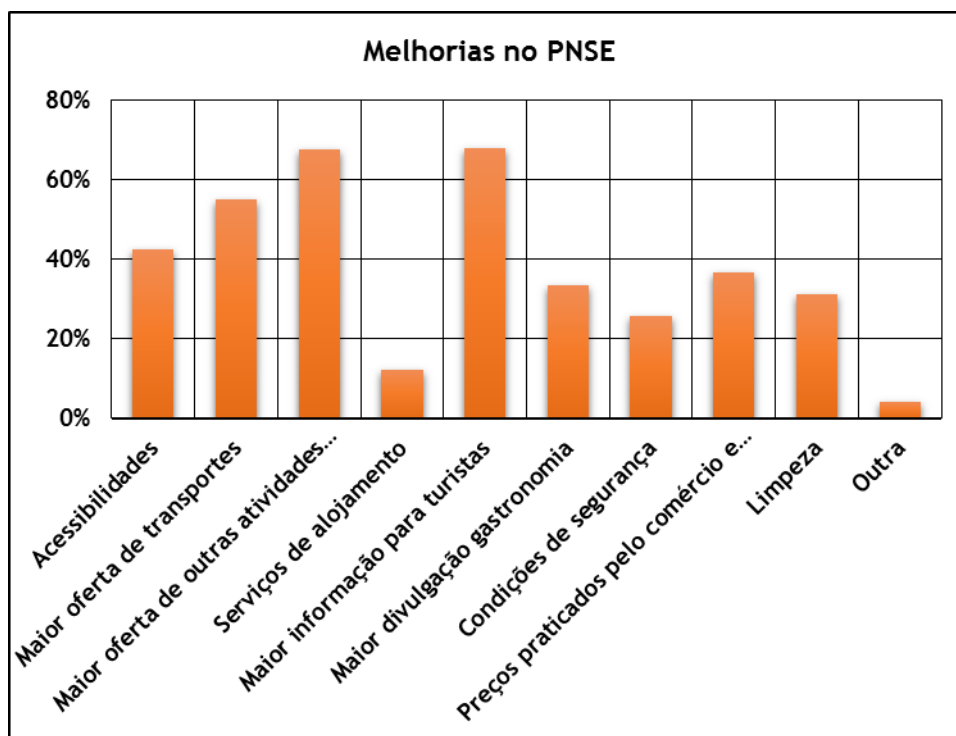


Gráfico 32 - Melhorias no PNSE.

Já em relação às Propostas Futuras que os inquiridos apresentaram, foi necessário reduzi-las às 5 propostas mais referidas e considerar o restante como “Outras Propostas”. Do gráfico 33, é possível constatar, que a proposta que mais vezes foi apresentada pelos inquiridos foi a necessidade de existirem “Infraestruturas de apoio aos visitantes/turistas”, obtendo 26% do total de respostas. A segunda e terceira propostas mais referidas pelos inquiridos foram, como seria de esperar devido aos resultados da questão anterior, “Maior oferta de atividades” e “Maior divulgação/informação”, com 21% e 20% do total de respostas, respetivamente. De referir também que as “Outras Propostas” obtiveram 14% de respostas (Gráfico 33).

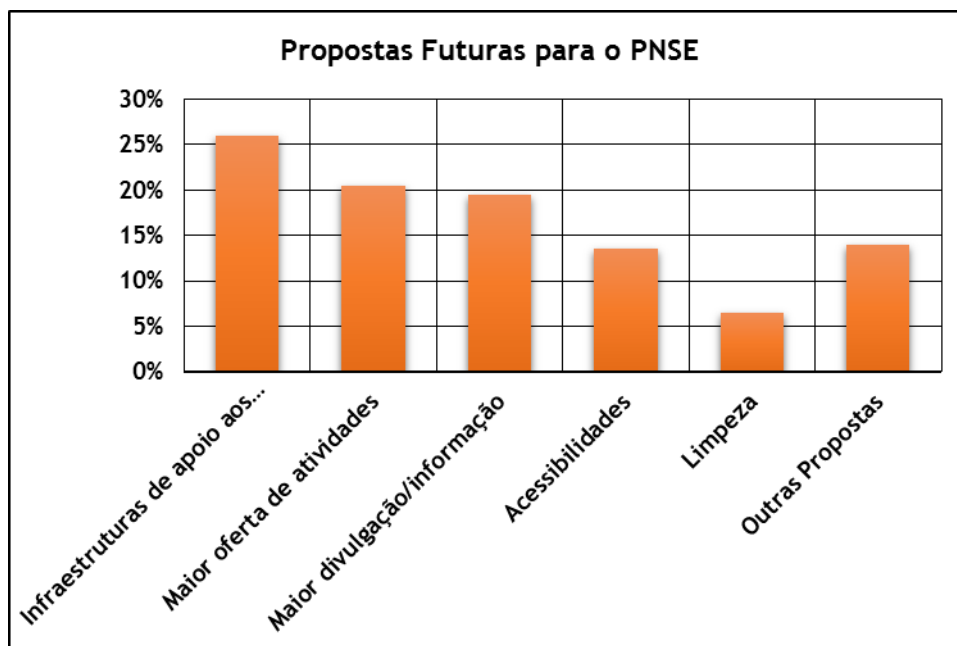


Gráfico 33 - Propostas Futuras para o PNSE.

5.6. Conclusões

De acordo com os dados obtidos, através da análise estatística dos inquéritos efetuados a um grupo generalizado de 200 indivíduos, tendo em consideração que a amostra apresenta certamente alguns enviesamentos devido, nomeadamente, a uma percentagem grande de indivíduos entre os 15 e os 29 anos, e que quase todos residem ou são oriundos da Covilhã, pode concluir-se que no geral, os inquiridos consideram que o PNSE é um bom Parque Natural, apresentando no entanto algumas lacunas que podem e devem ser melhoradas. De salientar o interesse da maioria dos inquiridos em praticar novos tipos de atividades, relacionadas com o contato com a natureza e com as visitas culturais, não sendo muito recetivos a atividades mais radicais como a escalada. Também é de salientar, que apesar da proximidade, a frequência com que visitam o Parque é muito reduzida e que, maioritariamente, os inquiridos consideram que existe pouca divulgação em relação ao PNSE e em relação a todas as atividades que se possam praticar no referido Parque. Por fim e de acordo, novamente, com as respostas dos inquiridos, conclui-se que é necessário apresentar novas e inovadoras formas de divulgação e principalmente de novas infraestruturas, que permitam um apoio e informação eficiente e acessível, a todos os visitantes do PNSE.

Capítulo 6 - Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela

6.1. Introdução

Sendo o Turismo, uma das atividades económicas onde se registam as maiores taxas de crescimento a nível mundial e onde se prevê que continue a existir um grande potencial de expansão para as próximas décadas, é necessário que se projetem e apresentem novas políticas, infraestruturas e negócios de modo a que os destinos turísticos possam beneficiar destas oportunidades.

Em Portugal, como já foi referido anteriormente, o Turismo é um setor estratégico e extremamente importante para a economia nacional, representando atualmente quase 10 por cento do PIB e mais de 8 por cento do emprego. No entanto verifica-se que este setor ainda apresenta variadas lacunas, em diversas das suas vertentes.

6.2. Centros de Visitantes

Os Centros de Visitantes são edifícios que fornecem informações (sobre atrações, alojamentos, mapas de trilhos e outros itens relevantes para o turismo) e serviços aos visitantes de um determinado local de interesse, como uma cidade, edifício histórico, parques nacionais/naturais, entre outros (WEB 16). Muitos edifícios deste tipo contêm também exibição de filmes ou outros meios de comunicação, para apresentar e transmitir a história natural e/ou cultural do local onde este se insere.

6.2.1. Centros de Visitantes nos Estados Unidos da América

Nos Estados Unidos da América (EUA) os Centros de Visitantes são usualmente conhecidos como “*Welcome Centers*” ou “*Visitor Centers*”. São edifícios que estão usualmente localizados nas principais portas de entrada, como estradas interestaduais ou grandes rodovias, de cada Estado, ou então em cidades ou locais com grande valor estratégico. O primeiro “*Welcome Center*” abriu em 4 de Maio de 1935, próximo à U.S. Route 12 em New Buffalo (Michigan). (WEB 17)

Estes Centros são locais que servem como área de descanso para os motoristas e como fonte de informação para os turistas que entram num, ou numa região, de um Estado. (idem)

As principais valências deste tipo de equipamentos consistem, usualmente, em:

- 1) Instalações sanitárias públicas;
- 2) Folhetos gratuitos relacionados com as atrações mais próximas, alojamentos e restaurantes;
- 3) *Staff* disponível para prestar informações e esclarecer as dúvidas dos visitantes;
- 3) Mapas oficiais do estado das rodovias, atualizado em intervalos regulares;
- 4) Áreas para piqueniques, instalação de hotéis e restaurantes, postos de combustível e grandes estacionamento.

De referir que, dependendo da área onde estão inseridos, os Centros podem encontrar-se em edifícios de tamanhos variados, com a maior parte das comodidades acima referidas. Além disso, os Centros inseridos numa área urbana ou rural podem também ter produtos de interesse local, regional e/ou nacional. É importante também mencionar que, atualmente, a maioria dos Parques Nacionais que integram o “*National Park Service (NPS)*”, possuem um ou até vários Centros de Visitantes. (ibidem)

6.2.1.1. Centro de Visitantes do *National Park Grand Canyon, Arizona*

O Parque Nacional do *Grand Canyon*, criado em 1919, abrange atualmente cerca de 1.218.375 hectares e encontra-se no planalto do Colorado, a noroeste do Arizona. Este é composto maioritariamente por planaltos e bacias, muito típicos do sudoeste dos Estados Unidos. Contém vários ecossistemas importantes, sendo o lar de inúmeras espécies de animais e vegetais raros, endémicas e especialmente protegidas, devido ao perigo da sua extinção. Mais de 1500 tipos de plantas, 355 de aves, 89 de mamíferos, 47 de répteis, 9 de anfíbios e 17 espécies de peixes são encontrados neste Parque. (WEB 18). Por estes e outros fatores, o Parque foi considerado Património Mundial da UNESCO em 1979. (UNESCO, 2014)

O Parque conta atualmente com 4 Centros de Visitantes, 2 Museus e 2 Centros de Informações. (WEB 18)

O Centro de Visitantes mais importante é o “*The Grand Canyon Visitor Center*” (Figuras 40 e 41), que está inserido num enorme complexo, que contém inúmeras outras infraestruturas de apoio aos visitantes. O Centro de Visitantes contém diversos tipos de exposições e atividades, como cubos de exposição exibindo itens de coleções da história natural e cultural do Parque, planeamento de viagens interativo, exibição de filmes sobre o *Grand Canyon* no teatro que

está inserido no Centro e vídeos 3-D, onde os visitantes podem visualizar as diferentes experiências e atividades oferecidas no Parque. (idem)

No complexo inserem-se ainda as seguintes infraestruturas (Figuras 42 e 43):

- 1) Uma grande livraria;
- 2) *Bright Angels Bicycles*, que oferece a possibilidade de aluguer de bicicletas e passeios de bicicleta guiados. Também está disponível um café-bar “*grab & go*”, ideal para os caminhantes e ciclistas;
- 3) Uma Central de transportes;
- 4) Quatro grandes parques de estacionamento;
- 5) Instalações sanitárias públicas;
- 6) Seis áreas para piqueniques.



Fig. 40 - Vista exterior do *The Grand Canyon Visitor Center*; Fonte: WEB 18; Autor: desconhecido.



Fig. 41 - Vista interior do *The Grand Canyon Visitor Center*; Fonte: WEB 18; Autor: Joye, T. (2012).

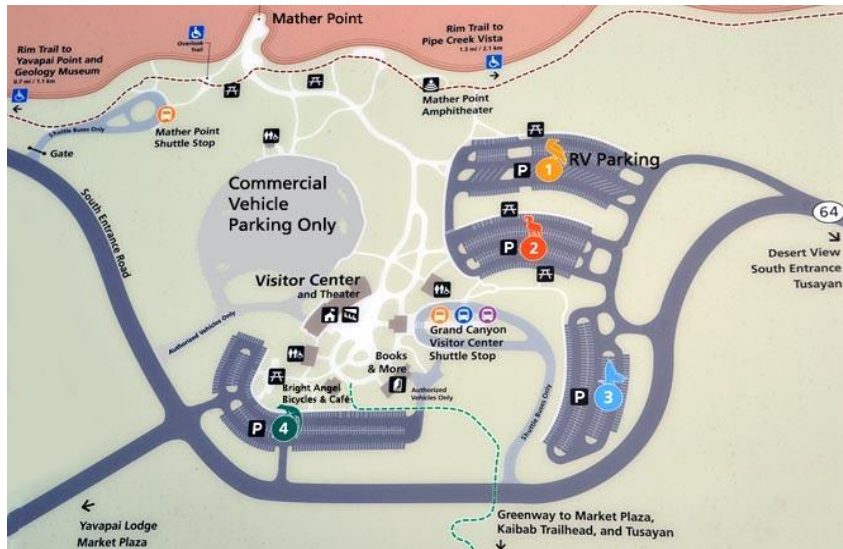


Fig. 42 - Mapa do Complexo do *The Grand Canyon Visitor Center*; Fonte: WEB 18.



Fig. 43 - Vista exterior do *Bright Angels Bicycles*; Fonte: WEB 18; Autor: Quinn, M (2012).

É importante referir que existem variadas rotas de autocarros que fornecem transporte entre o Centro de Visitantes e hotéis, restaurantes e zonas de campismo. Um exemplo é a rota cénica de *Kaibab/Rim*, viagem de cerca de 50 minutos que passa em cinco diferentes miradouros e ainda no *Grand Canyon Visitor Center* e no *Yavapai Geology Museum* (Figuras 44 e 45). (WEB 18)

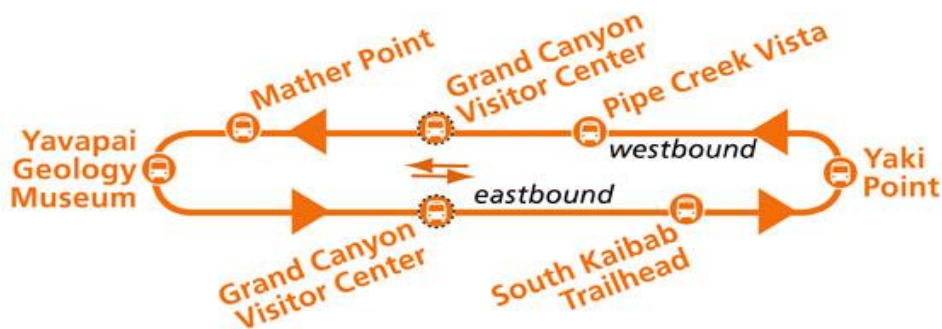


Fig. 44 - Mapa da rota cénica de *Kaibab/Rim*; Fonte: WEB 18.



Fig. 45 - Shuttle Bus da rota cénica de Kaibab/Rim; Fonte: WEB 18; Autor: desconhecido.

6.2.1.2. Centro de Visitantes do *Niagara Falls State Park, New York*

O Parque Estatal das Cataratas do Niágara alberga mais de 400 hectares de paisagens e fauna exuberantes, sendo que as belas quedas de água são as atrações mais famosas. O Parque recebe, em média, 8 milhões de visitantes a cada ano e está aberto 365 dias por ano, 24 horas por dia. É neste contexto e com o objetivo de prestar informações e assistência aos turistas, que o Parque contém um Centro de Visitantes (Figuras 46 e 47). (WEB 19)

O “*Niagara USA Official Visitor Center*” ou Centro de Visitantes Oficial de Niágara - EUA, está convenientemente localizado no Distrito Turístico das Cataratas do Niágara, a poucos passos do Parque Estatal das Cataratas do Niágara. (idem)

Esta infraestrutura encontra-se aberta 7 dias por semana, durante todo o ano (exceto épocas festivas) e oferece uma variedade de serviços, de modo a permitir melhorar a visita ao local. O Centro incluiu as seguintes valências: (idem)

- 1) Áreas de mapas e folhetos;
- 2) Assistência ao planeamento de itinerários;
- 3) Assistência a reservas de alojamento;
- 4) Instalações sanitárias públicas;
- 5) *Wi-fi* gratuito;
- 6) Armazenamento de bagagem gratuito, entre outras.



Fig. 46 - Vista exterior do *Niagara USA Official Visitor Center*; Fonte: WEB 19; Autor: desconhecido.



Fig. 47 - Vista interior do *Niagara USA Official Visitor Center*; Fonte: WEB 20; Autor: desconhecido.

6.2.1.3. Centro de Visitantes do *National Park Big Bend, Texas*

O Parque Nacional de Big Bend é famoso devido aos seus recursos naturais e geologia espetacular. No Parque é possível encontrar uma variada gama de habitats com mais de 1200 espécies de plantas, sendo que é o parque que dispõe de mais tipos de pássaros, morcegos e gatos do que qualquer outro Parque Nacional nos Estados Unidos. (WEB 21)

O Parque conta com 5 Centros de Visitantes, localizados em diferentes partes do Parque. O “*Panther Junction Visitor Center*” é um deles, localizando-se na sede do parque. Este Centro insere-se num complexo que incluiu também uma livraria (*Big Bend Natural History Association*), um posto de correios, instalações sanitárias públicas e uma estação de serviço (Figuras 48 e 49). (idem)

Três dos Centros de Visitantes deste Parque Nacional possuem todas as seguintes valências:

- 1) Emissão de licenças de diversos tipos;
- 2) Cobrança das taxas de entrada no Parque;
- 3) Exposições interativas que fornecem uma visão geral da geologia, recursos naturais e culturais do Parque;
- 4) Sala de exibição, com um filme de orientação do Parque;
- 5) Parques de estacionamento.



Fig. 48 - Vista exterior do Centro de Visitantes *Panther Junction*; Fonte: WEB 21; Autor: Ballou, C.



Fig. 49 - Vista interior do Centro de Visitantes *Panther Junction*; Fonte: WEB 21; Autor: desconhecido.

6.2.2. Centros de Visitantes na Nova Zelândia (i-SITE)

Em 1990, o Departamento de Turismo e Publicidade da Nova Zelândia (atualmente Turismo da Nova Zelândia) estabeleceu a *Visitor Information Network* (VIN) com a missão de ajudar os

visitantes quando estes são confrontados com uma ampla gama de opções de turismo e lugares para visitar. (WEB 22)

Em 2002 é criada a marca i-SITE, com o objetivo de apresentar uma aparência distinta que distingue a rede oficial de outros centros de informação (Fig. 50). (i-SITE, 2013)

Atualmente todos os Centros de Visitantes do país que pretendam tornar-se membros acreditados do VIN têm de proceder à aplicação no i-SITE da Nova Zelândia, podendo assim utilizar a marca da rede. O logotipo incorpora o símbolo internacionalmente reconhecido de informações - a letra “i” em verde e a Marca Nova Zelândia (Fig. 50). (idem)



Fig. 50 - Logotipo i-SITE; Fonte: *i-SITE*, 2013.

A Marca Nova Zelândia é utilizada no *marketing* exterior da Nova Zelândia e também pela fornecedora oficial de garantia de qualidade, *Qualmark*. Os visitantes reconhecem hoje esta marca, como representando a excelência em produtos de turismo e serviços, devido à ligação que existe entre o *marketing* de destino, garantia de qualidade e os Centros de Visitante i-SITE. (idem)

Atualmente a Rede conta com mais de 80 Centros de Visitantes i-SITE na Nova Zelândia, contendo assim, aproximadamente 550 trabalhadores. De referir que a cada ano, estes Centros recebem, em média, 8.9 milhões de visitantes. (idem)

6.2.2.1. O Centro de Visitantes ideal

Segundo o documento “*i-SITE New Zealand Corporate Profile and Strategic Plan*” de 2013, os Centros de Visitantes i-SITE são a porta de entrada para as ofertas e experiências únicas da Nova Zelândia e onde os visitantes obtêm toda a informação sobre o que ver, onde ir e como chegar lá (Figuras 51 e 52). Assim sendo, os serviços usualmente oferecidos incluem:

- 1) Informações e reservas de alojamento e restaurantes, transporte (aéreo, rodoviário, ferroviário e ferry), atrações (eventos e entretenimento locais) e atividades;
- 2) Mapas e guias de viagem;
- 3) Possibilidade de compra de presentes, lembranças, selos e cartões telefónicos;

Segundo o mesmo documento, é referido que os i-SITEs oferecem uma excelente plataforma para operadores locais e prestadores de serviços poderem promover e vender os seus produtos, bem como para as comunidades e regiões, que assim conseguem promover mais eficazmente eventos locais, conseguindo assim criar benefícios sociais significativos, quer pelas oportunidades de emprego, quer pela facilidade que estas infraestruturas têm para:

- 1) Apresentar material promocional local;
- 2) Incentivar os visitantes a permanecer durante mais tempo para conhecerem mais atividades da região;
- 3) Aumentar as despesas dos visitantes na região onde este está inserido.

De referir que 69% dos utilizadores internacionais que se deslocaram a Centros i-SITE, foram convencidos a usufruir das atividades, alojamentos ou transportes a nível local.



Fig. 51 - Vista exterior do Centro de Visitantes i-SITE de Kaikoura; Fonte: WEB 23; Autor: desconhecido.



Fig. 52 - Vista interior do Centro de Visitantes i-SITE de Kaikoura; Fonte: WEB 23; Autor: desconhecido.

6.2.3. Centros de Visitantes em Portugal

Em Portugal, o conceito de Centro de Visitantes é praticamente inexistente, apostando-se em outros tipos como os Postos de Turismo, que apresentam informações para os turistas, ou os Centros Interpretativos, vocacionados para a promoção do conhecimento e divulgação do património onde está inserido.

6.2.3.1. Centro de Visitantes da Gruta das Torres (Pico, Açores)

O Centro de Visitantes da Gruta das Torres é das poucas infraestruturas deste tipo existentes em Portugal (Figuras 53 e 54). O Centro foi aberto ao público em 2005, apresentando um formato de visita absolutamente pioneiro em Portugal, uma vez que promove a preservação da gruta, ao providenciar uma visita guiada e cuidada dos visitantes, ao longo da cavidade vulcânica praticamente virgem e preservada, fornecendo o equipamento necessário e adequado para tal. Desde 2005, a Gruta das Torres já foi visitada por mais de 30 mil pessoas e apresenta-se como um exemplo de visita, preservação e educação do património natural da Ilha do Pico. (WEB 24)

O Centro de Visitantes incluiu os seguintes serviços:

- 1) Bilheteira;
- 2) Loja e Multibanco;
- 3) Parque de estacionamento;
- 4) Instalações sanitárias;
- 5) Visitas guiadas;
- 6) Auditório com projeção de filme.



Fig. 53 - Vista exterior do Centro de Visitantes da Gruta das Torres; Fonte: WEB 25; Autor: desconhecido.



Fig. 54 - Vista interior do Centro de Visitantes da Gruta das Torres; Fonte: WEB 24; Autor: desconhecido.

6.2.3.2. Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE)

O Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) é uma estrutura do Município de Seia (Figuras 55 e 56), orientada para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e valorização do património ambiental da Serra da Estrela. (WEB 6)

Sediado num parque verde com cerca de dois hectares, o CISE tem por missão sintetizar e divulgar conhecimentos sobre os processos naturais, sociais e económicos que condicionam a vida na montanha, sendo um local privilegiado para partir à descoberta da Serra da Estrela. (idem)

O CISE apresenta também um conjunto de estruturas e equipamentos multivalentes, de características únicas na região para a educação e divulgação ambientais, a investigação e a promoção turística, promovendo regularmente exposições, seminários, cursos de formação e visitas de interpretação ambiental, entre outras atividades. (idem)

O Centro apresenta os seguintes serviços:

- 1) **Sala Espaço e Território** - sala da exposição permanente que aborda diversas áreas do conhecimento e integra aspetos científicos, didáticos e lúdicos;
- 2) **Sala Património e Natureza e Sala Gentes e Lugares** - salas dedicadas à apresentação de exposições temporárias;
- 3) **Centro de Documentação** - reúne informação de carácter científico, lúdico e pedagógico, relativamente à área do ambiente e em particular da Serra da Estrela;

- 4) **Oficinas de Ambiente e Herbário** - onde se desenvolvem atividades práticas de descoberta do mundo natural. A oficina do herbário, constitui-se especialmente para o público infantojuvenil, onde é possível aprender a construir um herbário;
- 5) **Banco de Sementes** - laboratório científico onde se reúne e conserva a diversidade florística da Serra da Estrela;
- 6) **Auditório e Salas de formação** - destinados à realização de conferências, seminários, ações de formação e reuniões;
- 7) **Fototeca** - tem como objetivo principal a recolha e conservação nos diversos suportes fotográficos, de imagens de paisagens, do património edificado, do quotidiano e das gentes do concelho de Seia.



Fig. 55 - Vista exterior do CISE; Fonte: WEB 6; Autor: desconhecido



Fig. 56 - Vista Interior do CISE (Área Serra da Estrela); Fonte: WEB 6; Autor: desconhecido

6.3. Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela

Como já foi referido anteriormente, o conceito de Centros de Visitantes é praticamente inexistente em Portugal. Dessa forma, irá ser estudado e apresentada uma proposta, para a instalação de um equipamento deste formato no Parque Natural da Serra da Estrela.

6.3.1. Fundamentação da Proposta

Com a apresentação do Plano Estratégico Nacional do Turismo, em 2007, foram criadas as linhas orientadoras para as diferentes regiões do país. Relativamente à zona Centro, um dos principais enfoques seria o desenvolvimento do Turismo de Natureza, uma vez que *“apesar de 21% do território nacional ser considerado área protegida, o Turismo de Natureza apresenta claros défices infraestruturais, de serviços, de experiência e know-how e de capacidade competitiva das empresas que operam neste domínio”* (PENT, 2007).

Já na altura se considerava que o desafio para Portugal seria o desenvolvimento de uma oferta que respeitasse o ambiente, sendo que o objetivo seria tornar o produto vendável turisticamente, preservando sempre as Áreas Protegidas.

Com a revisão do PENT, em 2011, os objetivos mantiveram-se e consideravam que *“a estratégia para o interior da região centro, em particular para a Serra da Estrela, passa pela manutenção da dinâmica de crescimento dos visitantes, residentes em Portugal e a diversificação a novos mercados e segmentos”*. O mesmo documento refere que *“a região Centro deve estruturar a oferta de circuitos turísticos, de turismo de saúde e de turismo de natureza para a promoção internacional”*.

Nesta ótica e segundo o que é importante na fundamentação da proposta, o PENT refere que no Turismo de Natureza, se *“verifica a necessidade de desenvolver infraestruturas e serviços especializados”* bem como *“colocar o produto de passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo no mercado”* (PENT, 2011).

No mesmo documento são também referidos alguns dos objetivos para o Turismo de Natureza, que devem ser concretizados de modo a melhorar as condições de visitação dos recursos, sendo que os principais para esta fundamentação, são os seguintes:

- *“Melhorar as condições de acolhimento e suportes de interpretação das principais áreas naturais com interesse turístico”*;
- *“Assegurar um eficaz sistema de sinalização das principais atrações e manter uma boa rede de informação ao turista”*;

- *“Desenvolver e promover itinerários e propostas de serviços estruturados, com particular enfoque nos segmentos identificados, para clientes com diferentes níveis de conhecimento e com diferentes níveis de dificuldade”;*
- *“Estimular o desenvolvimento de ofertas integradas/pacotes de Turismo de Natureza”.* (ibidem)

De acordo também com o levantamento estatístico, apresentado no Capítulo 5 desta dissertação, verificou-se que num universo de 200 inquiridos, a necessidade de existirem infraestruturas de apoio ao visitante/turista, maior divulgação de atividades e maior divulgação/informação sobre o Parque Natural da Serra da Estrela, foram as três propostas futuras mais vezes apresentadas, verificando-se assim a existência de um défice de infraestruturas de apoio aos turistas, de diversificação do tipo de atividades e de divulgação do PNSE.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, refere no questionário, que lhe foi enviado, que *“a principal atração turística [do concelho da Covilhã] é naturalmente a Serra da Estrela e as atrações de turismo de alta montanha, desportos de inverno, turismo de natureza ou os recursos naturais existentes como por exemplo o Vale Glaciar do Zêzere, considerando também que “a estratégia de crescimento e desenvolvimento passa por um trabalho de qualificação, valorização e promoção de todo o património natural da região e pelo desenvolvimento de novos focos de atratividade”.*

6.3.2. Localização do Centro de Visitantes

A localização deste tipo de equipamentos é sempre um dos grandes pontos-chave, uma vez que é necessário um local com bons acessos e que consiga abranger a maioria dos visitantes. As Penhas da Saúde é um bom exemplo, em relação ao Parque Natural da Serra da Estrela.

As Penhas da Saúde é uma localidade que se situa no concelho da Covilhã e que pertence, mais concretamente, à freguesia das Cortes do Meio. A aldeia está inserida no Parque Natural da Serra da Estrela, a uma altitude de 1.500 metros e é um local de paragem obrigatória para quem visita a maior serra de Portugal Continental (figura 57).

As Penhas da Saúde, tal como o próprio nome indica, é uma zona que possui um micro clima muito singular, que foi durante muito tempo para além da pastorícia, espaço do domínio público (baldio), procurado e frequentado pela população de todo o país, que vinham até aí em busca do remédio para as suas debilidades físicas. Assim foi criado o Sanatório dos Ferrovíários e mais tarde a Colónia Infantil de Montanha, hoje Pousada da Juventude. (SOBRAL, 2008)

A localidade possui variados equipamentos hoteleiros como o Hotel Serra da Estrela, chalés de montanha, uma pousada da juventude e inúmeras unidades de comércio, como restaurantes, cafés, lojas, etc., e situa-se a apenas 10 minutos da Estância de Ski da Serra da Estrela, no ponto mais elevado de Portugal Continental.

Como o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Dr. Vítor Pereira também refere no questionário, *“a Covilhã é a principal porta de entrada da Serra da Estrela”,* sendo que *“as Penhas da Saúde, pela sua localização e condições naturais, possui todas as condições e uma vocação natural para vir a ser a principal - e porventura, única - Estância Turística de Alta Montanha em Portugal. É necessário por isso, respeitando e valorizando a preservação ambiental e das condições naturais do espaço, dotá-la de ordenamento, infraestruturas e condições de funcionalidade adequadas para ser uma Aldeia de Montanha de excelência, com condições para oferecer aos turistas uma oferta de estadia e animação diversificada e qualificada”.* (Anexo B)

Assim, verifica-se que a aldeia das Penhas da Saúde se afirma como um local bastante indicado para a implantação desta infraestrutura, devido a ser a área urbana mais próxima da Torre, bem como pelas infraestruturas turísticas que esta aldeia de montanha já contém.



Fig. 57 - Penhas da Saúde; Fonte: WEB 15.

Desde logo duas zonas das Penhas da Saúde pareceram ser as mais indicadas para a implantação do Centro de Visitantes.

6.3.2.1. Primeira opção de localização

A primeira opção para a localização do Centro de Visitantes nas Penhas da Saúde situa-se entre o antigo traçado da estrada Nacional 339 e o novo traçado, mais concretamente, em frente da atual Pousada da Juventude. O local é apresentado a vermelho na figura 58:



Fig. 58 - Primeira opção de localização do Centro de Visitantes

Tal opção foi rejeitada, uma vez que o local se encontra, em parte, fora do perímetro urbano das Penhas da Saúde e numa área prioritária de valorização ambiental (Fig. 59), existindo portanto enormes condicionantes à construção.

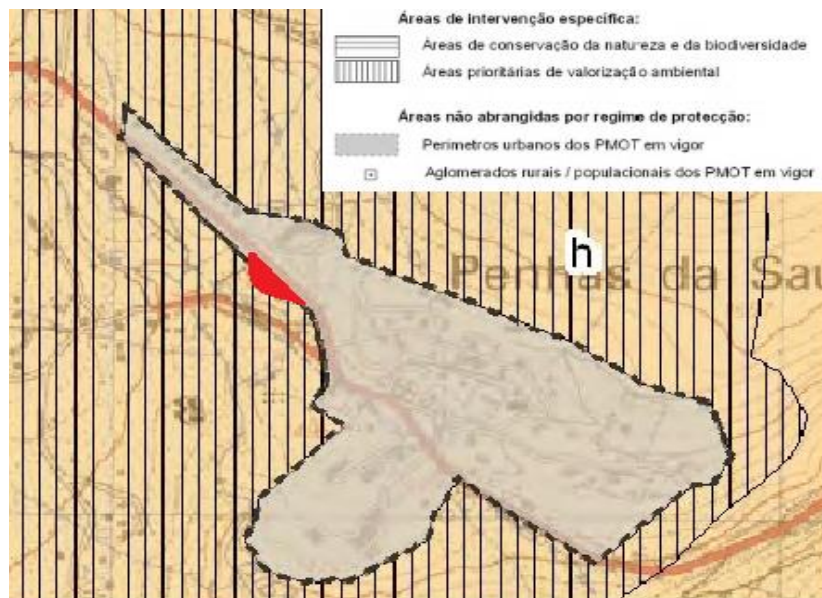


Fig. 59 - Primeira opção de localização na Planta Síntese do Plano de Ordenamento do PNSE; Fonte: WEB 3.

6.3.2.2. Segunda opção de localização

A segunda opção para a localização do Centro de Visitantes nas Penhas da Saúde situa-se próxima da primeira opção, mais concretamente abaixo da atual Pousada da Juventude, no lado direito da estrada Nacional 339. O local é apresentado a vermelho na figura 60:



Fig. 60 - Segunda opção de localização do Centro de Visitantes

Esta localização apresenta-se como uma opção bastante viável, uma vez que se tratam de dois terrenos baldios pertencentes à Junta de Freguesia das Cortes do Meio e que se inserem dentro do perímetro urbano das Penhas da Saúde (Fig. 61), existindo assim a possibilidade de construção, mediante as condições de edificabilidade do local, previstas no Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM) da Covilhã (CM, 1999).

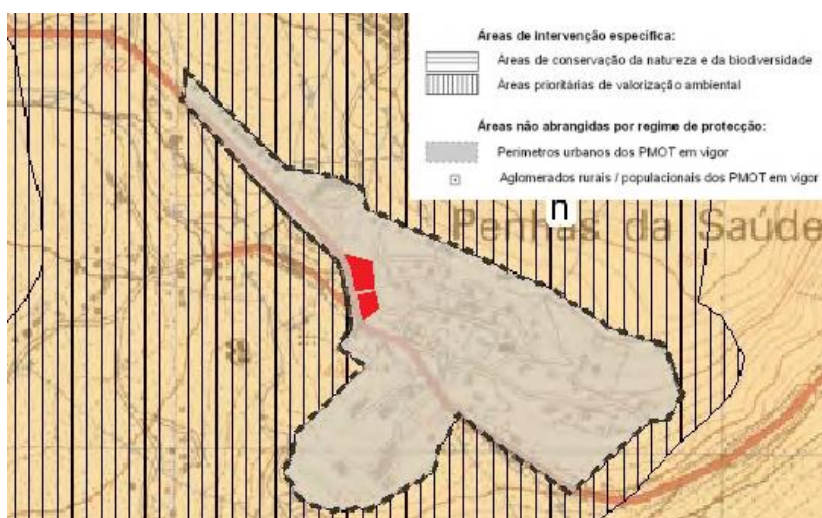


Fig. 61 - Segunda opção de localização na Planta Síntese do Plano de Ordenamento do PNSE; Fonte: WEB 3.

6.3.3. O Centro ideal para o Parque Natural da Serra da Estrela

Como já foi referido anteriormente, o PENT de 2011 considera que um dos principais objetivos para a Serra da Estrela deverá ser a estruturação do turismo de natureza para a promoção internacional, verificando-se a necessidade de desenvolver infraestruturas e serviços especializados de apoio e informação.

Nesta ótica, um Centro de Visitantes que venha a ser implantado no Parque Natural da Serra da Estrela, mais concretamente nas Penhas da Saúde, terá de corresponder aos objetivos inscritos no PENT e deverá possuir um variado tipo de valências, que sejam as ideais para o tipo de visitantes que este venha a abranger.

Por essa razão, a proposta desta dissertação para o Centro ideal irá basear-se, em parte, na experiência e exemplos dos Centros de Visitantes da Nova Zelândia (i-SITE), uma vez que estes são os que oferecem as valências mais abrangentes e mais úteis, numa visão integrada de desenvolvimento territorial, especialmente adequado para uma área de exceção (PNSE), onde se pretende dinamizar o Turismo de Natureza.

6.3.4. Proposta para o Centro de Visitantes do PNSE

Como foi referido anteriormente, a localização escolhida para a implantação do Centro de Visitantes foi a aldeia de montanha das Penhas da Saúde. Segundo isso, foi idealizado e projetado uma possível proposta para esta infraestrutura, como se pode observar nas figuras seguintes.



Fig. 62 - Proposta para o Centro de Visitantes do PNSE e sua envolvente; Autor: Simões, A.



Fig. 63 - Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

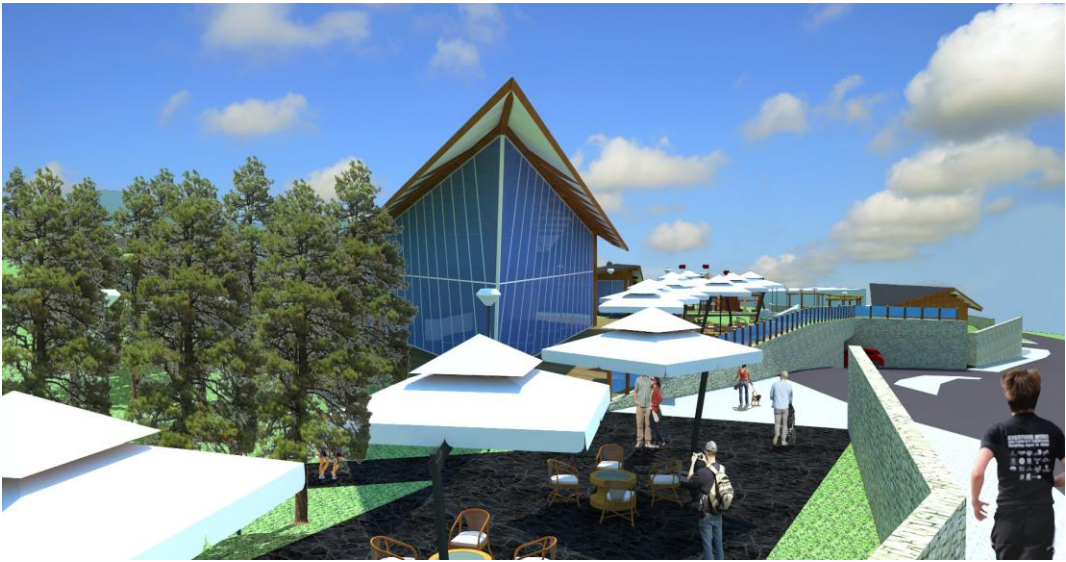


Fig. 64 - Vista frontal do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

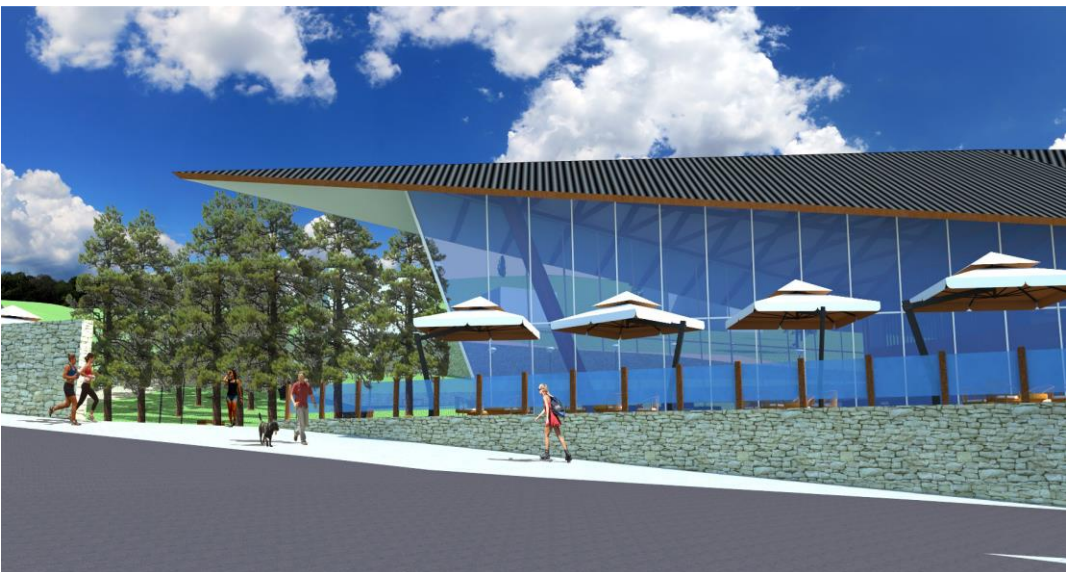


Fig. 65 - Vista lateral do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

6.3.4.1. Principais Valências

Tal como ocorre com os Centros de Visitantes i-SITE da Nova Zelândia, também o Centro de Visitantes do PNSE, terá de ser a porta de entrada para as ofertas e experiências únicas do Parque, onde os visitantes obtêm informações e dispõem de um variado leque de serviços que poderão usufruir, certificados com o selo de qualidade do centro. Por outro lado, pode servir para ajudar famílias e pequenas empresas a divulgarem os seus produtos e serviços, bem como ajudar na sua gestão, nomeadamente nas reservas e marcação de determinado tipo de serviços.

Atendendo às características do local, aos resultados obtidos nos inquéritos e à pesquisa bibliográfica já apresentada sobre infraestruturas deste tipo (Figuras 66, 68, 70, 72, 73, 75), apresentam-se as principais valências que deverão integrar o futuro Centro de Visitantes da Serra da Estrela, idealizadas nesta proposta:

1) Balcão de reservas de alojamento, restaurantes, transportes, atrações e variadas atividades com guias (percursos pedestres, passeios de bicicleta, passeios em veículos todo-terreno, escalada, entre outros), com *staff* disponível para prestar informações e esclarecer qualquer dúvida dos visitantes, em relação ao Parque Natural ou à sua envolvente (Fig. 67). O centro funciona como uma porta de entrada de um imenso espaço de múltiplas valências, que é a área do PNSE, pelo que mediante um levantamento cuidadoso dos recursos turísticos do Parque, não esquecendo os recursos humanos, podem ser fornecidos neste local, não só listagens de alojamentos privados disponíveis, locais para degustar produtos tradicionais em ambiente caseiro, ouvir histórias, mas também pode ser uma ferramenta essencial de auxílio à gestão e divulgação de pequenas empresas familiares, com a chancela de qualidade do centro;



Fig. 66 - Exemplo de balcão reservas e prestação de informações; Fonte: WEB 23; Autor: desconhecido.



Fig. 67 - Balcão de reservas e prestação de informações do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

2) Área de mapas, folhetos e guias de viagem, incluindo área para venda de material promocional local, com possibilidade de compra de presentes e lembranças e produtos da região (Fig. 69). De realçar que a proximidade da Covilhã e da sua Universidade, com uma tradição na indústria têxtil e na moda, pode contribuir para que exista uma oferta inovadora e interessante de produtos a vender aos visitantes, com o selo de qualidade do próprio centro;



Fig. 68 - Exemplo de área de mapas, folhetos, guias e área de venda; Fonte: WEB 26; Autor: desconhecido.



Fig. 69 - Área de mapas, folhetos, guias e área de venda do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

3) Área de descanso e bar com acesso *Wi-Fi* gratuito pretende ser um local de descanso, de leitura e de convívio entre aqueles que se deslocam ao centro. Nele, um misto de produtos regionais da zona que alberga o parque, poderão ser fornecidos a preços convidativos. Existe também espaço para que possam ocorrer pequenos espectáculos musicais, musica ao vivo e outras valências que façam do espaço uma atracção por si próprio (Fig. 71);



Fig. 70 - Exemplo de área de descanso e bar; Fonte: WEB 26; Autor: desconhecido.



Fig. 71 - Área de descanso e bar do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

4) A área multiusos, aberta, em forma de galeria, neste caso no piso superior e com vista para a sala principal, pode servir para exposições temporárias (exposições culturais, mostras gastronómicas, entre outras), pequenas conferências, aulas temáticas e projeção de material audiovisual (Fig. 74);



Fig. 72 e 73 - Exemplo de área de exposições e pequenas palestras; Fonte: WEB 26; Autor: desconhecido.



Fig. 74 - Área multiusos para exposições temporárias e pequenas palestras do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

5) A área de esplanada situa-se na fachada do edifício principal mais protegida do vento (Fig. 76). A opção passa por dotá-la de uma boa exposição solar e de uma localização que proteja a privacidade dos seus utentes sem contudo a esconder completamente, para que o cenário paisagístico possa ser completamente usufruído;



Fig. 75 - Exemplo de área de esplanada; Fonte: WEB 26; Autor: desconhecido.



Fig. 76 - Área de esplanada do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

6) Área de aluguer de bicicletas e outros equipamentos (para a prática de campismo, neve, escalada, entre outros), incluindo também um café *grab & go*, ideal para caminhantes e ciclistas, que assim podem comodamente trocar de meio de locomoção, ou deixar/alugar os seus equipamentos (Figuras 78 e 79);



Fig. 77 - Exemplo de área de aluguer de equipamentos; Fonte: WEB 18; Autor: Quinn, M. (2012).



Fig. 78 - Área de aluguer de equipamentos do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.



Fig. 79 - Área de café *grab & go* do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

7) A Zona de Paragem para autocarros e de estacionamento de veículos (Fig. 81) vem ao encontro das necessidades, não só dos utentes que se deslocam para o parque em meios próprios e que assim possuem um local cómodo para deixar as suas viaturas, como também será o ponto de paragem de eventuais trajetos de autocarro, nomeadamente pequenos autocarros que possam fazer regularmente o trajeto Covilhã - Centro - Torre (numa primeira fase), e que assim levem segura e comodamente, visitantes até à Serra, a custos controlados, para que possam usufruir dos equipamentos e de todas as valências do PNSE;



Fig. 80 - Exemplo de zona de paragem para autocarros; Fonte: WEB 27; Autor: desconhecido.



Fig. 81 - Zona de paragem para autocarros do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

8) A área de recreio será um espaço lúdico para adultos e crianças, devidamente protegida dos perigos da estrada principal e das zonas de maior exposição ao vento (Fig. 83);



Fig. 82 - Exemplo de área de recreio; Fonte: WEB 28; Autor: desconhecido.



Fig. 83 - Área de recreio do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

9) Área para a prática de piqueniques, pretende-se que seja uma área para estar, fazer um piquenique ou uma refeição ligeira (Fig. 85);



Fig. 84 - Exemplo de área para piqueniques; Fonte: WEB 29; Autor: desconhecido.



Fig. 85 - Área para piqueniques do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

10) Instalações sanitárias públicas exteriores (Fig. 87);



Fig. 86 - Exemplo de Instalações sanitárias públicas; Fonte: *WEB 30*; Autor: Quinn, M. (2011).



Fig. 87 - Instalações sanitárias públicas do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

11) Parque de estacionamento, em parte coberto, não obstruindo a via pública principal, terá uma para transportes coletivos de passageiros e para transportes individuais, onde se se entender, será possível deixar a viatura e iniciar, a partir do centro, passeios a pé ou de bicicleta, por exemplo (Figuras 89 e 90);



Fig. 88 - Exemplo de Parque de estacionamento; Fonte: *WEB 26*; Autor: desconhecido.



Fig. 89 - Parque de estacionamento exterior do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.



Fig. 90 - Entrada para o parque de estacionamento coberto do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

12) A Zona de descanso e leitura (Fig. 92), abrigada e com áreas de sombra visa propiciar um espaço que convida à leitura, ao descanso e ao lazer, num meio apazível e seguro;



Fig. 91 - Exemplo de zona de descanso e leitura; Fonte: WEB 31; Autor: desconhecido.



Fig. 92 - Zona de descanso e leitura do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

13) Percursos pedestres com sinais identificativos a partir do Centro de Visitantes, com informação das direções, do tipo de trilho, do grau de dificuldade, das zonas onde se pode beber água, locais de avistamento de animais, de flora de interesse e alertas de zonas perigosas (Fig. 94);



Fig. 93 - Exemplo de percurso pedestre; Fonte: WEB 32; Autor: Melo, J.



Fig. 94 - Percursos pedestres a partir do Centro de Visitantes do PNSE; Autor: Simões, A.

Capítulo 7 - Conclusão

O Turismo continua a ser uma das atividades económicas onde se registam as maiores taxas de crescimento a nível mundial e onde se prevê que continue a existir um grande potencial de expansão para as próximas décadas.

No caso de Portugal, verifica-se que o Turismo continua a ser um setor estratégico para a economia nacional, representando atualmente quase 10 por cento do PIB e mais de 8 por cento do emprego. Assim sendo, Portugal deve continuar a apostar fortemente no Turismo e é imperativo que se proceda a uma diversificação da oferta, de modo a abranger outro tipo de mercados. O PENT de 2007, bem como a sua revisão, de 2011, referem exatamente isso, sendo especificado com natural detalhe, que o País deve apostar em ofertas alternativas, em novas estratégias de marketing e alargar o leque de infraestruturas, equipamentos e serviços para assegurar uma melhor rede de informações e atrações diversificadas para os turistas.

Em relação a ofertas alternativas, foi estudado e referido neste trabalho o exemplo do Turismo em Áreas Protegidas: atualmente, cerca de 21% do território nacional é considerado Área Protegida, sendo que o ideal seria dotar estes espaços de infraestruturas e equipamentos que possam possibilitar uma melhor experiência de visita, mas que não coloquem em causa todo um património natural e cultural que aí se insere. Para isso, o elemento dinamizador destes espaços, deveria passar pelas várias componentes do Turismo de Natureza, uma vez que é um tipo de Turismo para o qual a região apresenta especial apetência, já que, alia a busca de práticas ecologicamente corretas e sustentáveis (mínimo impacto ambiental), com o máximo de benefícios económicos para a região de acolhimento e com a satisfação máxima de atividades de lazer para os visitantes.

Como foi apresentado no estudo da Associação Empresarial de Portugal - Turismo de Natureza, de 2008, Portugal, apesar de não possuir locais tão majestosos e tão extensos em área como os que existem noutros países, casos de *Yellowstone* ou *Serengeti* (nos Estados Unidos), possui, apesar da sua relativa reduzida dimensão, uma diversidade de paisagens e de costumes, belos e únicos, apropriados para que se possa desenvolver uma oferta de dimensão mais reduzida, mas potencialmente atrativa para uma procura, que não pode aceder ao desfrute de experiências nos grandes míticos cenários naturais Mundiais, mas que pode ainda viver uma experiência autêntica e bela, ao alcance de poucos quilómetros. No entanto para isso, é necessário proceder-se a uma melhoria de condições que permitam um aproveitamento mais ordenado e profundo dos espaços naturais, onde quem vem de fora saiba o que pode usufruir e como lá chegar.

Após o estudo das soluções que são aplicadas em outros países e tendo também em conta as lacunas que foram encontradas no panorama nacional, em relação ao possível desenvolvimento e diversificação da oferta do Turismo de Natureza, encontrou-se e apresentou-se, neste trabalho, uma proposta inicial de uma infraestrutura que contribua para o desenvolvimento do Turismo de Natureza, mais concretamente no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). Esta proposta passa pela instalação de um Centro de Visitantes no Parque.

Os Centros de Visitantes são um tipo de infraestrutura muito usual em alguns países do mundo, como nos Estados Unidos e a Nova Zelândia, onde se fornece, de forma integrada, informações (sobre atrações, alojamentos, mapas de trilhos e outros itens relevantes para o turismo), acompanhados de serviços aos visitantes do local em questão, possuindo um selo de qualidade em tudo aquilo que fornecem; de mencionar que uma área protegida, pode ter um ou mais centros de visitantes, conforme o seu tamanho, diversidade e/ou locais e preferências de acesso às principais áreas visitadas.

No caso de Portugal, verificou-se que a aplicação deste conceito é praticamente inexistente. Contudo, as características desta infraestrutura e os serviços que fornece são importantes quando estamos perante uma região com muitas potencialidades mas dispersas e sem uma visibilidade e capacidade de operarem em conjunto, como é o caso da região em estudo; a introdução deste conceito, complementando e adequando as suas valências para o local onde será inserido, vem ao encontro de uma necessidade aparentemente evidente, cujos resultados do inquérito levado a cabo pesam, muito embora as suas limitações já mencionadas, mas que vêm corroborar a sua necessidade.

Aliás, este facto está também em consonância com as linhas gerais da revisão do PENT (2011), para a região centro, onde se recomenda uma aposta no Turismo de Natureza, acompanhado de melhores condições de acolhimento, de um eficaz sistema de sinalização das principais atrações, da manutenção de uma boa rede de informação ao turista, bem como do desenvolvimento e promoção de itinerários e propostas de serviços estruturados, que estimulem o desenvolvimento de ofertas integradas/pacotes de Turismo de Natureza.

Em relação às valências, que esta infraestrutura deveria conter, chegou-se à conclusão que tal como ocorre com os Centros de Visitantes i-SITE da Nova Zelândia, também o Centro de Visitantes do PNSE, terá de ser a porta de entrada para as ofertas e experiências únicas do Parque, onde os visitantes obtêm informações e dispõem de um variado leque de serviços que poderão usufruir. Destacam-se assim algumas das valências apresentadas, sendo estas inovadoras e oferecidas conjuntamente, pela primeira vez, neste tipo de infraestrutura, tais como: a possibilidade de reservas, num único balcão, de alojamento, restauração, transportes, atrações e variadas atividades com e sem guias; uma área de venda de material promocional local; uma área de descanso e bar; uma área de aluguer de bicicletas e outros

equipamentos, incluindo também um café *grab & go*, ideal para caminhantes e ciclistas; uma área de piqueniques; uma zona de descanso e leitura; percursos pedestres com sinais identificativos a partir do Centro de Visitantes, com informação das direções, do tipo de trilho, do grau de dificuldade e alertas de zonas perigosas; com a possibilidade de possuir valências para a receção de grupos de estudo, de exposições e manifestações culturais, tais como concertos, danças e cantares; pode ainda oferecer a possibilidade de garantir a gestão de alguns dos serviços oferecidos, se os seus proprietários assim o entenderem.

Tendo em conta tudo o que foi anteriormente referido, chegou-se à conclusão de que o Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela deveria localizar-se na aldeia de montanha das Penhas da Saúde, no caminho de ascensão à Torre que parte da Covilhã, a cidade mais próxima, com mais população e mais infraestruturas hoteleiras, de entre as cidades que se localizam no parque, sendo que também é a única a possuir uma universidade.

Aliás, a presença de um aglomerado populacional com certa dimensão e com uma população estudantil numerosa (em torno dos 8000 alunos), faria prever que existisse um maior aproveitamento desta zona do parque, numa base mais regular, algo que poderá ocorrer se existirem transportes públicos regulares e infraestruturas que potenciem a escolha deste local para actividades de lazer e recreio, fatores esses apontados para uma frequência menos regular por parte dos inquiridos, residentes na Covilhã.

Esta seria também a localização ideal, uma vez que a localidade não só já possuiu vários equipamentos hoteleiros dos quais cabe destacar o Hotel Serra da Estrela, chalés de montanha, uma pousada da juventude e inúmeras unidades de comércio, (restaurantes, cafés, lojas), como se encontra a apenas 10 minutos da Estância de Ski da Serra da Estrela, no ponto mais elevado de Portugal Continental.

Esta aldeia foi também referida, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Dr. Vítor Pereira, que *pela sua localização e condições naturais, possui todas as condições e uma vocação natural para vir a ser a principal - e porventura, única - Estância Turística de Alta Montanha em Portugal, sendo necessário por isso, respeitando e valorizando a preservação ambiental e das condições naturais do espaço, dotá-la de ordenamento, infraestruturas e condições de funcionalidade adequadas para ser uma Aldeia de Montanha de excelência, com condições para oferecer aos turistas uma oferta de estadia e animação diversificada e qualificada.* (Anexo B)

Por fim, pode concluir-se que a instalação do Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela poderia potencializar, a prática do Turismo de Natureza no PNSE, criando assim, um serviço de informações e de oferta de serviços centralizado, muito útil para a

dinamização do setor e também para a competição com outros destinos Ibéricos e até Europeus, de Áreas Protegidas de pequena/média dimensão.

Outro dos benefícios que torna esta infraestrutura muito atrativa seria o de oferecer uma excelente plataforma, para operadores locais e prestadores de serviços poderem promover e vender os seus produtos, bem como para as comunidades, que assim conseguiriam promover mais eficazmente eventos locais, conseguindo criar benefícios sociais e económicos muito significativos para a região, podendo mesmo ser fornecido serviços de gestão integrada de alguns negócios, numa aproximação com a necessidades das comunidades e dos seus integrantes.

Referências Bibliográficas

- AEP (2008). Associação Empresarial de Portugal - *“Turismo de Natureza”*. Estudo publicado em Junho de 2008.
- AGUIAR, P., MOREAU, A., FONTES, E. (2012). *“Áreas Naturais Protegidas: Um breve Histórico do surgimento dos Parques Nacionais e das Reservas Extrativistas”*. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, Brazil. Artigo publicado na Revista Geográfica da América Central, nº 50, I Semestre de 2013, pp. 195-213.
- AICEP (2014). *“AICEP Portugal Global”*. Revista Portugal Global, Publicação de Janeiro de 2014, Lisboa, Portugal.
- AZEVEDO, J. (2002). *“A conservação da paisagem como alternativa à criação de áreas protegidas - Um estudo de caso do vale do Rio Negro na região do Pantanal - MS”*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre, Universidade de São Paulo.
- BARBOSA, C., DOMINGOS, I. (2004). *“Que Papel para os Parques Naturais no Planeamento e Gestão do Território? Os Casos do Parque Natural da Arrábida e da Ria Formosa”*. Artigo no âmbito do V Congresso da Geografia Portuguesa - Territórios e Protagonistas, Guimarães.
- BEATO, C. (2008). *“Planeamento do Sector do Turismo em Centros Urbanos”*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor, Universidade de Aveiro.
- CARVALHO, M. (2007). *“Os desportos de Inverno e o reposicionamento da oferta na Região de Turismo da Serra da Estrela”*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico.
- CM (1998). Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 30 de Julho de 1998.
- CM (1999). Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/99, de 08 de Outubro de 1999.
- CM (2000). Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 15 de Junho de 2000.
- COOPER, C. & HALL, C.M. (2008). *“Contemporary Tourism: An International Approach”*. Elsevier, UK.

- CUNHA, L. (2010). *“A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário”*. CPES - Atas de Conferências Nacionais.
- DL (1976). Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de Julho, Visto e Aprovado em Conselho de Ministros e Promulgado em 30 de Junho de 1976.
- DL (1979). Decreto-Lei n.º 167/79, de 4 de Junho, Promulgado em 11 de Maio de 1979.
- DL (1993). Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, Visto e Aprovado em Conselho de Ministros de 13 de Agosto de 1992.
- DR (1997). Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de Novembro, Aprovado pelo Conselho de Ministros em 11 de Setembro de 1997, Promulgado em 24 de Outubro de 1997, Referendado em 30 de Outubro de 1997.
- DR (1999). Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto, Visto e Aprovado pelo Conselho de Ministros em 17 de Junho de 1999, Promulgado em 4 de Agosto de 1999, Referendado em 12 de Agosto de 1999.
- DR (2007). Decreto Regulamentar n.º 83/2007, de 10 de Outubro, Visto e Aprovado pelo Conselho de Ministros em 12 de Julho de 2007, Publicado em 13 de Setembro de 2007, Referendado em 14 de Setembro de 2007.
- EDGEELL, D. L., ALLEN, M. D., SMITH, G., & SWANSON, J. R. (2008). *“Tourism Policy and Planning: Yesterday, Today and Tomorrow”*. Elsevier Inc., Oxford, UK.
- KETELE, J. M. & ROEGIERS, X. (1993). *“Metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos”*. Instituto Piaget, Lisboa.
- i-SITE (2013). *“i-SITE New Zealand Corporate Profile and Strategic Plan 2013-2016”*. Tourism New Zealand - Manaakitanga Aotearoa, Wellington.
- LARANJO, J. (2011). *“A Gestão do Turismo de Natureza na Rede Nacional de Áreas Protegidas: a Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural de Sintra-Cascais”*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- MOREIRA, C. (1996). *“Os Parques Naturais e a Preservação do Património”*. Publicação em Cadernos de Museologia, nº 5.

- OLIVEIRA, J. (2013). *“Caracterização dos Utilizadores Turísticos e Recreativos das Áreas Protegidas em Portugal - Estudo de caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros”*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre, Universidade de Lisboa.
- PENT (2007). *“Plano Estratégico Nacional do Turismo - Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal”*. Turismo de Portugal, IP, Lisboa.
- PENT (2011). *“Plano Estratégico Nacional do Turismo - Horizonte 2013-2015”*. Turismo de Portugal, IP, Lisboa.
- PEREIRA, D., PEREIRA, P., FERREIRA, N. (2010). *“Património Geológico e Geoconservação em Áreas Protegidas de Portugal Continental”*. Ciências Geológicas - Ensino e Investigação e sua História, Volume II, Capítulo IV - Geologia e Património Natural (Geodiversidade).
- PORTARIA (1979). Portaria n.º 409/79, de 8 de Agosto, Aprovado pela Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Habitação e Obras Públicas em 22 de Maio de 1979.
- PORTARIA (1990). Portaria n.º 583/90, de 25 de Julho, Aprovado pelos Ministérios das Finanças e do Ambiente e Recursos Naturais em 11 de Julho de 1990.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (1998). *“Manual de Investigação em Ciências Sociais - Trajectos”*. (2ª Edição). Gravita Publicações, Lda., Lisboa, Portugal.
- SAER (2005). *“Reinventando o Turismo em Portugal. Estratégia de Desenvolvimento Turístico Português no 1º Quartel do Século XXI, Volume II - As Condições Estruturais da Oferta do Turismo”*.
- SOBRAL, F. (2008). *“Recuperação urbanística das Penhas da Saúde (Estudo de caso)”*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre, Universidade da Beira Interior.
- SOUZA, L. (2006). *“A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal”*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre, Universidade de Aveiro.
- TP (2006). Turismo de Portugal, IP - *“10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal - Turismo de Natureza”*, Lisboa.
- TP (2012). Turismo de Portugal, IP - *“Os resultados do Turismo - ano de 2011”*, Lisboa.
- TP (2013). Turismo de Portugal, IP - *“Os resultados do Turismo - ano de 2012”*, Lisboa.

TP (2014). Turismo de Portugal, IP - “Os resultados do Turismo - 4.º Trimestre e ano de 2013”, Lisboa.

UNESCO (2014). *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* - URL: <http://whc.unesco.org/en/list/75/>, Consultado em 8 de Dezembro de 2014.

UNWTO (2014). “*UNWTO Annual Report 2013*”. United Nations World Tourism Organization, Madrid, Spain.

UNWTO (2014a). “*UNWTO Tourism Highlights - 2014 Edition*”. United Nations World Tourism Organization, Madrid, Spain.

VALENTE, J.T. (2007). “*Plano Estratégico Nacional do Turismo*”. Publicação em Vida Imobiliária, n.º 113. Obtido em 4 de Novembro de 2014 de: <http://www.uria.com/pt/publicaciones/buscador-publicaciones.html?id=1679&pub=Publicacion#>.

WOLTER, L. (2014). “*Nature-Based Tourism in Mallorca’s Natural Areas - The Benefits of Tourism for Natural Areas*”. Springer Gabler, Wernigerode, Germany.

Páginas Web

WEB 1 - *Blogspot website* - URL: <http://pesquisefeliz.blogspot.pt/2010/10/revolucao-industrial.html>, Consultado em 6 de Novembro de 2014.

WEB 2 - MELFORD, M., LEWIS, M.; *National Geographic website* - URL: <http://travel.nationalgeographic.com/travel/national-parks/yellowstone-photos/>, Consultado em 14 de Novembro de 2014.

WEB 3 - *Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) website* - URL: <http://www.icnf.pt>, Consultado em 13 de Novembro de 2014.

WEB 4 - MACEDO, N.; *Mais Natureza website* - URL: <http://www.maisnatureza.com/paisagens/parques-nacionais/parque-nacional-da-peneda-geres/attachment/imagem-do-parque-nacional-da-peneda-geres/>, Consultado em 19 de Novembro de 2014.

- WEB 5 - *Serra do Gerês website* - URL: <http://www.serradogeres.com/index.php/2014-10-22-22-55-35/localizacao>, Consultado em 19 de Novembro de 2014.
- WEB 6 - *Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) website* - URL: <http://www.cise.pt>, Consultado em 18 de Novembro de 2014.
- WEB 7 - *Wikipédia website* - URL: http://en.wikipedia.org/wiki/White_hunter#mediaviewer/File:Roosevelt_safari_elephant.jpg, Consultado em 27 de Novembro de 2014.
- WEB 8 - *Safari talk website* - URL: <http://safaritalk.net/topic/1872-exploring-africa-with-martin-and-osa-johnson/>, Consultado em 27 de Novembro de 2014.
- WEB 9 - *Diver website* - URL: http://www.diver.com.pt/pt/rafting-atlantico/categorias_rafting/agua3/rafting-cat/rafting-rio-minho-verao, Consultado em 28 de Novembro de 2014.
- WEB 10 - *Agriturismo Canale, Holiday in Tuscany* - URL: <http://www.agriturismocanale.it/es/agriturismo.php>, Consultado em 02 de Janeiro de 2015.
- WEB 11 - *Corbett National Park website* - URL: <http://www.corbett-national-park.com/>, Consultado em 02 de Janeiro de 2015.
- WEB 12 - *Vale do Rossim Eco Resort website* - URL: <http://www.valedorossimecoresort.com/#Galeria>, Consultado em 02 de Janeiro de 2015.
- WEB 13 - *Blogspot website* - URL: <http://ospeletras.blogspot.pt/2014/06/serra-de-montemuro-pr1-caminhos-de.html>, Consultado em 03 de Janeiro de 2015.
- WEB 14 - *Geopark Naturtejo website* - URL: <http://www.naturtejo.com/conteudo.php?opt=&id=23>, Consultado em 03 de Janeiro de 2015.
- WEB 15 - *Google Maps website* - URL: <https://www.google.pt/maps/place/Penhas+da+Sa%C3%BAde,+6215+Cortes+do+Meio/@40.3080932,-7.5489823,546m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0xd3d2420f967376f:0xfcc09ad5b77fcdd1>, Consultado em 05 de Janeiro de 2015.

- WEB 16 - *Macmillan Dictionary website* - URL: <http://www.macmillandictionary.com>, Consultado em 07 de Janeiro de 2015.
- WEB 17 - *Wikipédia website* - URL: http://en.wikipedia.org/wiki/Welcome_centers_in_the_United_States, Consultado em 07 de Janeiro de 2015.
- WEB 18 - *National Park Service - National Park Grand Canyon website* - URL: <http://www.nps.gov/grca/naturescience/index.htm>; <http://www.nps.gov/grca/planyourvisit/visitorcenters.htm>; <http://www.nps.gov/grca/planyourvisit/shuttle-buses.htm>, Consultado em várias datas.
- WEB 19 - *Niagara Falls State Park website* - URL: <http://www.niagara-usa.com>, Consultado em 08 de Janeiro de 2015.
- WEB 20 - *Foit-Albert Associates website* - URL: http://www.foit-albert.com/cultural_niagara_falls_visitor_center.aspx, Consultado em 08 de Janeiro de 2015.
- WEB 21 - *National Park Service - National Park Big Bend* - URL: <http://www.nps.gov/bibe/naturescience/index.htm>; <http://www.nps.gov/bibe/planyourvisit/visitorcenters.htm>, Consultado em várias datas.
- WEB 22 - *New Zealand Visitor Information website* - URL: <http://www.tourism.net.nz/new-zealand/about-new-zealand/visitor-information.html>, Consultado em 12 de Janeiro de 2015.
- WEB 23 - *Kaikoura, the oficial site for Kaikoura, NZ* - URL: <http://www.kaikoura.co.nz/main/product/?product=kaikoura-i-site-visitor-centre>, Consultado em 13 de Janeiro de 2015.
- WEB 24 - *Parques Naturais Azores Centro de Visitantes da Gruta das Torres website* - URL: <http://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/pico/o-que-visitar/centros-de-interpretacao/centro-de-visitantes-da-gruta-das-torres>, Consultado em 15 de Janeiro de 2015.
- WEB 25 - *Radio Pico website* - URL: http://radiopico.com/?n=noticias&menu=noticias&id_noticia=13104, Consultado em 15 de Janeiro de 2015.

- WEB 26 - *Hoffstadt Bluffs Visitor Center website* - URL: <http://www.hoffstadtbluffs.com/gallery.html>, Consultado em várias datas.
- WEB 27 - *Timber frame website* - URL: <http://www.timberframe.org/PhotoGallery/#prettyPhoto>, Consultado em 19 de Janeiro de 2015.
- WEB 28 - *Aspringer Interiors website* - URL: <http://www.aspringerinteriors.com/enchanting-backyard-kids-playground-design-ideas-for-fun/remarkable-toddler-friendly-playground-area-and-garden-landscaping-ideas-with-set-of-wooden-kids-home-and-swing-and-spiral-sliding/>, Consultado em 19 de Janeiro de 2015.
- WEB 29 - *Rocky Mountain National Park website* - URL: <http://rockymountainnationalpark.com/get-around/picnic-areas>, Consultado em 19 de Janeiro de 2015.
- WEB 30 - *Flickr - Grand Canyon NPS website* - URL: https://www.flickr.com/photos/grand_canyon_nps/5927833049/in/set-72157625409785092, Consultado em 19 de Janeiro de 2015.
- WEB 31 - *Tambore Bauru website* - URL: <http://www.tamborebauru.com.br/>, Consultado em 20 de Janeiro de 2015.
- WEB 32 - *Natur Mariense website* - URL: http://natur-mariense.blogspot.pt/2013_09_01_archive.html, Consultado em 20 de Janeiro de 2015.

Anexos

ANEXO A

Inquérito a visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela

O Turismo no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)

Este inquérito faz parte de uma dissertação de mestrado, tendo como objectivo elaborar uma caracterização dos utilizadores, as suas motivações e preferências e o grau de satisfação em relação ao Parque Natural da Serra da Estrela. Pretende-se assim contribuir para melhorar a oferta turística e recreativa, identificando os problemas e propondo soluções viáveis, inovadoras e criativas para o PNSE. Todos os dados recolhidos são confidenciais e serão exclusivamente utilizados para este fim.

I - CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

1. Local de Residência: * _____

2. Há quanto tempo reside neste concelho? *

(Pergunta direccionada apenas para residentes no concelho da Covilhã)

Menos de 1 ano ____ ; De 1 a 5 anos ____ ; Mais de 5 anos ____

3. Género: *

Masculino ____ ; Feminino ____

4. Idade: *

15 - 29 anos ____ ; 30 - 44 anos ____ ; 45 - 65 anos ____ ; + 65 anos ____

5. Estado Civil: *

Solteiro ____ ; Casado ____ ; Viúvo ____ ; Divorciado ____ ; União de facto ____

6. Situação Profissional: *

Empregado ____ ; Desempregado ____ ; Estudante ____ ; Reformado ____ ; Outra: _____

7. Profissão: (Apenas se seleccionou anteriormente a opção Empregado)

8. Habilitações Literárias: *

Sem nível de ensino ____ ; Ensino Básico - 1º ciclo ____ ; Ensino Básico - 2º ciclo ____

Ensino Básico - 3º ciclo ____ ; Ensino Secundário ____ ; Ensino Superior ____

II - MOTIVAÇÕES E PREFERÊNCIAS

9. Com que frequência visita o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)? *

Diariamente ____ ; Semanalmente ____ ; Mensalmente ____ ; Anualmente ____ ; Esporadicamente ____

10. Porque razão se desloca ao PNSE? * (pode indicar mais do que uma opção)

Fugir ao stress quotidiano ____ ; Património Natural e Cultural ____ ; Gastronomia ____

Neve ____ ; Para usufruir dos desportos de inverno ____ ; Para praticar outro tipo de atividades ____ ; Outra: _____

11. Que transporte utiliza normalmente para se deslocar ao PNSE? *

(pode indicar mais do que uma opção)

Viatura própria ___ ; Viatura de outros utilizadores do Parque ___ ; Transporte coletivo ligado ao Parque ___ ; Transporte público ___ ; Outra: _____

12. Quando visita o Parque necessita de alojamento? *

Sim ___ ; Não ___

13. Se sim, qual o tipo de alojamento utilizado?

Hotéis ___ ; Residenciais/Pensões ___ ; Pousada da Juventude ___ ; Turismo rural ___

Parques de campismo ___ ; Casa de familiares ___ ; Outra: _____

14. Se sim, quantas noites?

1 noite ___ ; 2 noites ___ ; 3 noites ___ ; + 3 noites ___

III - GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PNSE

15. Como classifica, no global, este Parque Natural? *

Muito Mau ___ ; Mau ___ ; Razoável ___ ; Bom ___ ; Muito Bom ___ ; Excelente ___

16. De acordo com a seguinte tabela, quais das actividades pratica ou gostaria de praticar no PNSE? *

(Classifique de 1 a 5 de acordo com o seu grau de interesse, considerando 1 como "Nada interessado" e 5 como "Muito interessado")

	1	2	3	4	5
Passeios Pedestres					
Passeios de bicicleta					
Passeios em veículos todo-o-terreno					
BTT					
Expedições fotográficas					
Montanhismo, escalada					
Desportos de neve					
Rappel, slide, ...					
Observação de fauna e flora					
Visitas culturais					

17. Existe uma boa divulgação em relação às actividades referidas na tabela anterior? *

Sim ___ ; Não ___

18. E em relação ao Parque Natural, acha que é bem divulgado? *

Sim ___ ; Não ___

19. O que acha que pode ser melhorado no PNSE? * (pode indicar mais do que uma opção)

Acessibilidades ___ ; Maior oferta de transportes ___ ; Maior oferta de outras actividades (percursos pedestres, passeios de bicicleta, escalada, etc.) ___ ; Serviços de alojamento ___

Maior informação para turistas ___ ; Maior divulgação gastronomia ___ ; Condições de segurança

Preços praticados pelo comércio e hotelaria ___ ; Limpeza ___ ; Outra:

20. Por fim, indique o que gostaria que no futuro existisse no PNSE? * (ex: novas infraestruturas, formas de divulgação do turismo, etc.)

ANEXO B

QUESTIONÁRIO

O TURISMO NO CONCELHO DA COVILHÃ

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira

Este questionário faz parte de uma dissertação de mestrado do curso de Engenharia Civil e tem como objectivo a recolha de respostas a quatro perguntas essenciais, relacionadas com a importância do setor do turismo para o concelho da Covilhã e a ligação com o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE). Pretende-se assim conhecer a posição da autarquia em relação a este tópico e com isso contribuir para a apresentação de novas soluções inovadoras, criativas, dinâmicas e viáveis para o turismo da região. Todos os dados recolhidos serão exclusivamente utilizados para este fim.

Questão 1 - Na sua opinião, qual a relevância do sector turístico para o concelho da Covilhã e como vê a ligação com o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)?

O sector turístico é uma dos sectores económicos mais importantes e com maior potencial do concelho da Covilhã. Pela sua dimensão, pelo potencial de crescimento, pelo valor acrescentado à economia local e pelo impacto económico que tem.

A Serra da Estrela é uma das principais marcas turísticas de Portugal e considerando que a Covilhã é a sua principal porta de entrada, o turismo é um sector de atividade que já hoje tem uma grande importância na economia regional mas que o atual Executivo na Câmara Municipal pretende desenvolver e incrementar. Essa importância vislumbra-se atualmente no nº de unidades hoteleiras qualificadas que existem no concelho e do nº de dormidas que representam anualmente. A Covilhã dispõem atualmente de 11 unidades hoteleiras qualificadas - entre elas uma unidade projetada por arquiteto Prémio Pritzker: Eduardo Souto Moura - e mais de 230.000 dormidas oficiais, registadas em 2011.

A principal atracção turística é naturalmente a Serra da Estrela e as atracções de turismo de alta montanha, desportos de inverno, turismo de natureza ou os recursos naturais existentes como por exemplo o Vale Glaciar do Zêzere.

A estratégia de crescimento e desenvolvimento passa por um trabalho de qualificação, valorização e promoção de todo o património natural da região e pelo desenvolvimento de novos focos de atratividade como sejam o riquíssimo património histórico-industrial da Covilhã, o património cultural e imaterial das comunidades, o turismo de saúde e o turismo religioso.

A ligação da Câmara Municipal com o Parque Natural da Serra da Estrela é uma relação institucional de colaboração, cooperação e compatibilização daquilo que são os superiores interesses de preservação das condições naturais de um Parque Natural e as necessidades de

intervenção na qualificação e capacitação do espaço para o usufruto - em segurança e com qualidade - do turismo e do desenvolvimento económico do concelho da Covilhã e das suas comunidades.

Questão 2 - O que considera ser atrativo para um visitante da cidade e do concelho da Covilhã, durante o ano?

Em linha com o que já foi respondido na questão anterior, o principal foco de atratividade de turismo no concelho da Covilhã é a Serra da Estrela e as suas atratividades turísticas de alta montanha, património natural e desportos de inverno. Estas atrações são complementadas com diversos equipamentos existentes no concelho como sejam a vasta rede de museus e centros de interpretação, o património religioso ou o património histórico edificado.

Ainda sem a expressão devida encontramos atrativos no que respeita ao turismo religioso, ao turismo de saúde, rotas históricas e ao património cultural e imaterial do concelho que tem uma história rica e longa.

Questão 3 - Como entende a divulgação do concelho, dentro e fora do país, em termos turísticos?

O concelho da Covilhã deve promover-se em termos turísticos, interna e externamente através da afirmação pela diferenciação, inovação e qualidade que oferece sob a marca “Covilhã” e a marca “Serra da Estrela”. Esta promoção deve ser feita por responsabilidade própria e autónoma no que respeita à marca “Covilhã” e integrada e coordenada ao nível regional no que respeita à marca “Serra da Estrela”.

Questão 4 - Em que medida idealiza as Penhas da Saúde, de forma a que esta área constitua um possível motor de desenvolvimento do sector do turismo da Covilhã e do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)?

As Penhas da Saúde, pela sua localização e condições naturais, possuem todas as condições e uma vocação natural para virem a ser a principal - e porventura, única - Estância Turística de Alta Montanha em Portugal.

É necessário por isso, respeitando e valorizando a preservação ambiental e das condições naturais do espaço, dotá-la de ordenamento, infraestruturas e condições de funcionalidade adequadas para ser uma Aldeia de Montanha de excelência com condições para oferecer aos turistas que nos procuram uma oferta de estadia e animação diversificada e qualificada na mais alta montanha de Portugal Continental.

ANEXO C

Imagens do Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela

- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela e sua envolvente -



Legenda:

- ① Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela;
- ② Área de esplanada;
- ③ Área de aluguer de equipamento e café *grab & go*;
- ④ Área de recreio
- ⑤ Instalações sanitárias públicas
- ⑥ Área para piqueniques
- ⑦ Estacionamentos
- ⑧ Zona de paragem para autocarros
- ⑨ Percursos pedestres
- ⑩ Zona de descanso e leitura

- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (1); Autor: Simões, A. -



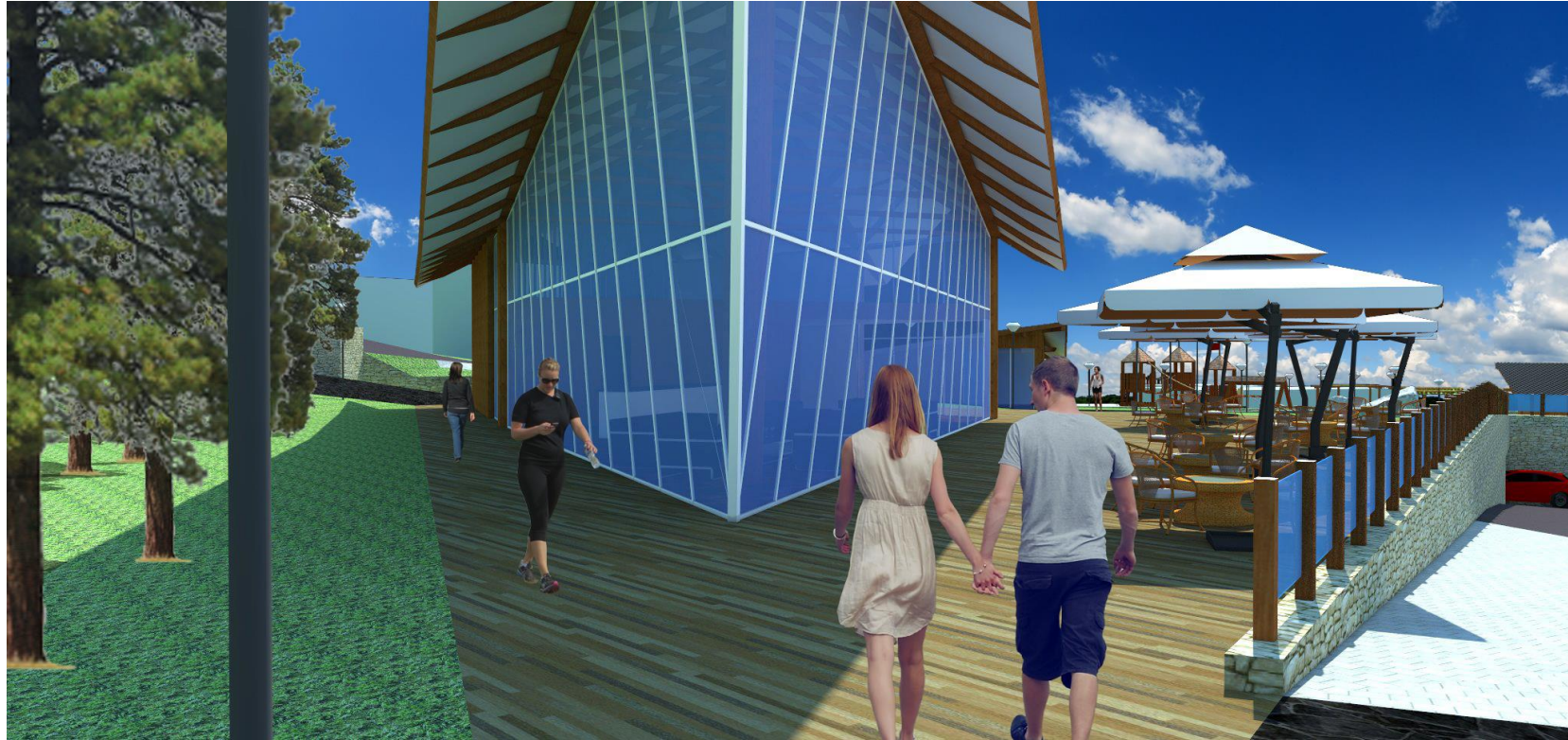
- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (2); Autor: Simões, A. -



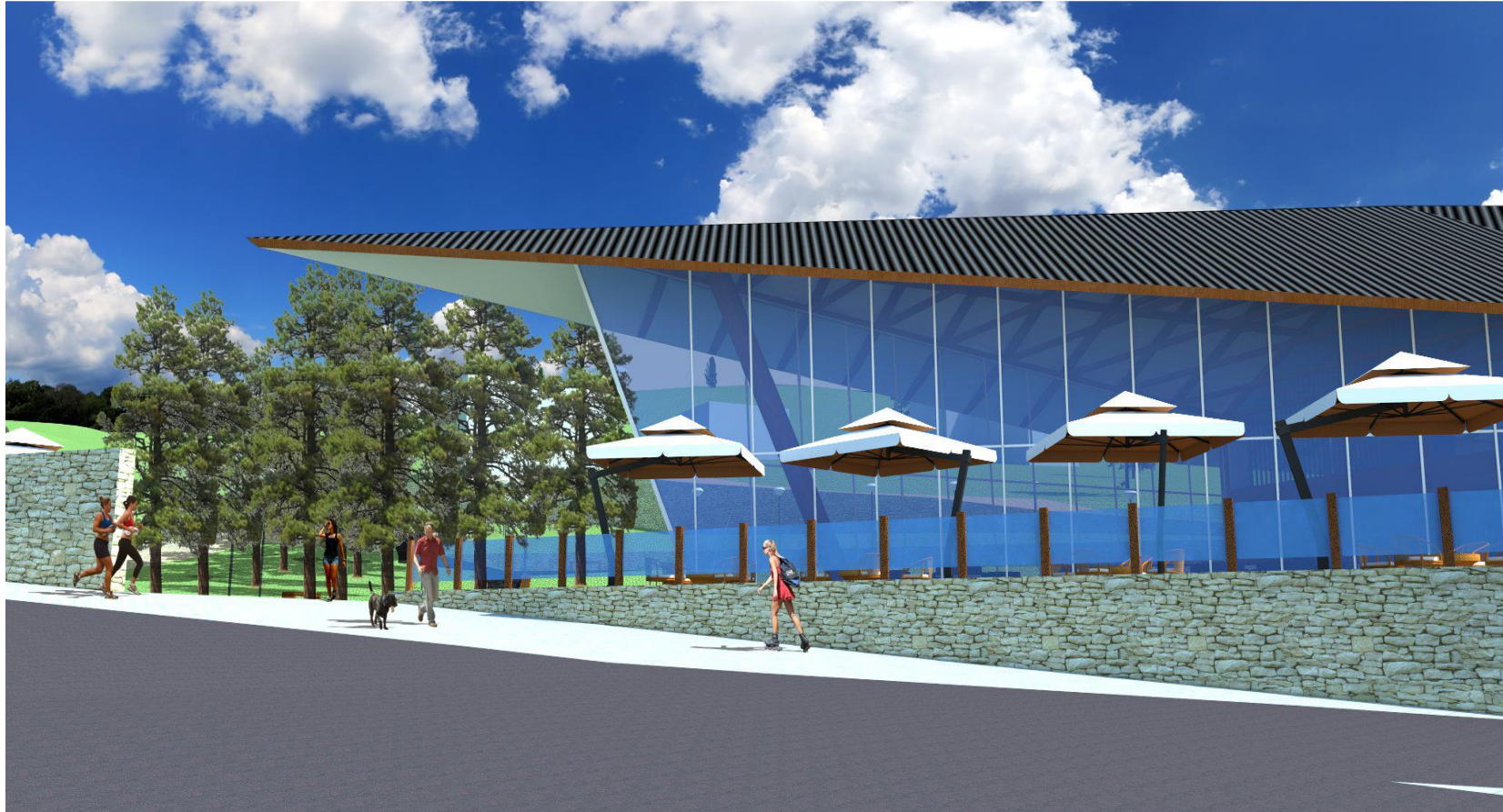
- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (3); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (4); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (5); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (6); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (7); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (8); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (9); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (10); Autor: Simões, A. -



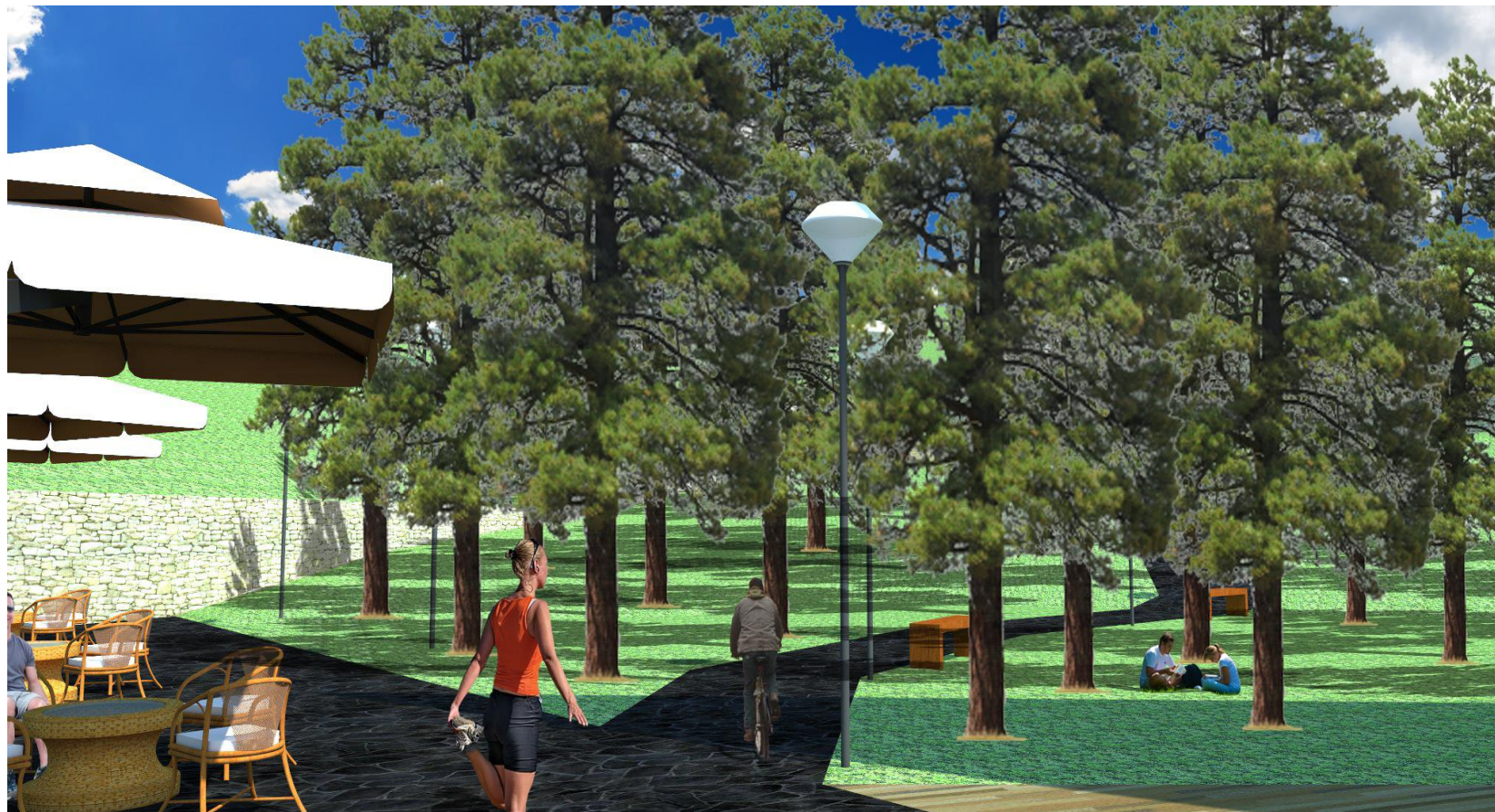
- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (11); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (12); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (13); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (14); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (15); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (16); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (17); Autor: Simões, A. -



- Centro de Visitantes do Parque Natural da Serra da Estrela (18); Autor: Simões, A. -



